



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - DH
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

JOELDER SANTOS MAIA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO CORONEL JOSÉ PEREIRA E DE
JOÃO PESSOA COMO “HERÓI” E “ANTI-HERÓI” NA PRIMEIRA REPÚBLICA
PARAIBANA (1889-1930)**

**CAMPINA GRANDE
2017**

JOELDER SANTOS MAIA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO CORONEL JOSÉ PEREIRA E DE
JOÃO PESSOA COMO “HERÓI” E “ANTI-HERÓI” NA PRIMEIRA REPÚBLICA
PARAIBANA (1889-1930)**

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Estadual da Paraíba -
UEPB, como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior

Campina Grande - PB
2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

M217r Maia, Joelder Santos
A representação social e política do Coronel José Pereira e de João Pessoa como "herói" e "anti-herói" na primeira República paraibana (1889-1930) [manuscrito] / Joelder Santos Maia. - 2017. 139 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior, Departamento de História".

1. História oral 2. Coronel José Pereira 3. Revolta de Princesa 4. Revolução de 1930 I. Título.

21. ed. CDD 900

JOELDER SANTOS MAIA

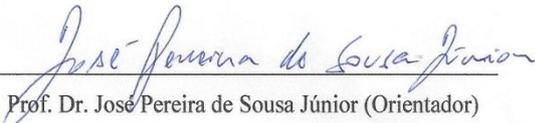
**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO CORONEL JOSÉ PEREIRA E DE
JOÃO PESSOA COMO “HERÓI” E “ANTI-HERÓI” NA PRIMEIRA REPÚBLICA
PARAIBANA (1889-1930)**

Monografia apresentada ao Departamento de
História da Universidade Estadual da Paraíba -
UEPB, como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em História.

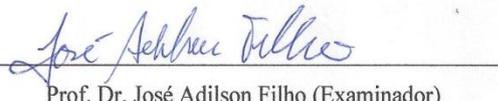
Data da avaliação: 10/08/2017

Nota: _____

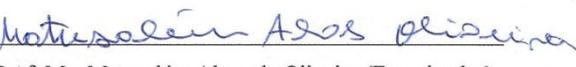
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior (Orientador)

UEPB


Prof. Dr. José Adilson Filho (Examinador)

UEPB


Prof. Me. Matusalém Alves de Oliveira (Examinador)

UEPB

“Toda a história mal escrita deixa em alerta os suspiros da indignação. A tradição oral se encarrega de suscitar variados comentários, os quais vão, lentamente, provocando debates, até quando necessário for permitido, a fim de propiciar a aterrissagem da ave mais malandra que habita em lugar esconso do cosmo: a verdade. Nesse emaranhado de fatos, acusações, brigas, mortes, a revolução de 30 produziu o efeito desejado por seus laboriosos engenheiros, ou seja: João Pessoa (herói/mártir) sacrificado em benefício de uma nova ordem constitucional. João Dantas – protótipo de homem covarde, cangaceiro – de uma natureza ignóbil levada ao ostracismo do cosmo; sepultado em terras pernambucanas, a servir de exemplo às futuras gerações. Sobre Zé Pereira, ensinaram-nos os mentores revolucionários: coronel cangaceiro”.

(José Caitano de Oliveira)



Dedico este trabalho a minha avó, Maria Ivete Gomes, “*In Memoriam*”, pois, sem os incentivos dela, este trabalho e muitos dos meus sonhos não se realizariam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a meus pais, Elza Santos e Jerônimo Alves Maia; a minha noiva, Shirley; a meus irmãos, José Fábio e José Antônio, a meus sobrinhos, Victor e, notadamente, Brendon Gomes Santos; às cunhadas, Diana, Bernadete e, principalmente, Josiane; sogro e sogra; meus familiares; à Vanusa; a minha madrinha, Maria de Lourdes e, principalmente, minha avó, Maria Ivete Gomes (*in memoriam*), pois, mesmo não estando presente fisicamente, está no céu me dando forças e me guiando para eu conseguir meus objetivos. Agradeço a meus professores e ex-professores: Ramsés Nunes e Silva, Matusalém Alves de Oliveira, Rozeane Lima, Adonhiran Ribeiro dos Santos, José Adilson Filho, Anselmo Ronsard Cavalcanti, Ofélia Maria de Barros e José Pereira de Sousa Júnior (meu orientador) e outros tantos, pois, se eu fosse descrever cada professor, seriam infinitas páginas. Mas, fico grato pelo aprendizado e pelos que não foram citados aqui, e a meus amigos de graduação: Elvis “Elvinho” Duarte, Jonathan “Jhon” Leandro, Ivanildo “Moto-Táxi louco” Paulino, Jonathan Vilar “Joja” e Rodrigo “peida na farofa” Emanuel. Ao longo do nosso convívio, pude aprender mais sobre o curso de História e com relação às infinitas conversas regadas a um bom *absinto*¹, vinho ou um fogo paulista.

Com o apoio irrestrito destes que foram mencionados, e juntamente com meus esforços, não teria conseguido com êxito finalizar minha graduação. Portanto, que a docência, que logo estarei exercendo, seja repleta de satisfações. O conhecimento que adquiri e aprendi, que eu possa ministrar com maestria, pois a História é uma disciplina que nos revela infinitas possibilidades de compreender melhor nosso Estado, o país e o mundo. Tentar levar um pouco de historicidade e historicização será algo desafiador e prazeroso, pois a história é abrangente e não excludente.

¹ O absinto é uma bebida destilada feita da losna. Anis, funcho e outras ervas também poderiam entrar na composição. Foi criado e utilizado primeiramente como remédio pelo Dr. Pierre Ordinaire, um médico francês que morava em Couvet, na Suíça, por volta de 1792. Por vezes, é incorretamente classificado como licor, quando, na verdade, é uma bebida destilada. O absinto foi especialmente popular na França, sobretudo pela ligação com os artistas parisienses de finais do século XIX e princípios do século XX, até a sua proibição em 1915, tendo ganhado alguma popularidade com a sua legalização em vários países. É também conhecido popularmente como fada verde (*la fée verte*) em virtude de um suposto efeito alucinógeno. Charles Baudelaire, Paul Verlaine, Arthur Rimbaud, Van Gogh, Oscar Wilde, Henri de Toulouse-Lautrec, Edgar Allan Poe e Aleister Crowley eram adeptos da fada verde.

RESUMO

O presente estudo pretende analisar a relação social e política do Coronel José Pereira e de João Pessoa como “herói” e “anti-herói” no cenário paraibano na primeira República (1889-1930), as circunstâncias que ocasionaram a Revolta de Princesa e a deflagração da “Revolução de 1930”. Objetiva-se ainda verificar como era o papel de José Pereira junto ao povo princesense e paraibano; identificar como era a relação de José Pereira e João Pessoa; compreender os motivos que levaram ao embate entre eles; entender os fatores que contribuíram para tal embate e a “Revolução de 1930”, além de perceber como se deu a construção da memória em relação às trajetórias dos discursos vigentes na época em que o trabalho está sendo desenvolvido. As metodologias que serão utilizadas para atingir os objetivos propostos são a pesquisa bibliográfica, documental, teórica, História Oral, entre outras, que tornarão possível a investigação do tema proposto. Este trabalho tem o intuito de buscar amplos resultados, mas o principal será mostrar os diversos lados do Coronel José Pereira, ou seja, apresentar como era sua relação com os paraibanos e sua influência além das fronteiras municipais e estaduais. Com base no estudo da figura de José Pereira, poderemos compreender melhor este homem que teve muita influência na Paraíba. Ao estudarmos mais acerca de um personagem que teve muita relevância na política municipal e estadual paraibana, podemos, com o desenvolvimento desta análise, avançar o olhar do conhecimento em relação a muitos fatos sobre os quais nunca ou pouco se falou a respeito de José Pereira. Assim, a contribuição será socializar como foi à relação social, política e econômica dele para com o povo paraibano, e, dessa forma, aprender mais sobre este homem, o Coronel José Pereira, de Princesa.

Palavras-chave: Coronel José Pereira. João Pessoa. Revolta de Princesa. “Revolução de 1930”.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the relationship social and political situation in Colonel José Pereira and João Pessoa as "hero" and "anti-hero" in the scenario of Paraíba in the first Republic (1889-1930), the circumstances that led to the Revolt of Princess and the outbreak of the "Revolution of 1930". The objective is to also check how was the role of José Pereira with the people princessense and region; identify how was the relationship of José Pereira and João Pessoa; understand the reasons which led to the clash between them; understand the factors that contributed to this clash and the "Revolution of 1930", as well as understand how did the construction of memory in relation to the trajectories of the discourses in the era in which the work is being developed. The methodologies that will be used to achieve the proposed objectives are the bibliographical research, documentary, theoretical, Oral History, among others, which will make it possible to the investigation of the proposed topic. This work has the purpose to seek broad results, but the main will show the various sides of the Colonel José Pereira, i.e., present as was his relationship with the Paraíba and its influence beyond the borders the municipal and state. Based on the study of the figure of José Pereira, we can better understand this man who had a lot of influence in Paraíba. By studying more about a character who has had much relevance in municipal policy and state of Paraíba, we can, with the development of this analysis, advance the look of knowledge in relation to many facts about which they have never or little is talked about José Pereira. Thus, the contribution will be socializing as was the relationship social, political and economic it to the people of the state, and, in this way, learn more about this man, Colonel José Pereira, from Princess.

Keywords: Colonel José Pereira. João Pessoa. Revolt of Princess. "Revolution of 1930".

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Coronel José Pereira Lima (1930)	18
Figura 2	João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1930)	19
Figura 3	Jornal A União enaltecendo comício em prol de João Pessoa e atacando José Pereira (1930)	20
Figura 4	Jornal do Commercio divulgando que João Pessoa solicitou o apoio de Lampião para lutar contra José Pereira (1930)	22
Figura 5	Jornal A União acusando e deturpando José Pereira de ser cangaceiro (1930)	23
Figura 6	Jornal A União defendendo João Pessoa acerca da Revolta de Princesa (1930)	24
Figura 7	Jornal A União enfatizando que José Pereira e os Pessoa de Queiroz são inimigos da Paraíba e criminosos (1930)	26
Figura 8	Jornal A União acometendo José Pereira e chamando de bandidos aqueles que defendiam os ideais de Princesa (1930)	29
Figura 9	Jornal do Commercio divulgando que oito municípios paraibanos estão contra João Pessoa, deserções na Força Pública e as exonerações das autoridades de Princesa (1930)	31
Figura 10	Jornal A União glorificando João Pessoa (1930)	33
Figura 11	Jornal do Commercio mostrando a força e resistência de Princesa contra os ataques promovidos pelas forças policiais de João Pessoa (1930)	34
Figura 12	Jornal A União exaltando a administração de João Pessoa (1930)	35
Figura 13	Jornal do Commercio noticiando o protesto de José Pereira contra o extermínio de mulheres e crianças em Princesa por parte de João Pessoa (1930)	37
Figura 14	Jornal do Commercio divulgando e enaltecendo a derrota de João Pessoa acerca da Revolta de Princesa (1930)	41
Figura 15	Manchetes induzindo o povo paraibano em pesquisa acerca de quem é o maior traidor da Paraíba (1930)	43
Figura 16	Jornal A União ovacionando João Pessoa e a sua memória após seu assassinato (1930)	53
Figura 17	Jornal A União consagrando João Pessoa com a edificação de uma estátua	

	(1930)	56
Figura 18	Jornal A União notabilizando a memória de João Pessoa (1930)	57
Figura 19	Jornal A União ridicularizando a imagem de José Pereira (1930)	59
Figura 20	Jornal A União condecorando João Pessoa após seu assassinato (1930)	60
Figura 21	Jornal A União glorificando e prestigiando o nome de João Pessoa (1930)	61
Figura 22	Jornal A União venerando a imagem de João Pessoa com a construção de uma estátua em Campina Grande (1930)	64
Figura 23	Estátua do ex-presidente João Pessoa em Campina Grande (1931)	65
Figura 24	Jornal A União dignificando João Pessoa e seu governo através da Igreja Católica (1930)	68
Figura 25	Jornal A União aclamando a Igreja Católica e o povo em apoio a João Pessoa (1930)	68
Figura 26	Praça edificada em homenagem à memória do ex-presidente João Pessoa na capital do Estado (1933)	70
Figura 27	Mesa da Confeitaria Glória onde João Pessoa foi assassinado em Recife (1930)	77
Figura 28	Palacete/sobrado da Praça da Independência (1980)	80
Figura 29	Jornal da Paraíba começa a escolha do paraibano do século (2001)	83
Figura 30	Jornal da Paraíba divulgando a escolha do paraibano do século (2001)	84
Figura 31	Jornal da Paraíba divulgando os nomes e os telefones para a escolha do paraibano do século (2001)	85
Figura 32	Jornal da Paraíba expondo o nome de João Pessoa para a escolha do paraibano do século (2001)	86
Figura 33	Jornal da Paraíba informando a trajetória de vida de João Pessoa (2001) ...	87
Figura 34	Jornal A União bajulando João Pessoa como herói (1930)	89
Figura 35	Jornal A União endeusando a memória de João Pessoa (1930)	91
Figura 36	Jornal A União vangloriando a Aliança Liberal e zombando de José Pereira (1930)	93
Figura 37	Manchetes defendendo João Pessoa e atacando José Pereira e o Jornal do	

	Commercio (1930)	94
Figura 38	Jornal A União desvalorizando a imagem de José Pereira (1930)	96
Figura 39	João Lelis de Luna Freire se referindo a José Pereira e seus homens como inimigos do Estado da Paraíba no embate da Revolta de Princesa. Será? (1930)	97
Figura 40	José Américo de Almeida venerando o nome de João Pessoa (1930)	99
Figura 41	José Américo de Almeida depreciando a imagem de José Pereira e de seus homens (1930)	101
Figura 42	Jornal A União agraciando a imagem de João Pessoa (1930)	102
Figura 43	Jornal A União coroando João Pessoa como um grande homem após sua morte (1930)	105
Figura 44	Jornal A União enobrecendo João Pessoa depois de seu assassinato (1930)	106
Figura 45	Jornal A União exacerbando o nome de João Pessoa (1930)	107
Figura 46	Jornal A União atacando o Jornal do Commercio e José Pereira (1930)	108
Figura 47	Jornal A União desdenhando e forjando o “suicídio” de João Dantas e Augusto Caldas e prestigiando João Pessoa (1930)	109
Figura 48	Imagem de João Dantas depois de ser assassinado na penitenciária em Recife (1930)	116
Figura 49	Imagem do crânio de João Dantas após exumação (1930)	117
Figura 50	Jornal do Commercio rebatendo os ataques promovidos pelo Jornal A União (1930)	124
Figura 51	Jornal do Commercio promovendo o nome e a imagem de José Pereira (1930)	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sócios efetivos do IHGP	72
Quadro 2	Galeria de presidentes do IHGP (1905-2010)	75
Quadro 3	Jornal do Commercio de Pernambuco - 1930 - Manchetes	130

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 JOSÉ PEREIRA X JOÃO PESSOA: OS DISCURSOS COM RELAÇÃO À REVOLTA DE PRINCESA	17
2.1 José Pereira: um vilão paraibano?	28
3 HERÓI” POR ACASO OU FORJADO? A MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA DO “HERÓI” JOÃO PESSOA E A DO “ANTI-HERÓI” JOSÉ PEREIRA EM RELAÇÃO À “REVOLUÇÃO DE 30”	51
3.1 O olhar da escrita paraibana: construindo “mitos” e “heróis” através da “historiografia e memória oficial”	71
3.2 História Oral: mecanismo de continuidade da memória perrepista	110
3.3 Esquecimento e resistência: a elaboração da escrita perrepista	113
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho explanará a trajetória de vida do Coronel José Pereira Lima (1884-1949)² acerca de sua representação social e política na Paraíba, e também no Nordeste e no Brasil durante o período entre 1889-1930. Mas, como podemos desvendar as características de um dos maiores personagens da história paraibana? Bom, falar sobre José Pereira significa adentrar em nossas próprias características de paraibanos e com isso aprender mais com relação à nossa historiografia. Com base no título deste trabalho, caminharemos juntos com a Revolta de Princesa, movimento ocorrido na Paraíba em 1930 que nos detalhará com mais precisão a figura que transcende os tempos de José Pereira. Abordaremos ainda a “Revolução de 30”, que teve papel importante no desenrolar do movimento de Princesa, bem como na vida dos princesenses, paraibanos e, principalmente, na vida do Coronel José Pereira Lima.

Concomitantemente, é de suma relevância a descrição da figura do então presidente paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (1878-1930)³, que, dentro do contexto que este trabalho visa a analisar, teve papel fundamental na história da Paraíba. As atitudes que viria a tomar enquanto presidente do Estado chegariam vindouramente à eclosão da guerra civil de Princesa. Ou seja, a representação social e política de José Pereira e de João Pessoa como “herói” e “anti-herói” serão fundamentais e consubstanciadas para as indagações, interrogações que este trabalho percorrerá e esclarecerá acerca dos discursos proferidos com relação a esses homens que tiveram uma significativa importância para a História da Paraíba e do Brasil.

Mas, qual a necessidade e importância da realização deste trabalho? Esta pesquisa, que se debruça sobre a pessoa de José Pereira, trará uma abrangência, uma maximização da

² José Pereira Lima nasceu em 1884, filho de Marcolino Pereira Lima, chefe político do município de Princesa, atual Princesa Isabel (PB). Tendo ingressado na Faculdade de Direito do Recife, abandonou os estudos em 1905, quando cursava o segundo ano, em virtude da morte de seu pai. Assumiu então a chefia política do município de Princesa, tornando-se um importante “coronel”, o maior da Paraíba e um dos maiores do Nordeste. Faleceu no dia 13 de novembro de 1949.

³ João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (Umbuzeiro, 24 de janeiro de 1878 - Recife, 26 de julho de 1930) foi um advogado e político brasileiro. Era sobrinho de Epiácio Pessoa, presidente da República (1919-1922). Foi auditor-geral da Marinha, ministro da Junta de Justiça Militar, ministro do Superior Tribunal Militar e presidente da Paraíba (1928-1930). Foi candidato em 1930 a vice-presidente na chapa de Getúlio Vargas, mas perdeu para a chapa governista, encabeçada por Júlio Prestes. Seu assassinato, na Confeitaria Glória, na Rua Nova, no Recife, por João Dantas, enquanto ainda era governador, é considerado uma das causas da Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e levou ao poder Getúlio Vargas. Foi em sua homenagem que, a partir do dia 4 de setembro de 1930, a capital do Estado da Paraíba, antes denominada de “*Parahyba*”, passou a se chamar João Pessoa.

história do nosso Estado, e permitirá enxergar como muitos personagens históricos não têm o devido “reconhecimento” ou certa relevância nas escritas no decorrer da temporalidade. Reunir análises historiográficas sobre o movimento de Princesa fará com que tenhamos uma capacidade de enxergar com outra ótica um homem que, dentro da delimitação temporal e dos acontecimentos ocorridos, teve seu nome muitas vezes tratado de forma vexatória e incoerente, como se verifica até hoje em literaturas e mídias diversas um retrato de preconceito acerca dos sertanejos e, obviamente, em relação à pessoa do Coronel José Pereira. Destarte, este estudo torna-se importante também pelos aspectos sociais, não só para o leitor que tem afinidade com o tema proposto, mas para a sociedade em geral. A socialização de personagens e temas que não estão em primeiro lugar na literatura e nas mídias deve ser exposta, e é esse o caso deste trabalho, que versará, no decorrer da análise crítica, sobre figura de José Pereira em contraponto com a de João Pessoa.

Todavia, nossa intenção não é extinguir ou eliminar a memória de João Pessoa em detrimento de outra, no caso, a de José Pereira, mas problematizar e questionar as legitimidades discursivas que foram postas coercitivamente em meio à Revolta de Princesa e à “Revolução de 30”. Propor um discurso sobre um tema que é e foi tão mencionado em nosso Estado é satisfatório numa interação histórico-cultural-social com a população. Poder levantar novas interrogações para um debate com relação a acontecimentos que marcaram a História da Paraíba é, indubitavelmente, necessário dentro dos paradigmas que a historiografia oficial, juntamente com a memória, desenvolveu sobre o nome e a imagem de José Pereira e João Pessoa.

Uma vez que foram colocadas as evidências e fatores acerca da Revolta de Princesa e do golpe de outubro de 1930 como retórica conveniente de um grupo que almeja o ápice do poder paraibano e brasileiro, desmitificar tais retóricas empregadas como as únicas formas absolutas será uma ferramenta que nós, historiadores, podemos contribuir em meio a uma historiografia paraibana e brasileira ainda cheia de acepções totais. Afinal, tudo o que é posto como definitivo ou absoluto merece um olhar vasto e problematizador em contraposição com os discursos elaborados.

O discurso globalizante não se relaciona com o historiador. As lacunas são imensas, e nelas habitam muitos equívocos e contradições. Assim, com as escolhas epistemológicas presentes neste trabalho, poderemos discutir e entender as construções acerca de José Pereira e João Pessoa promovidas especificamente a partir da Revolta de Princesa e, em seguida, da “Revolução de 30”.

A Revolta de Princesa de 1930 e a “Revolução de 30” serão grandes acontecimentos que tornarão a análise em torno do nome de José Pereira mais ampla e esclarecedora. Concomitantemente, será fundamental compreendermos o papel de João Pessoa para com esses movimentos e na relação com o Coronel José Pereira. Todavia, iremos construir e desconstruir muitos vieses que foram impostos sobre ambos os personagens citados anteriormente. É fortuito ressaltar que não é o objetivo propor a busca de um “mártir” ou um “herói”, mas ressaltar a importância e o destaque merecidos dentro da delimitação temporal tendo como base os acontecimentos de 1930. Através da História Oral, o desencadeamento deste trabalho ficará mais abrangente, visto que a oralidade será uma fonte de vivência dos perrepietas como forma de preservar e manter uma memória do grupo que, após a “Revolução de 30”, foi relegada ao silêncio e à marginalidade. Mas um silêncio como método e anseio de, quando propício, questionar e disputar a memória ou os lugares de memória.

O trabalho que está sendo proposto e realizado tende a compreender como nossa história está galgada em construções fantasiosas e à memória que foi criada em torno da Revolta de Princesa e seus principais personagens, José Pereira e João Pessoa. Com a ajuda das obras de vários autores/historiadores, sobretudo nas de Inês Caminha Lopes Rodrigues (1981), Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, mais conhecido como Fuba, (2008), Joaquim Inojosa (1980)⁴, Joaquim Moreira Caldas (2008), José Américo de Almeida (1978), José Caitano de Oliveira (2013), José Luciano de Queiroz Aires (2006), Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989) e Pierre Nora (1993), desencadaremos um debate acerca das concepções da figura do Coronel José Pereira Lima e do então presidente paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Se em muitas escritas ou para muitas pessoas João Pessoa foi um “mártir” e José Pereira um “anti-herói”, veremos, com a contribuição destes autores/historiadores citados e outros, que há muito a se conhecer da nossa história e historiografia.

Adentraremos também no conceito de memória e pontuaremos as relações que ocorreram na Paraíba para enxergarmos com mais nitidez os discursos fabricados acerca da memória de José Pereira e João Pessoa. Ao introduzir autores, historiadores e órgãos oficiais

⁴ Nasceu Joaquim Inojosa de Andrade, em 27 de março de 1901, na antiga vila de São Vicente, município de Timbaúba, no Estado de Pernambuco, hoje cidade de São Vicente Férrer, filho de João Inojosa de Albuquerque Andrade Lima e Ninfa Pessoa de Albuquerque Vasconcelos. Fez o primário na aldeia de nascimento, prosseguindo os estudos no Colégio Nabuco, da cidade de Timbaúba (1912/1914); no Ginásio Aires Gama, no Recife (1915), onde fundou, aos 13 anos de idade, a Sociedade Literária Álvares de Azevedo (1915/1920), e no Ginásio do Recife (1916/1917). Concluiu os preparatórios no Liceu Paraibano, na atual João Pessoa, Paraíba, onde chegou com uma carta de apresentação de Assis Chateaubriand para o escritor Carlos Dias Fernandes. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1919, formando-se na turma de 15 de dezembro de 1923.

vinculados ao governo paraibano na elaboração fantasiosa da memória paraibana, pretendemos perceber os métodos como fatos desencadeados na década de 1930 ainda se perpetuam na contemporaneidade. O Jornal A União foi sem dúvida um veículo de comunicação abrangente na disseminação da memória do “herói” João Pessoa e do “vilão” Coronel José Pereira. Concomitantemente, podemos discernir melhor como a história pode ser maculada e controversa, para assim olharmos com mais criticidade os motivos que se escondem por trás de atos políticos impostos coercitivamente à população década a década.

É notório também como podem ser construídos e impostos para nós, através da historiografia e da memória, personagens e acontecimentos. Todavia, nosso intuito é analisar como muitos fatos ocorreram e entender como até os dias atuais as escritas podem influenciar o pensamento e de muitas pessoas. Para isso, vamos destrinchar as faces que nos levam a aceitar “uma verdade” e esquecer as omissões. Isto fará com que nossa ótica se expanda, de modo que passamos desconstruir tudo o que foi imposto a fórceps unilateralmente.

É destacado perceber que muito da construção da História da Paraíba e da dos “heróis” e “anti-heróis” tem intenções de perpetuação dos poderes econômicos, políticos, etc. Para revisitar o passado com vistas a ratificar a memória “verdadeira” e tornar legítimo o que se deseja escrever na historiografia paraibana acerca dos inúmeros acontecimentos ocorridos, devemos desvendar as histórias fabricadas e torná-las heterogêneas, e não homogêneas, pois o passado é, muitas vezes, uma alça para a manutenção dos privilégios, a criação de mitos e a omissão de contexto. Assim sendo, vamos compreender neste trabalho as “verdades” e “mentiras” acerca dos nomes de José Pereira e João Pessoa.

2 JOSÉ PEREIRA X JOÃO PESSOA: OS DISCURSOS COM RELAÇÃO À REVOLTA DE PRINCESA

*“[...] O coroné Zé Pereira
É chefe como ninguém
Home de boas maneira
Todo mundo lhe qué bem.
Mas não é de brincadeira
Tem corage como o trem...
Cumpadre, mecê não pense
que Princesa é mole não!
Gunverno pensa que vence,
Coitado, mas pensa em vão!
Libertadô princesense
briga até caí no chão!”*

(José Caitano de Oliveira)⁵

“Muitos dos vencidos, entre os mais salientes, chegaram a ser agarrados e entregues nas prisões à fúria de réus de crimes comuns, sedentos de vingança, pela benevolência com que João Pessoa tratava os detentos”.

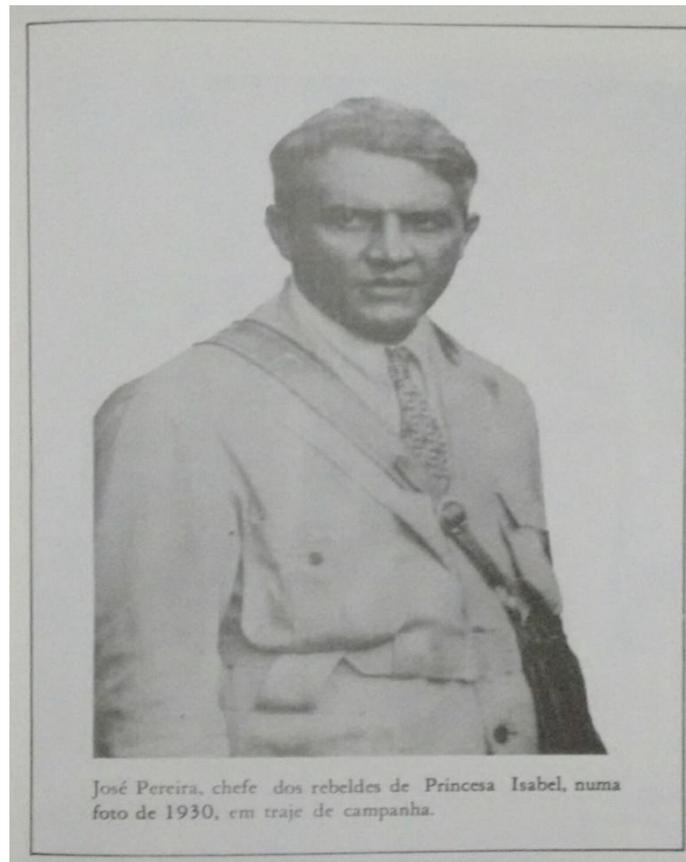
(José Américo de Almeida)⁶

Comumente, dentro da literatura e da historiografia paraibana, muitos personagens históricos são retratados com certos estereótipos dentro de um determinado contexto em que ocorreu algum fato. Nem tudo o que conhecemos podemos determinar como fato consumado ou puramente oriundo de uma única versão histórica. É preciso analisar, contextualizar, criticar as muitas versões que temos por base e buscar outros vieses para compreendermos melhor determinado acontecimento ou personagem. Nessa senda, o intuito deste trabalho será mostrar os outros lados, as outras formas de agir, pensar, etc. do Coronel José Pereira Lima, que por muitos tem seu nome ligado à barbárie, crueldade, um homem sem escrúpulos, entre outras coisas.

⁵ Cf. OLIVEIRA, José Caitano. **A Saga de 1930 e o doido da Parahyba**. João Pessoa: Sal da Terra, 2013, p. 237.

⁶ Cf. ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Nego (Memórias)**. Prefácio de Juracy Magalhães. João Pessoa: A União, 1978, p. 217.

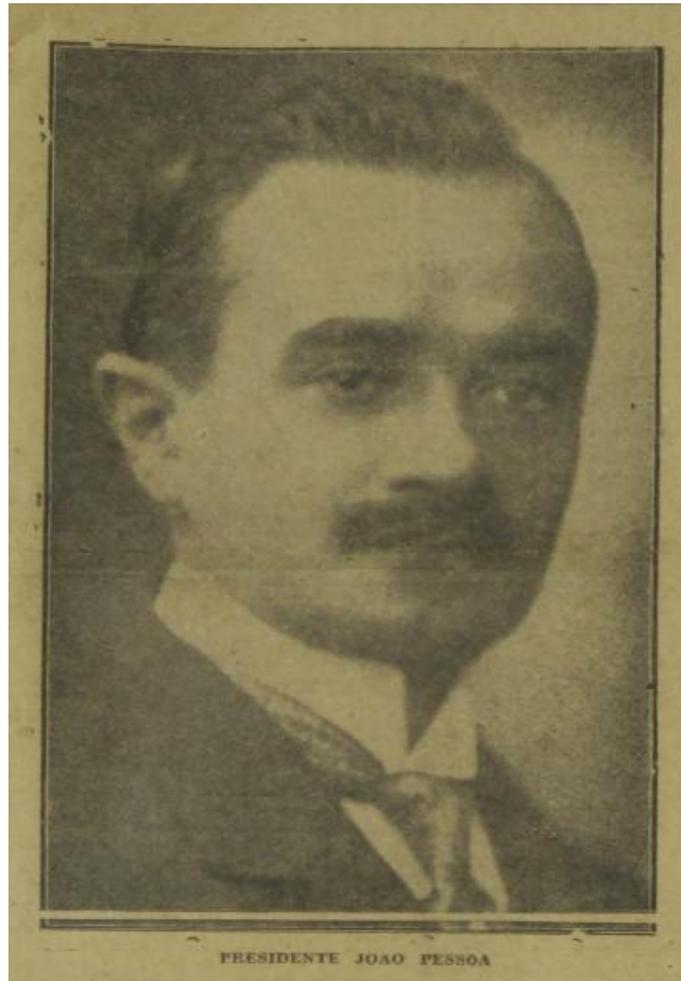
Figura 1 - Coronel José Pereira Lima.



Fonte: Almeida (1978, p. 235).

Na fotografia acima, podemos verificar José Pereira com seu traje durante a Revolta de Princesa. É possível ver esta fotografia com mais detalhes na obra de José Américo de Almeida (1978). É importante destacar que esta análise não visa a indicar se José Pereira foi melhor ou pior para a Paraíba do que João Pessoa, ou quem foi o “herói” ou o “vilão”, mas ressaltar e pontuar o que de fato aconteceu em torno da época vivenciada (1889-1930). Contudo, muitos traços históricos foram postos tanto com relação à figura de José Pereira como também à região sertaneja, de modo a distorcer os fatos realmente ocorridos e as características de José Pereira, como também do povo sertanejo. João Pessoa foi o homem que tentou promover vários discursos para deturpar o verdadeiro sentido dos fatos. De tal modo que consideramos como em nossa história a Revolta de Princesa se deve a um cidadão, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Não obstante, se João Pessoa fosse mais sensato e racional, evitaria muitas calamidades em nosso Estado. O sertanejo José Pereira Lima era muitas vezes vinculado à violência, brutalidade, falta de educação, etc., mas não é bem isso o que é e foi, pois, segundo Inojosa (1980, p. 95), era “[...] um coronel diferente, era um coronel civilizado [...]”.

Figura 2 - João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 10 de agosto de 1930, p. 1.

Os discursos proferidos sobre José Pereira são muitas vezes relacionados à violência, como se ele fosse uma pessoa capaz de promover mandos e desmandos na sua cidade, Princesa. E esses mandos e desmandos foram fatores para a eclosão da maior revolta/sedição ocasionada na Paraíba, a Revolta de Princesa, em 28 de fevereiro de 1930. Pois, ao expandir os discursos pejorativos e fantasiosos acerca de José Pereira, o conflito ficou iminente, e com isso João Pessoa tentou impor a selvageria com suas forças policiais na cidade Princesa e outras tantas cidades sertanejas, não restando alternativa de José Pereira para repelir o ataque do ex-presidente paraibano. Mas, tal fato não ocorreu exatamente da forma que muitos escreveram em relação à Revolta de Princesa e a respeito de José Pereira, principalmente o que João Pessoa falava acerca de seu desafeto político. Por esse motivo, muitos discursos foram impostos para as dissimulações dos fatos. Dessa maneira, é o que notamos na fotografia acima do Jornal A União representando João Pessoa nas suas constantes edições.

Figura 3 - Jornal A União enaltecendo comício em prol de João Pessoa e atacando José Pereira.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 26 de março de 1930, p. 3.

É preciso destacar e evidenciar que todo esse ódio de José Pereira foi ocasionado pelo próprio João Pessoa e suas atitudes como chefe do Estado da Paraíba. Portanto, tal sentimento é ratificado na fotografia acima exemplificada, em que os discursos eram a favor do ex-presidente paraibano. João Pessoa foi investido no cargo de presidente do Estado da Paraíba pelo seu tio e maior líder político paraibano e da Paraíba no cenário brasileiro, Epitácio Pessoa. João Pessoa, que residia e exercia funções do seu trabalho como ministro do Supremo Tribunal Militar, em 22 de outubro de 1928 assumiu o cargo de presidente do Estado. Vale ressaltar que, por não estar ligado à política e características da Paraíba e por ser um homem atribuído ao seu trabalho vinculado à justiça, veio e assumiu o governo com o intuito de acabar com males políticos que ele julgava ser prejudicial à Paraíba. É o que podemos depreender das palavras da historiadora Inês Caminha Lopes Rodrigues:

Prometera a si mesmo encetar uma ferrenha campanha de moralização dos costumes, pois, segundo suas próprias palavras, estava “tudo podre”, fazendo-se necessária “uma vassourada em regra” para “purificar a vida pública, rebaixada por figuras de significação e aproveitadores gulosos” (RODRIGUES, 1981, p. 8).

Com esta fala, a autora procura evidenciar o quanto João Pessoa estava disposto a fazer enquanto presidente do Estado acerca da então política local vigente e seus costumes entrelaçados no cotidiano político, social e econômico. Então, com estas propostas executadas por João Pessoa, o relacionamento com os coronéis sertanejos, e inclusive com José Pereira, começou a se degenerar, visto que os costumes que vigoravam foram sendo derrubados pouco a pouco, e consigo a influência do mandonismo local junto aos coronéis. Assim, as ações promovidas por João Pessoa foram recebidas com imensa contrariedade pelos sertanejos. Portanto, podemos enfatizar que sua falta de preparo político, conhecimento profundo da Paraíba e a falta de sensibilidade acarretaram inúmeros protestos, dando início em breve à Revolta de Princesa. Também é preciso ter um olhar mais crítico e aguçado para perceber que a vindoura Revolta de Princesa teve nas atitudes intransigentes de João Pessoa seu início, e não na figura de José Pereira, cujo nome e papel do homem por trás de tal embate foram disseminados pela historiografia oficial.

Além desses contextos apresentados acima, podemos destacar outro fator que levou ao embate entre José Pereira *versus* João Pessoa. Nas palavras analisadas da obra de Linda Lewin, podemos ampliar nossa ótica a este respeito:

A animosidade era evidente. Desde a posse do novo governador e das medidas tomadas até aquele momento, José Pereira não o via com bons olhos [...]. O desprestígio político no sertão acarretara uma perda do controle econômico de José Pereira no município, com a remoção e demissão de pessoas de sua confiança, a tentativa de desarmamento e, por fim, a chapa elaborada sem consultá-lo. Essa última fora meramente à gota d'água para o recurso extremo à insurreição armada (LEWIN, 1993, p. 348).

Nas palavras de Lewin (1993), evidenciamos o que fora demonstrado anteriormente pelas palavras de Inês Caminha. Além das medidas feitas por João Pessoa no sentido de dar “uma vassourada” nos costumes vigentes na Paraíba, juntamente com os fatores apresentados por Linda Lewin, enxergamos o tamanho desmando que João Pessoa promoveu com o intuito de afrontar José Pereira, seus correligionários e o povo sertanejo (cidades circunvizinhas e outras tantas do sertão paraibano que apoiavam José Pereira, por exemplo, os Dantas, de Teixeira). Assim, a fôrceps João Pessoa promoveu a Revolta de Princesa ao interferir em costumes que para muitos eram normais nos anos de 1920 e 1930. Mesmo assim, João Pessoa tentou atribuir a José Pereira o papel de responsável pelo conflito que veio a ocorrer.

Na escrita de Flávio Eduardo Maroja Ribeiro (2008) sobre a Revolta de Princesa, José Pereira é retratado como dono de vasto prestígio no sertão paraibano. Como tal, a sua amizade

com Epitácio Pessoa era tamanha que ele mandou construir uma estátua em frente à sua residência, na praça da cidade de Princesa. Havia uma ótima relação entre José Pereira e Epitácio Pessoa na vida social e política dentro do PRP (Partido Republicano da Paraíba), em que José Pereira capitaneava votos tanto para Epitácio como para o partido. Entretanto, tal relação de prestígio entre ambos não foi capaz de fazer de João Pessoa desistir do embate político e pessoal contra Princesa e José Pereira. Segundo Mariano (2010, p. 116), “O prestígio político de José Pereira - deputado estadual por quatro mandatos, de 1916 a 1930 - se estendia à esfera federal [...]”. Com base na escrita de Ribeiro (2008) e Mariano (2010), destacamos os mesmos pensamentos nas palavras acerca da figura de José Pereira dentro da política que ultrapassava fronteiras. Com isso, já podemos perceber o quão importante era o papel de José Pereira no cenário político paraibano: um homem capaz de mobilizar pessoas para eleger um correligionário e também pessoas contra as arbitrariedades de João Pessoa.

Figura 4 - Jornal do Commercio divulgando que João Pessoa solicitou o apoio de Lampião para lutar contra José Pereira.



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 27 de março de 1930, p. 14.

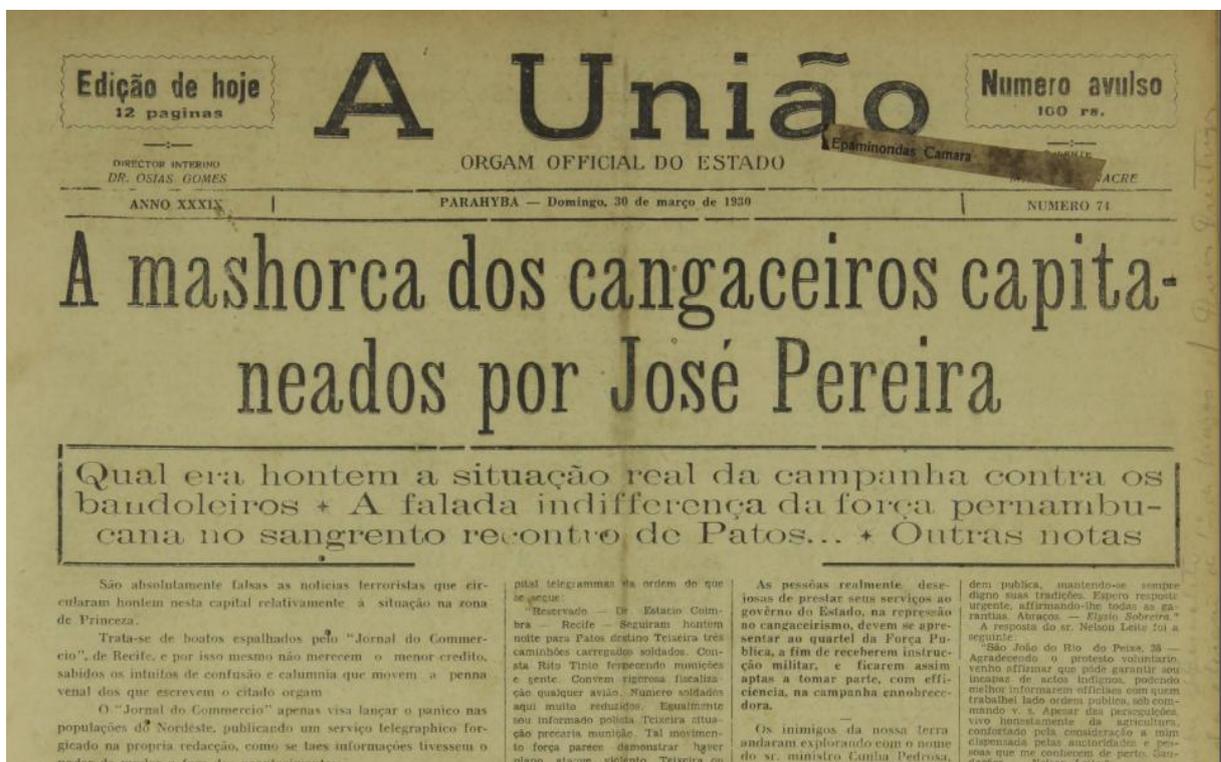
Com estas informações apresentadas até agora sobre a relação entre José Pereira e João Pessoa e com o rompimento político entre eles, João Pessoa começa a sua guerra pessoal contra José Pereira. Foi uma guerra/embate verbal, em que José Pereira era chamado de “cangaceiro”, “assassino”, etc., colocado como o “Judas” do povo paraibano, para dessa forma poder sobrepôr a população local, regional e nacional contra a cidade de Princesa e de seu chefe local, José Pereira. Mesmo assim, ao chamá-lo de “cangaceiro”, João Pessoa se contradizia, pois o próprio José Pereira foi uns dos que mais contribuiu com a luta contra o cangaço e a expulsão dos cangaceiros do território paraibano, visto que José Pereira foi o homem que impediu a Paraíba de nunca ter sido invadida por Virgulino Ferreira da Silva (Lampião). Enfatizamos agora como o Jornal do Commercio⁷ contestava as atitudes de João

⁷ O Sistema Jornal do Commercio de Comunicação teve início em 1919 com a criação do Jornal do Commercio pelo jornalista, empresário e político paraibano F. Pessoa de Queiroz. O primeiro exemplar do jornal foi vendido no dia 3 de abril do mesmo ano. A sucessão de crises administrativas e financeiras do grupo levou a uma grande greve em 1987, que resultou na mudança de controle acionário. O SJCC foi adquirido pelo empresário João Carlos Paes Mendonça, então ex- proprietário

Pessoa e fazia com que os discursos proferidos na Paraíba fossem desmascarados, ou seja, na fotografia abaixo, as acusações de João Pessoa contra José Pereira se voltavam contra ele, pois os fatos são forjados para deturpar a imagem dos perreperistas durante a Revolta de Princesa. É totalmente sem sentido a acusação do presidente da Paraíba. Vejamos, pois:

Segundo o Jornal Correio da Paraíba (edição de 27 de março de 1974 apud RIBEIRO, 2008:143), “Como se vê, José Pereira, em vez do cangaceiro que dizem, hoje, ter sido ele, foi um dos esteios mais fortes do Governo Suassuna, na luta que este empreendeu e que terminou levando o bom termo para expulsar Lampião do Estado da Paraíba”.

Figura 5 - Jornal A União acusando e deturpando José Pereira de ser cangaceiro.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 30 de março de 1930, p. 1.

Tais fatos apresentados e exemplificados só vêm a reforçar que José Pereira era um homem que se nutria não só de prestígio político e econômico, mas seu lado social e humano

da rede de supermercados Bompreço, iniciando a formação do Grupo JCPM, com a aquisição de ações e a administração de shopping centers no Brasil. A mudança de controle acionário e de administração levou o Sistema a uma recuperação. Atualmente, o Jornal do Commercio vem mantendo uma liderança há vários anos no setor de jornais impressos. A TV Jornal é afiliada ao SBT e vice-líder de audiência no Estado. A Rádio Jornal ostenta a liderança de audiência entre as emissoras AM e FM e também a liderança do segmento jornalístico na Região Metropolitana do Recife e a liderança entre as emissoras AM em Caruaru.

se destacava em meio a tantas afirmações negativas que eram feitas ao seu respeito, principalmente por de João Pessoa. Com o rompimento político entre José Pereira e João Pessoa, muitos amigos e correligionários do Coronel José Pereira romperam em apoio a ele, como os Dantas e os Suassuna. Então, João Pessoa adotou medidas drásticas com relação a tal fato enviando tropas da Polícia Militar da Paraíba (antes denominada de Força Pública) para a cidade de Princesa e outros municípios em que José Pereira tinha influência. Portanto, com o envio dos policiais para Princesa, não houve como José Pereira evitar o embate em defesa de sua cidade, família, amigos e de sua pessoa, dando início à Revolta de Princesa, em 28 de fevereiro de 1930.

Figura 6 - Jornal A União defendendo João Pessoa acerca da Revolta de Princesa.

O excerto registou a \$112,128, sendo a libra a 409796, o dollar a \$3620 e o franco a \$351. O mil réis ouro foi vendido a \$4567.

Está de plantão hoje a farmacia José Alves Guimarães, rua Epitácio Pessoa n. 21. A maxima termometrica de hontem foi 30,5 e a minima 21,8.

DIRECTOR INTERINO
DR. OSIAS GOMES

GERENTE
Epitácio Pessoa
MACRE

ANNO XXXIX | PARAHYBA — Quarta-feira, 16 de abril de 1930 | NUMERO 88

A União

ORGAM OFFICIAL DO ESTADO

Epitácio Pessoa
MACRE

O presidente João Pessoa quer vencer o cangaceirismo sem derramar sangue

O dr. Jayme Lima, que acaba de chegar da Parahyba, em entrevista a «O Jornal», pôe em seus termos exactos a situação em seu Estado

Com esses títulos O Jornal, do Rio, publicou o seguinte:
"Para quem lê as notícias alarmantes que a imprensa ao serviço da corrente prestista publica diariamente, sobre a situação na Parahyba, uma palestra com o dr. Jayme de Lima, clínico de renome na capital parahybana, e que acaba de chegar desse Estado, é a coisa mais desconcertante que se possa imaginar. A todas as perguntas sobre revolução, sobre morticínios e perturbações políticas na Parahyba, que lhe são feitas, elle responde serenamente, com os olhos tranquilos, onde passa um certo espanto e inquietação pela integridade mental de quem o interroga, que não ha nada, nem houve nada, a não ser os incidentes de Teixeira, já terminados, e o de Princesa, na sua phase final.
Não sendo politico, nem tendo ligação alguma com os partidos em an-

Secções houve em que a apuração terminou tarde da noite, na maior tranquillidade.

NO INTERIOR DO ESTADO
— No interior do Estado — prosegue o nosso entrevistado — as eleições correram calmas, havendo, como todos sabem, as excepções de Teixeira e de Princesa, e o curioso caso de Mogeiro, que é uma historia interessante, e que lhe conto tal qual a soube, por pessoas de inteira probidade. O dr. João Florenço é chefe prestista de Itabayana. No dia das eleições recebeu um telegramma de Mogeiro, reduto prestista, de que allí tudo corria normalmente.
Ao mesmo tempo, o prefeito da mesma cidade, sr. Fernando Pessoa, era avisado de que a eleição em Mogeiro fóra feita na vespera. Diante desse desencontro das informações liberal e prestista, o sr. Fernando Pessoa foi pessoalmente pedir ao dr.

Já se encontra no Rio de Janeiro, para onde seguiu no domingo ultimo, o dr. José Americo de Almeida, deputado federal eleito em 1.º de março e esbulhado pela Junta de Apuração, que também prejudicou os demais representantes escolhidos pelo suffragio popular.
O illustre conferencista viajou até Recife de automovel e dali á capital da Republica no hydro-avião Bismenau, da "Condor Syndicat".
Em telegramma transmitido hontem ao sr. presidente João Pessoa, o distinguído intellectual e politico informou a a. ex. ter feito magnífica viagem.

Chegado ao Rio, o dr. José Americo de Almeida dirigiu ao presidente João Pessoa o seguinte telegramma: "RIO, 14 — Vim avião estou Hotel Avenida. Abraços. — José Almeida."

Dr. José Americo de Almeida

Fallencia reaberta

Uma sentença recente, do juiz de direito da comarca da capital

Um dos galpões do perreptismo improvisados em supplementes para, no ambiente morno da Junta de Apuração, perpetrarem o escandaloso esbulho dos candidatos eleitos pelo povo parahybano, foi — esse nome ficou gravado na memoria dos nossos conterraneos, para maior repulsa — o sr. Porphirio Marinho.
Quando ficou composto o duo equivoco, encarregado da esbrosa missão desse monstruoso attentado contra a soberania popular, accentuou o presidente João Pessoa, em telegramma para o presidente do Supremo Tribunal, que um dos "juizes" da Junta era negociante fallido.
Essa qualidade deixava bem ver o criterio dominante na escolha dos protagonistas da farça.
O processo de fallencia do supplemente em apreço apresentava, entretanto, uma curiosa suspensão, obtida por meio de concordata para pagamento aos credores com 5 %, no prazo de 18 meses. Havendo credores privilegiados, sem garantias especiais, entre elles a Fazenda do Estado e a do municipio, a firma fallida e concordataria fallhára lamentavelmente aos seus compromissos e obrigação legal de pagar os respectivos creditos dentro do prazo de 15 dias.
A concordata tinha assim de ser rescindida e a fallencia de ser re-

lançada das dividas aos credores privilegiados, sem garantias especiais, não sujeitos aos effeitos da concordata.
Pelo exposto, mais dos autos e principios juridicos inherentes ao caso em apreço, decreto, na forma da lei, a rescisão da concordata obtida por Porphirio Marinho, sob a firma individual P. Marinho, por ser conforme ao direito e ás provas apresentadas.
Não tendo havido nomeação do liquidatario, em virtude da acceptação da concordata, nomeio provisoriamente ao credor Banco do Estado da Parahyba, na pessoa do seu actual gerente e convoco a assembleia de credores para a eleição de liquidatario definitivo, no dia 12 de maio proximo vindouro ás 9 horas e na sala das audiencias judicias, no antigo mosteiro de São Bento, nesta cidade.
Affixe-se o respectivo edital no jornal A União e outro de grande circulação nesta capital.
Todavia, fica sem effeito a convocação da assembleia, si credores, representando a maioria dos creditos, approvarem em declaração assignada com firmas reconhecidas, o ora nomeado, ou nomearem quem definitivamente deva servir.
Publique-se e intime-se ao fallido, ao requerente e curador das massas, bem como ao liquidatario nomeado

VIDA RELIGIOSA

SIMANA SANTA NA CATHEDRAL
Quarta-feira de Trevas: — Hoje, ás 16 horas, será rezado o officio de Trevas.
Quinta-feira Santa: — A's 5 12 da manhã, missa solenne pontifical, benção dos Santos Oleos, communhão geral e procissão do S. S. Sacramento.
A's 16 horas o grande cortejo de

Fonte: JORNAL A UNIÃO, 16 de abril de 1930, p. 1.

Nas literaturas escritas acerca da Revolta de Princesa, é banal encontrarmos discursos inverossímeis que denegriam a imagem de José Pereira. Esses discursos eram as retóricas utilizadas pelas escritas oficiais do Estado. Por conseguinte, ao analisarmos a produção jornalística do Jornal A União, notamos, nas fotografias 5 e 6, um destaque na reportagem acerca do cangaço com relação a José Pereira. Esse jornal pregava um discurso provocativo levando a população a ficar contra os perreptistas dentro do canário da Revolta de Princesa.

Contudo, podemos perceber também discursos desconstruindo a imagem negativa que foi desenvolvida acerca do Coronel princesense, José Pereira. Portanto, vejamos como os outros discursos enxergavam a relação de José Pereira e João Pessoa conjuntamente em torno da Revolta de Princesa. Perceberemos como João Pessoa deseja o embate e não se permitia ouvir conselhos para desistir da sedição:

Mas João Pessoa não foi capaz de desistir do embate mesmo tendo várias pessoas influentes dentro e fora da Paraíba que tentaram convencê-lo a desistir da luta armada. Exemplos foram às figuras de Eptácio Pessoa e até o Padre Cícero Romão que enviaram telegramas, mas isso não foi suficiente para a paz retomar ao Estado e desta forma evitar um maior derramamento de sangue (RIBEIRO, 2008, p. 167).

Fica patente o quanto se tentava de todas as formas pôr fim à ideia de João Pessoa desistir do embate pessoal com o Coronel José Pereira, mas as palavras desses historiadores/autores não surtiram efeito e nada mudaram para o nosso Estado não ter nas historiografias vindouras essa luta sangrenta promovida pelo presidente da Paraíba, João Pessoa. Mais uma vez, na obra de Flávio Eduardo Maroja Ribeiro, podemos notar outra passagem na escrita que corrobora tudo o que foi dito sobre a gana de João Pessoa em ir à luta. Conforme Ribeiro (2008, p. 145)⁸, “várias tentativas de conciliação foram feitas partindo de João Suassuna⁹ e do próprio Eptácio, na possibilidade de um acordo político, porém João Pessoa foi intransigente e preferiu partir para a luta armada”.

Como já citado anteriormente acerca da boa relação política que José Pereira tinha na Paraíba e no Brasil, não faltou gente para defendê-lo antes e durante o embate de Princesa. Todos percebiam que ele não enxergava a batalha como fato para resolver suas desavenças políticas com João Pessoa, mas este não pensava da mesma forma e colocou vidas inteiras em meio a uma guerra particular sua, na qual muitos inocentes pagaram caro pela truculência das forças policiais de João Pessoa. Mesmo não tendo uma boa relação com João Pessoa, José Pereira tinha ótima relação com os primos do presidente paraibano do Estado de Pernambuco,

⁸ RIBEIRO, Flávio Eduardo Maroja. **Parahyba 1930: A Verdade Omitida**. João Pessoa: Sal da Terra, 2008. p. 145.

⁹ João Urbano Pessoa de Vasconcelos Suassuna (Catolé do Rocha, 19 de janeiro de 1886 - Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1930) foi um político brasileiro filiado ao Partido Republicano da Paraíba. Foi presidente da Paraíba entre 1924 e 1928, tendo sido assassinado na capital da República Velha em meio aos acontecimentos que sucederam a Revolução de 1930, cujo gatilho foi a morte do então governador João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que pertencia a um grupo político oposto ao de Suassuna. João Suassuna é pai do falecido escritor Ariano Suassuna, membro da Academia Brasileira de Letras.

os Pessoa de Queiroz. As medidas implantadas pelo então presidente do Estado da Paraíba ao chegar ao cargo, principalmente com a Guerra Tributária, expandiu-se ainda mais a intriga entre ele e José Pereira. Tal medida não só revoltou o Coronel José Pereira, mas vários outros coronéis sertanejos da Paraíba, ocasionando revolta inclusive com primos de João Pessoa que eram de Pernambuco, os Pessoa de Queiroz.

Assim, como eles se sentiram prejudicados pelas atitudes de João Pessoa em virtude de perdas financeiras e comerciais, houve um aumento nas fronteiras municipais e estaduais de indivíduos contrários às mudanças feitas no governo da Paraíba. Tão severos eram os desentendimentos entre João Pessoa e os Pessoa de Queiroz acerca da Guerra Tributária que foram usados jornais que ambos controlavam para a troca de farpas em detrimento dos desentendimentos entre eles. João Pessoa usava o Jornal A União, e os Pessoa de Queiroz o Jornal do Commercio de Recife para guerrear entre as famílias em torno de acusações mútuas com relação às medidas estaduais de João Pessoa.

Figura 7 - Jornal A União enfatizando que José Pereira e os Pessoa de Queiroz são inimigos da Paraíba e criminosos.

A mashorca dos cangaceiros capitaneados por José Pereira

Quem são os Pessoa de Queiroz, inimigos da Parahyba x Noticias de Tavares x Os instintos criminosos de José Pereira.

O "Jornal do Commercio", do Recife, justamente chamado pelo povo de organ official do banditismo do Nordeste, deu na sua secção dedicada ao cangaceirismo, o teor de um radiogramma procedente de Catolé do Rocha e transmitido para a estação de Souza.

Os irmãos Queiroz, irmãos no sangue e nas traquibernas, ninguém dirá que ignoram ser a revelação de correspondencia alheia, captada pela espionagem dos seus radiotelegraphistas, um verdadeiro crime, previsto no Código Penal.

Mas a consciencia dessa infracção não os fez recuar, habituados como estão a todas as contorções criminosas.

Vem mesmo a propósito estampar aqui, para que saibam todos os parahybanos quem são esses desfibrados inimigos, tópicos de uma carta elucidativa das actividades industriaes dos Pessoa de Queiroz em Recife.

e em Flores e nós proprietarios nos achamos em pleno prejuizo. Tal situação devemos ao Zé que em tempo algum fez e nem faz questão de prejudicar os outros.

Nos de Princeza é que sabemos de quanto é capaz o Zé Carnaval. Nunca tivemos liberdade e al daquelle que disseu qualquer coisa do coronel, que teria feito o seu fim. Todo mundo sabe disso e todo mundo sabe que o coronel Juliano sua vida politica em Princeza mandando surrar umas 80 pessoas no municipio.

Desta data faldica tivemos que nos curvar ao coronel, apollidando suas miserias, porque afinal de contas queriamos e queremos viver. A melhor do coronel é que quando estucante deu um empurro na seu proprio paé em uma festa de casamento que o fez tambor por terra. O facto é veridico e todo princezense sabe. O coronel sempre viveu cercado de typos terriveis como o seu emilhado dr. Marcolli-

Na ÉPOCA de CHUVAS

e de tempo inclemente é quando melhor se aprecia a efficacia de um remedio como a Emulsão de Scott. É nessa época que os organismos debilitados mais se resentem; em que se apanham resfriados, defluxos e gripe, com perigo de graves molestias do peito ou pulmões.

É, pois, a época de augmentar as forças, e accumular vitalidade que offereça resistencia ás doencas. Seja prudente e tonifique agora o seu organismo com o reconstituinte que nutre e fortalece: a

Emulsão de Scott

Fonte: JORNAL A UNIÃO, 11 de maio de 1930, p. 3.

Com toda a batalha verbal entre os Pessoa de Queiroz e o presidente paraibano João Pessoa, José Pereira e seus aliados, descontentes em meio às medidas impostas por João Pessoa, viram a relação estremecida entre eles e assim tentaram desarticular tais medidas implementadas compulsoriamente por João Pessoa. Tudo isso é o que a fotografia acima em destaque está enfatizando, pois as inverossimilhanças se estendiam aos Pessoa de Queiroz e não só eram restritas a José Pereira. Assim, os Pessoa de Queiroz incentivaram José Pereira a

ir para a batalha contra João Pessoa. Dessa maneira, ele teria todo o apoio que necessitasse para manter e derrotar João Pessoa na Revolta de Princesa. Também contribuíram para o embate entre Júlio Prestes¹⁰ e o governo paulista em decorrência da aliança política com José Pereira acerca das eleições no ano de 1930 que viriam a acorrer. É o que podemos perceber nas palavras de Inês Caminha:

Os Pessoa de Queiroz, interessados em alijar, de qualquer forma, o primo da presidência do Estado, julgando haver chegado o momento propício para um movimento neste sentido, asseguraram a José Pereira: “reaja que nós o sustentaremos” (RODRIGUES, 1981, p. 27).

O embate, que era muito mais no campo verbal, tornou-se cada vez mais próximo de chegar até o ponto de exercer grande influência na rixa familiar entre os Pessoa. A rixa pessoal e política era de João Pessoa para com José Pereira. Não foi este último que buscou ou tinha o interesse de levar os desentendimentos às vias de fato. Cada vez mais, presenciamos que José Pereira era um homem que se distanciava da violência, apesar de ter ao seu comando em torno de 2.000 homens.

Assim sendo, mesmo com as acusações de João Pessoa de que José Pereira fazia parte do cangaceirismo e usou seus homens contrários aos interesses do Estado e do povo paraibano, é válido observar o quanto as insinuações do presidente paraibano estavam desvirtuadas. Além da quantidade de homens ter sido utilizada para defender a si próprio, sua família, seus amigos e lutar contra a invasão dos homens do cangaço, José Pereira só veio usar sua força, assim como a de seus homens, a partir do momento em que João Pessoa invadiu a cidade de Princesa e outros municípios que davam apoio ao Coronel José Pereira. Nesse contexto, evidenciamos as reações que José Pereira teve com relação a João Pessoa, ou seja, a ação do ex-presidente paraibano teve a reação do princesense José Pereira, uma vez que, como o próprio nome deixa claro, a Revolta de Princesa foi uma batalha que podia ser evitada e não causada, mas João Pessoa a desejava e José Pereira não teve como evitá-la para defender seu povo e a si mesmo.

¹⁰ Júlio Prestes de Albuquerque (Itapetininga, 15 de março de 1882 - São Paulo, 9 de fevereiro de 1946) foi um poeta, advogado e político brasileiro. Filho do quarto presidente do Estado de São Paulo, Fernando Prestes de Albuquerque, e Olímpia de Santana, foi casado com Alice Viana. Foi o último presidente do Brasil eleito durante a o período conhecido como República Velha, mas, impedido pela Revolução de 1930, não assumiu o cargo. Júlio Prestes foi o único político eleito presidente da república do Brasil pelo voto popular a ser impedido de tomar posse. Foi o décimo terceiro e último presidente eleito do Estado de São Paulo (1927–1930), apesar de Heitor Penteado tê-lo sucedido como presidente interino devido à candidatura de Prestes à presidência da República. Em 23 de junho de 1930 tornou-se o primeiro brasileiro a ser capa da revista Time.

2.1 José Pereira: um vilão paraibano?

“Quanto ao Sr. José Pereira estava longe de ser o bandido horripilante que a campanha aliancista descrevia. Era apenas um chefe igual aos outros, com os defeitos e as virtudes do sertanejo, valente e decidido, dissimulado, sagaz e convencido...”

(Barbosa Lima Sobrinho falando das características de José Pereira)¹¹

“É preciso agirmos sem delongas e com o máximo de violência para logo esmagá-los”.

(João Pessoa falando com seus homens e mandando executar suas ordens contra José Pereira, o povo de Princesa e demais cidades sertanejas)

É óbvio que o Coronel José Pereira não era “nenhum santo” em meio à Revolta de Princesa, que “paralisou” a Paraíba, o Nordeste e o Brasil. Contudo, ele revidaria o ataque das forças estaduais de João Pessoa, pois nunca deixaria seus familiares e amigos serem trucidados, assassinados, sem reagir. O próprio João Pessoa sabia dos fortes laços de amizade que José Pereira tinha, de sua influência e da quantidade de homens que detinha em sua região. Com isso, o presidente paraibano tentou denegrir a imagem de José Pereira para trazer para si “os motivos” para o embate, já que se não fosse agindo assim não atrairia seguidores para a batalha, inclusive os próprios policiais do Estado. Assim, descreve Inês Caminha:

Maior poder de fogo apresentava *A União*. José Pereira era chamado pelo jornal de “truculento cabeça dos assassinos e ladrões, “asqueroso traidor”, “rombuda figura de tarado”, “audaz curiboca”, “bronco e retardado mental, capaz de tudo no seu primitivismo de trabuqueiro”, “celerado”, Lampião de gravata”, “fascinoroso chefe de malta” (RODRIGUES, 1981, p. 48, grifo do autor).

João Pessoa usava estes meios para desvirtuar os verdadeiros subterfúgios de ele desejar guerrear contra Princesa e encobrir seus atos. Tudo o que João Pessoa falava era contraditório para usar o nome do Coronel José Pereira e de seus aliados. Porquanto, com o rompimento de José Pereira e outros políticos paraibanos, estes se unem ao Coronel José

¹¹ Cf. RIBEIRO, Flávio Eduardo Maroja. **Parahyba 1930: A Verdade Omitida**. João Pessoa: Sal da Terra, 2008. p. 166.

Pereira e formam o perrepismo¹². Não obstante, João Pessoa não aceitou tal atitude, e daí em diante nutriu a ânsia de destruir e macular a imagem de José Pereira, tornando-o o maior traidor e desonroso homem que a Paraíba já teve.

A Revolta de Princesa foi um meio que o Estado usou para ratificar os objetivos antagônicos de João Pessoa, pois os sertanejos não passavam de bandidos que estavam maculando a imagem da Paraíba, enquanto João Pessoa era o homem que veio para “curar” os “males”. Fato evidente na fotografia logo abaixo, que ilustra esse contexto.

Figura 8 - Jornal A União acometendo José Pereira e chamando de bandidos aqueles que defendiam os ideais de Princesa.

A UNIÃO — Quinta-feira, 24 de julho de 1930

A campanha contra os bandidos de Princesa

As fronteiras de Pernambuco abertas para os facinorosos de José Pereira

Uma scena de selvageria

Ha poucos dias, um grupo de 80 bandidos de José Pereira atacou o povoado Canaliá, do município de Alagoa de Manguaba.

Alli se encontravam apenas 15 homens, que depois de oferecer heróica e tenaz resistência, conseguiram matar um dos atacantes e ferir cinco, ficando o restante em fuga desordenada.

Segundo informações fidedignas, os canceiros em fuga voltaram ao seu covil em Princesa, sendo vistos passar livremente por Alagado de Ingazeiras, município pernambucano, como se fossem uma tropa regular.

E em face dessa revoltante proteção dispensada pelo governo vizinho à perda de criminosos de Princesa, que José Pereira consegue espalhar o terror pelas nossas populações sertanejas.

Fechou-lhes o sr. Estacio Coimbra as fronteiras do seu Estado; saíram-lhes de desolados, sem se revoltando verdadeiramente nenhuns.

Nos ataques contra a honra das famílias, a perversidade dessa gente tem atingido a requinte de hediondes.

O caso de uma pobre mulher recolhida a um leito do hospital “Santa Luiza”, nesta capital, representa um indice da inominavel selvageria.

Fomos lanteos ver a infeliz victima dos miseraveis bandidos protegidos pelo presidente da Republica, que bem se podia ter como guardas de honra do Caffete.

Chama-se elle Maria Alves dos Santos, é natural do Estado do Piauí, conta uns 35 annos de idade, e casando-se, veio residir com seu marido José Alves dos Santos, a meia legua de Agua Branca, no lugar chamado Raposo.

Sendo ambos muito pobres, recorre-se a lavar roupas para ajudar no

perceira”, e, sem que elles podessem fugir, invadiram a casa, prendendo-os. Dividindo então os bandidos umas trouças de soldados a um canto da casa, enforcaram-se e perguntaram a José Alves dos Santos: “Então, tá protegendo mancebo, hein?” e gritaram, esbravejando: “Vae se sangrando por isso”.

O pobre homem padia, supplicou, que não o matassem, o mesmo fazendo sua mulher, mas em vão, alli mesmo os bandidos o sangraram com uma ferocidade horripilante.

Continuando na macabra historia, narrada entre lagrimas, Maria Alves declarou-nos que morto o seu marido, os 13 sanguinarios facinorosos, sob ameaças de sangral-a e a um seu filho de 19 annos, violentaram-na brutalmente, fugindo em seguida.

Momentos após varias camadas da roupa policia, passavam em perseguição.

REGISTO

FAZEM ANNOS HOJE:

O sr. José Varandas de Carvalho, cirurgião-dentista.

O sr. Francisco Ramalho Sobrinho, guarda-livros nesta praça.

A senhorita Maria das Dóres Dantas, filha do sr. Manuel Correia Dantas, residente nesta capital.

A sra. d. Nan Tavares Vellozo, esposa do sr. Atílio Vellozo, funcionario do Banco do Brasil no Rio de Janeiro.

A senhorita Christina da Silva Barbosa, filha do sr. Manuel Belmonte, fazendeiro em Passagem, deste Estado.

Sr. Hugo Bernardi: — Faz annos hoje o sr. Hugo Bernardi, encarregado do Serviço Radiotelegraphico do Estado.

A senhorita Rosa Christina de Salles, filha do sr. Francisco de Salles, funcionario da Capitania do Porto, nesta capital.

Demonstração da receita e despesa do Estado

Saldo do dia 22	1.590.249\$077
Recolhimentos feitos no Thesouro no dia 23	42.000\$000
Pela Recebedoria de Rendas	2.972\$420
Pelas Mesas de Rendas e outras repartições	44.972\$420
Despesa effectuada no dia 23	1.635.231\$497
Saldo para o dia 24	15.791\$099
No Thesouro	1.619.429\$506
No Banco do Estado da Parahyba	140.175\$747
No Banco do Estado da Parahyba, para constituição do capital do Banco Hypothecario	603.666\$600
No Banco Central	720.587\$153
Noutros pequenos bancos	100.000\$000
Sommas	85.000\$000
	1.619.429\$506

ACTOS OFFICIAES

Temos a gratissima satisfação de communicar a s. exc. que em sessão economica, realzada hontem, em nome

Fonte: JORNAL A UNIÃO, 24 de julho de 1930, p. 2.

Muitos policiais que foram combater em nome de João Pessoa não estavam totalmente certos se realmente seria necessário ir à luta ou se o Coronel José Pereira era realmente o que João Pessoa vinha falando a respeito dele. Havia policiais que eram amigos de José Pereira e tinham respeito pela pessoa dele, bem como pelas suas atitudes e benesses sociais. Por isso, João Pessoa tentou convencê-los tanto da figura “maligna” que José Pereira representava, como também da vitória que os policiais teriam ao invadir Princesa. Já dizia Caminha (1981) em sua obra que a polícia era desprovida de armas, munições, transporte, etc., e o fato de ir para um embate em que os homens de José Pereira eram exímios no conhecimento na região

¹² Facção política opositora a João Pessoa que teve como líder Heráclito Cavalcanti.

de Princesa e demais municípios seria um enorme desafio, pois enfrentar a caatinga seria uma guerra à parte.

Todos esses fatores contribuíram para muitas perdas de homens da polícia, entre outras coisas. O medo acometia os homens de João Pessoa. Foi até “contratado” um “feiticeiro”, “catimbozeiro”, com vistas a usar seus conhecimentos para encorajar a ida dos policiais à luta em nome do presidente da Paraíba. João Pessoa saía da esfera racional e demonstrava atitudes que nos autorizavam a entender que o posicionamento do ex-presidente paraibano partia para um âmbito quixotesco. Por conseguinte, para vencer a sua luta pessoal contra José Pereira, João Pessoa utilizaria todas as armas possíveis para triunfar. Inês Caminha desvenda tal atitude de João Pessoa:

Dos 200 homens que se pensou reunir, foram arrebanhados 180. Colocados em nove caminhões, seguiram em direção a Princesa, levando à frente um feiticeiro com um patuá de “rezas fortes” pendurado no pescoço. Seguiam com estardalhaço, a toque de corneta, e a cada parada o feiticeiro (“catimbozeiro”) fazia uma pregação afirmando que todos estavam protegidos e iriam “pegar Zé Pereira a unha” (RODRIGUES, 1981, p. 54).

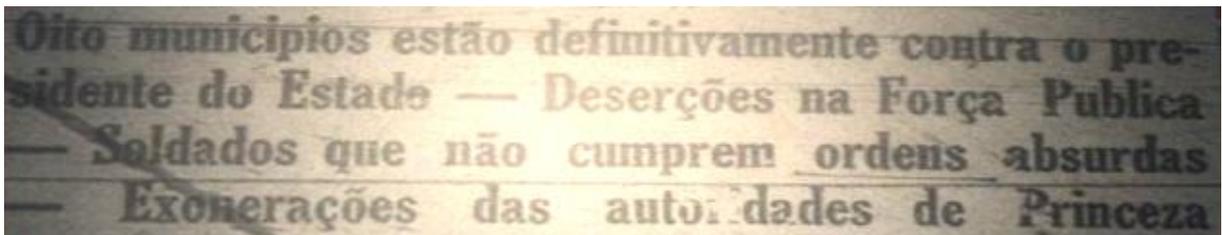
João Pessoa usava de vários artifícios para tentar derrotar e aniquilar José Pereira, desde o recurso desse “catimbozeiro” para “assegurar” sua vitória. Era notório o receio da derrota para o uso desses artifícios no embate com José Pereira. Tudo o que fosse necessário para pôr medo e fazer José Pereira desistir e sair derrotado antes mesmo da Revolta de Princesa iniciar foi feito pelas forças estaduais de segurança de João Pessoa. Vale salientar que nem as rezas fortes foram capazes de proteger tal feiticeiro, que veio a morrer durante o embate pelos homens de José Pereira. Além disto, outra forma de aterrorizar utilizada por João Pessoa foi a “guerra psicológica”. Foi dito nos jornais que João Pessoa iria “bombardear” Princesa, e assim acabar com os revoltosos e fazer a polícia acreditar no sucesso do embate para não gerar desânimo na tropa, pois muitas baixas de homens e das colunas da polícia foram registradas a caminho de Princesa. Tudo isso pelo fato de o Estado possuir um avião e utilizá-lo como meio de propagar a guerra. Mas, nada disso fez José Pereira recuar e desistir de proteger-se, bem como seus amigos e familiares.

Destarte, faz-se necessário adentrar nas particularidades e peculiaridades da Revolta de Princesa para compreendermos melhor a figura de José Pereira, que intitula este trabalho. Acerca disto, mais uma vez, evidenciamos as características de um homem que nutria respeito e admiração até entre os seus aliados e homens da polícia de João Pessoa. Durante o embate,

ocorriam várias deserções nas tropas, e os homens desertores iam fazer parte dos aliados de José Pereira. Na escrita de Inês Caminha, ela remete tal fato ao prestígio do Coronel José Pereira com relação aos praças e oficiais da polícia, pois muitos desses policiais haviam entrado na corporação pela ação de José Pereira. Esses policiais mantinham por ele um grande respeito, pois, durante seu mandato como deputado estadual, o Coronel José Pereira conseguiu melhorias nos vencimentos dos policiais, entre outros benefícios.

Assim, Inês Caminha exemplifica o fato de que os soldados tinham José Pereira como um compadre. Desse modo, enxergamos como José Pereira era uma figura socializante não só para seus amigos e familiares de Princesa e região, mas usava seu cargo político, sua força econômica para ampliar e levar progresso para diversas pessoas na Paraíba. Esses policiais são um bom exemplo da sua capacidade de ser um homem admirável pelas suas atitudes benéficas, e não maléficas, como João Pessoa espalhava pelo Estado e pelo Brasil.

Figura 9 - Jornal do Commercio divulgando que oito municípios paraibanos estão contra João Pessoa, deserções na Força Pública e as exonerações das autoridades de Princesa.



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 28 de fevereiro de 1930, p. 12.

A Revolta de Princesa teve vários interesses, como bem observamos, sejam econômicos, rixas pessoais, etc. José Pereira tinha seus motivos, mas não enxergava como solução levar as animosidades com João Pessoa a termo. O embate foi destacado com ênfase pelo Jornal do Commercio, pois se João Pessoa usava o Jornal A União para retratar os fatos como a “verdade pura”, o jornal pernambucano destacava as arbitrariedades e o apoio que os perrevistas tinham na Paraíba. Concomitantemente, como é observado na escrita de Caminha (1981), José Pereira iniciou a luta “quase forçado”, porquanto ele tinha imenso apoio para tal embate. Tal apoio foi evidente no repasse de armas, dinheiro para manter o ímpeto dos revoltosos contra as forças policiais de João Pessoa.

Independentemente de quem teve mais ajuda ou de quem mais teve dificuldades na batalha, é difícil, em meio a tantos interesses econômicos, políticos e sociais, alguém se manter com suas convicções particulares, caráter, dignidade e compleição. José Pereira, mesmo dentro do confronto, preservou o que achava ser certo, diferentemente de João Pessoa,

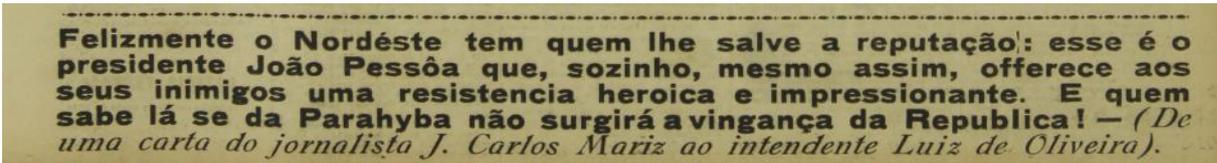
que usou dos meios mais “sujos” para vencer tal confronto. Tais convicções de José Pereira que destacamos podem ser observadas com base no livro *República de Princesa - José Pereira x João Pessoa – 1930*, de Joaquim Inojosa (1980):

Com a chegada dos libertadores de Princesa, tratou-se, na madrugada, um tiroteio que durou 8 horas fazendo a polícia fugir. Nesse combate morreram duas pessoas de José Pereira e 21 da polícia, com vários feridos dos dois lados. José Pereira tratou dos feridos e depois devolveu-os à polícia (INOJOSA, 1980, p. 153).

Em um embate, podemos dizer que para todos “tudo é válido”, ou seja, os fins justificam os meios¹³, ou melhor, seja qual for a atitude, ela é válida quando o propósito é expungir alguma coisa ou fato importante. Logo, a atitude de José Pereira merece ser destacada de forma notável. Na escrita de Joaquim Inojosa (1980), ratificamos o tamanho da vontade de José Pereira de, obviamente, vencer a guerra e, ao mesmo tempo preservar as vidas de policiais que eram seus inimigos em tal momento, mas que ali estavam cumprindo ordens de João Pessoa. Podemos, assim, afirmar que tal atitude, entre outras, de José Pereira o tornavam e tornaram a pessoa que estamos presenciando aqui, com base nas leituras desses autores/historiadores, um homem de caráter, integridade, fibra e honra.

¹³ Apesar de não ter proferido a frase em si, algumas pessoas fizeram essa interpretação com base na obra *O Príncipe*, em que Maquiavel indica que, para manter o poder, o Príncipe deve desenvolver características tidas como “não éticas”, como a crueldade e a hipocrisia. Esta frase é comumente associada ao autor italiano graças a este trecho do capítulo XVIII de sua obra *O Príncipe*: “[...] Nas ações de todos os homens, em especial dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, o que importa é o sucesso das mesmas. Procure, pois, um príncipe, vencer e manter o Estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados, porque o vulgo sempre se deixa levar pelas aparências e pelos resultados, e no mundo não existe senão o vulgo [...]”. Também no capítulo XVIII, Maquiavel revela que existem duas formas de combater: uma através das leis e outra através da força. A primeira forma é relativa aos homens e a segunda é adequada aos animais. Logo depois, o autor afirma que um príncipe deve saber usar o seu lado humano e o seu lado “animal”, ou seja, usar as leis e usar a força. Muitas pessoas criticaram Maquiavel, afirmando que ele defendia a prepotência e o abuso de poder. No entanto, alguns autores descreveram o livro *O Príncipe* como uma obra satírica que retrata o cinismo de uma nação governada por uma só pessoa. Comumente, escuta-se que o fim justifica os meios numa alusão de que “certos” fins podem, ou devem, ser alcançados através de métodos não convencionais, antiéticos ou violentos. Este conceito é utilizado com frequência numa tentativa de minimizar os meios violentos utilizados na guerra, na justificativa de leis severas e repressões impostas a grupos sociais, religiosos ou étnicos, ou ainda, mas em crescente desuso, na justificativa de sistemas e métodos educacionais rigorosos e punitivos.

Figura 10 - Jornal A União glorificando João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 21 de maio de 1930, p. 1.

O trecho acima nos mostra como os “discursos oficiais” foram abrangidos pela Paraíba afora, ou seja, João Pessoa não só seria o “mártir” e “herói” paraibano, mas nordestino e brasileiro. Dessa forma, o maniqueísmo fica extravagantemente quixotesco por parte do ex-presidente da Paraíba, tornando a Revolta de Princesa uma “sala de aula” de manipulações.

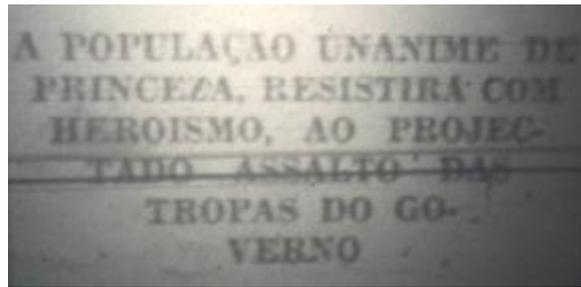
Todavia, as medidas impostas por João Pessoa em seu governo de certa forma foram “benéficas” ao analisá-las com o olhar do presente, pois, como evidenciamos na escrita de Caminha (1981), a Paraíba, juntamente com sua economia, vinha tendo vultosos prejuízos. Com a relação comercial entre o sertão paraibano e Pernambuco, João Pessoa se viu no “direito” de mudar o que estava errado na ótica dele, como, por exemplo, o sistema fiscal estadual, gerando a Guerra Tributária que veio para ajudar as finanças do Estado.

Porém, analisando o contexto temporal deste trabalho e da época do governo de João Pessoa, fica evidente que suas atitudes governamentais foram implantadas de forma compulsória, o que resultou no conflito armado de Princesa. Tais benesses entre os anos de 1928 e 1930 não significaram uma mudança no patamar de vida dos paraibanos, pois João Pessoa realizou uma gama de mudanças no Estado visando a exterminar seus inimigos políticos e a não promover mudanças com nuances sociais. Tal fator fiscal promovido por João Pessoa nas fronteiras do Estado hoje funciona como se fosse o Fisco, ou seja, João Pessoa “inovou” com as medidas em seu governo. Nos dias de hoje, é comum os estados utilizarem impostos sobre saída e entrada de produtos. João Pessoa teve atitudes benéficas para o Estado e hoje podemos compreender isto melhor. Outra atitude benéfica foi tentar modificar o mandonismo dos municípios, pois, ao mexer com essa estrutura político-empregatícia, promoveria uma meritocracia, mesmo sabendo que, se hoje é difícil fazê-lo, mais difícil ainda seria nas décadas de 1920 e 1930.

Tal vício político se arrasta até hoje, e para mudar ou diminuir os efeitos desse quadro, é ou será bastante complexo, porquanto a política de troca de favores se perpetua. Evidentemente que, para um político promover tais mudanças hoje, é um percurso mais “suave”. Talvez, João Pessoa tenha tomado suas medidas fora de época para a rigidez dos atos de presidente e na pouca habilidade política. Com isso, atingiu seus correligionários e os do

seu tio, Epitácio Pessoa, que depois viriam a pedir votos na eleição de 1930. Essa atitude mostra a inabilitação para ser presidente do Estado, além de sua enorme vaidade e intransigência, que causariam muito derramamento de sangue. João Pessoa e sua forma inverossímil de ser causou estragos profundos para a Paraíba.

Figura 11 - Jornal do Commercio mostrando a força e resistência de Princesa contra os ataques promovidos pelas forças policiais de João Pessoa.



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 9 de março de 1930, p. 18.

É relevante evidenciarmos como as publicações do Jornal A União são opostas às do Jornal do Commercio. Ao lermos a matéria da Figura 8, veremos o ataque ao povo de Princesa, e na fotografia acima notamos que a população de Princesa está resistindo e resistirá à empreitada de João Pessoa. Se ele usava o jornal para mascarar suas estratégias incoerentes, o jornal pernambucano era usado para promover outros discursos vigentes acerca da Revolta de Princesa. Por conseguinte, a figura e as condutas de João Pessoa destrincharão e expandirão o personagem histórico, humano e social de José Pereira. Não se trata de desprezar ou silenciar toda a trajetória política de João Pessoa, mas promover o diálogo acerca da sua “incapacidade” de gerir a política e a “politicagem” para um Juiz Militar que trabalhava e residia no Rio de Janeiro e estava distante do estilo de vida dos paraibanos.

Concomitantemente, pretendemos desconstruir o que se tem por “discurso oficial” e promover os discursos à margem da importância que mereciam ter. Nas tomadas de decisão de João Pessoa contra os princesenses e José Pereira, que desencadearam a batalha de 28 de fevereiro de 1930, chegaremos ao teor da realização da figura social e política desse último personagem paraibano, como também, através da análise das características pessoais e sociais de ambos, poder confirmar e ratificar como foi a trajetória de vida e história do Coronel José Pereira Lima, a qual muitos desconhecem, pois os movimentos do ano de 1930 mudaram o ciclo dos fatos.

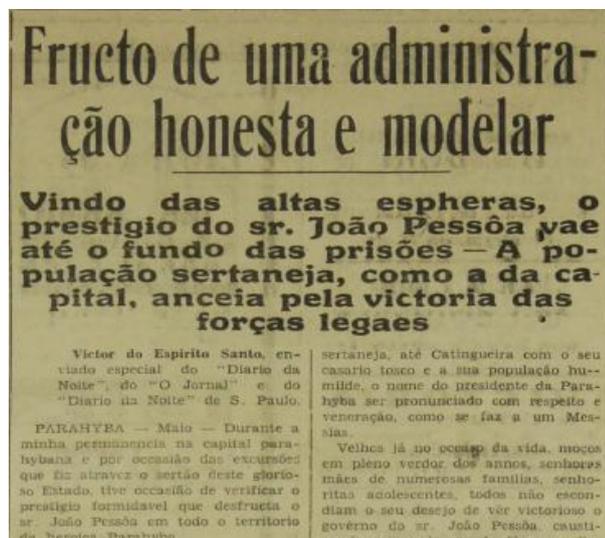
Agora, veremos as características, as convicções e o modo de João Pessoa para vencer sua batalha contra José Pereira, pois, Conforme Ribeiro (2008, p. 153):

Se ele tivesse um pouco de habilidade, esperaria o resultado do pleito e poderia até, quem sabe, reatar politicamente com José Pereira. Preferiu, no entanto, agir com violência na tentativa de intimidar o sertanejo, prendendo e espancando idosos, senhoras e crianças. A cidade acordou indignada, em meio a um grande tiroteio. Várias pessoas foram presas e espancadas, inclusive senhoras de idade e crianças. Muitas delas humilhadas e desrespeitadas.

Podemos entender como as características e peculiaridades de João Pessoa eram amplamente contraditórias em relação às de José Pereira. O que ele proclamava no Jornal A União e pelo Brasil afora acerca do embate de Princesa, sobre as atitudes, gênio e índole de José Pereira eram infames e inverossímeis. Consequentemente, tripudiando do povo paraibano, João Pessoa, ao devanear, está amparado de motivos para ir à luta, e cai em discórdia completa por este trecho da obra de Ribeiro (2008).

Entendemos que por uma simples rixa pessoal, uma intransigência meramente política para com José Pereira, muitas pessoas inocentes foram espancadas e até mortas por um presidente que chegara à Paraíba com o intuito de mexer em tudo, e o simples fato de tais pessoas não aceitarem suas mudanças e discordarem dele, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque não poupou nada nem ninguém para alcançar seus ideais. Ressaltamos que algumas das suas atitudes foram benéficas para a Paraíba. Talvez o modo como foram impostas tenha resultado numa maior animosidade. Contudo, demais atitudes foram sem dúvida injustificáveis, pois a política não era do seu âmbito cotidiano. João Pessoa não tinha as astúcias de politizar e conduzir um Estado e seus costumes. Então, ele só levou a Paraíba a embates que poderiam ser evitados, mas que ele insistentemente fez questão que ocorressem.

Figura 12 - Jornal A União exaltando a administração de João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 7 de junho de 1930, p. 3.

Conforme foi dito anteriormente acerca das contradições das atitudes de João Pessoa, notamos mais uma forma sem sentido destacada pelo Jornal A União. Como nas palavras presentes na Figura 8, o povo de Princesa estava sendo referido como “bandido”, mas, na fotografia acima, o povo sertanejo (incluindo a cidade de Princesa) está prestigiando João Pessoa? Ora, é difícil poder decifrar como realmente o ex-presidente da Paraíba pensava, pois suas atitudes recheadas de vaidade se “desmancham” com a falta de bom senso.

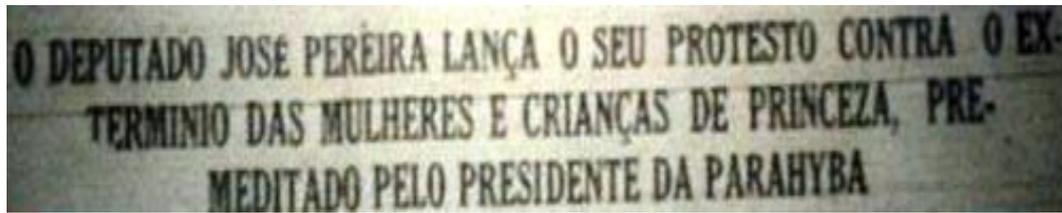
Como já mencionado sobre como o Coronel José Pereira entrou no embate contra João Pessoa na Revolta de Princesa, podemos destacar também que o Coronel, juntamente com os Pessoa de Queiroz, acreditava em uma intervenção federal na Paraíba. Tal intervenção se daria pelos atos que o governo paraibano estava promovendo na cidade de Princesa com sua força policial, mas a intervenção não veio e a luta prosseguiu. Assim, José Pereira e os Pessoa de Queiroz promoveram/elevaram Princesa como “Território Livre” em 9 de junho de 1930, para ver se dessa maneira se acelerava a intervenção federal sobre o movimento no qual João Pessoa estava disposto a ir em frente.

Os perrepistas (José Pereira) acusavam os liberais (João Pessoa) de incendiar e trazer o terror à Paraíba, cujos atos foram verídicos, e os liberais acusavam os perrepistas de cangaceiros, assassinos, etc. O presidente da República não mandou a intervenção e o derramamento de sangue se estendia. Concomitantemente, muitos telegramas foram enviados para João Pessoa na tentativa de dissuadi-lo de prosseguir com sua ânsia pelo embate. Nem o Padre Cícero Romão foi capaz de convencer o presidente paraibano a desistir do embate para o povo da Paraíba ter paz, não guerra. Do mesmo modo, João Pessoa não queria a intervenção com “medo” de uma desmoralização frente ao movimento que ele insistia em começar.

Ao analisar a personalidade e as singularidades de João Pessoa, segundo Cardoso (1954 apud RIBEIRO, 2008, p. 152), “Ferido na sua vaidade e sem meios para sair da situação embaraçosa que ele próprio criara, apela o Sr. João Pessoa para a violência, única solução compatível com o seu temperamento explosivo”. Através das escritas desses autores/historiadores, podemos compreender melhor a tamanha vontade de ir à luta sem pensar nas consequências.

João Pessoa não pensou em mais nada a não ser em vingança para com quem não o apoiava mais. Porém, o mais chocante ao investigar as palavras de José Gastão Cardoso é compreender como, pelo simples fato da vaidade e soberba que carregava, além da sua intransigência, promoveu uma carnificina na Paraíba. Portanto, ficam nítidos a atitude, a personalidade e o caráter agressivo de João Pessoa. Ele não poupou nem os inocentes pela pura vaidade/narcisismo que carregava em si.

Figura 13 - Jornal do Commercio noticiando o protesto de José Pereira contra o extermínio de mulheres e crianças em Princesa por parte de João Pessoa.



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 4 de julho de 1930, p. 18.

A partir da fotografia acima, torna-se mais evidente o contraste das atitudes promovidas por João Pessoa com a realidade dos fatos. Fica quixotesca uma publicação do Jornal A União afirmando que os sertanejos estavam prestigiando João Pessoa, e, conseqüentemente, o prestígio também de suas ações governamentais. Assim, na Figura 12, é possível confirmar a análise desse contexto. Também podemos presenciar mais adiante neste trabalho como o Jornal do Commercio serviu de base de manutenção da memória perrepista, enquanto o Jornal A União atuou para perpetuar uma memória liberal galgada por anseios manipulados e golpistas alicerçados na imagem de João Pessoa.

Ao analisar o caráter, a índole e a personalidade de José Pereira, podemos entender como ele encarava a luta armada contra João Pessoa, e até mesmo antes do conflito. Portanto, através da escrita de Inojosa (1980), veremos a forma como era retratada a figura de José Pereira. Ele era descrito como um chefe político cordial, humanitário, preocupado com os problemas sociais e econômicos de Princesa e da Paraíba, ligado estreitamente à família, aos amigos e a suas raízes. Essas raízes o fizeram voltar de seus estudos em Recife para assumir a liderança da família com a morte de seu pai. Ele não era um “Coronel” violento, intransigente. Preservava pela paz e o diálogo. Só foi à guerra para preservar sua vida e a dos demais, que não tinham nada a ver com a truculência do presidente do Estado, João Pessoa.

Ratificando o caos que a Paraíba se tornou pela imodéstia, rancor e atitudes promovidas por João Pessoa principalmente contra José Pereira e os princesenses, Flávio Eduardo Maroja Ribeiro evidencia onde chegara o ímpeto de João Pessoa de afronta e “sede” de transformar o Estado em um território guerril¹⁴. Segundo Ribeiro (2008, p. 184), “depois de preterir, negar, discordar e rejeitar todas as possibilidades de acordo, virou-se contra todos os seus aliados, transformando o nosso Estado em uma verdadeira guerra Civil”.

Veremos também, consoante Inojosa (1980, p. 172), que:

¹⁴ RIBEIRO, Flávio Eduardo Maroja. **Parahyba 1930: A Verdade Omitida**. João Pessoa: Sal da Terra, 2008. p. 184.

Todos os policiais presos e feridos por José Pereira foram tratados e devolvidos para a polícia.
 Todos os libertadores presos e feridos pela polícia foram fuzilados a mando de João Pessoa.

As atitudes de José Pereira são de uma grande demonstração de que uma guerra não é tudo, que tudo é válido para obter êxito. Destarte, só temos a completa averiguação da dignidade e respeito pelo ser humano, independentemente de em qual lado esteja. O fato de a Revolta de Princesa ser retratada como um embate sangrento, em que muitos inocentes foram mortos, deve-se bastante ao nome e sobrenome de João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Ademais, podemos evidenciar nessa escrita de Joaquim Inojosa e na de Flávio Eduardo Maroja Ribeiro uma atenuação e um chamamento para percebermos como era usada a força policial estadual contra os libertadores de Princesa e uma demonstração da tamanha perversidade dos atos de João Pessoa. Se os seus homens agiam escrupulosamente, de forma sádica e com atos bárbaros, os homens de José Pereira mostram que, mesmo durante o embate, é possível agir com caráter, hombridade, índole e honradez. São fatos como esses que devemos ficar atentos e disseminar as diferenças de atitudes e reputação entre José Pereira e João Pessoa. Assim sendo, como foi alicerçado na memória paraibana e brasileira uma versão inverossímil dos fatos acerca a Revolta de Princesa, João Pessoa conseguiu passar uma inverdade que permanece até hoje. Não obstante, devemos esmiuçar e investigar esses fatos para investigar como de fato ocorreram.

A vontade de triunfar sobre João Pessoa e defender seus aliados caminhava lado a lado com o respeito pelo próximo por parte de José Pereira. Quando João Dantas, seu aliado e amigo, assassinou João Pessoa em Recife, em 1930, por alegações pessoais que não teriam fins políticos, houve várias reações na Paraíba e do lado dos aliados de José Pereira. Um sentimento de vitória pela morte de João Pessoa, que promovia a guerra na Paraíba, compartilhou espaço outras acepções, utilizadas para distorcer muitos fatores no cenário político local e nacional (por conseguinte, veremos mais adiante alguns exemplos dessas distorções que levaram João Pessoa ao patamar de “herói” e “mártir”). Para muitos, seria óbvia a alegria de José Pereira ao saber que seu rival estava morto e que um aliado e amigo seu cometera tal fato, João Dantas. Mas, não é isso que acontece. Inês Caminha nos mostra em sua escrita sobre o tema da Revolta de Princesa a reação de José Pereira:

— João Pessoa morreu! Ganhamos a luta, coronel!
 E ele retrucou:

— Perdemos!...

E completando o vaticínio, afirmou:

— Perdi o gosto da luta. Os ânimos agora vão se acirrar e principalmente contra mim. João Dantas não devia ter feito isso; eu não comungo com o assassinato.

Mandou, então, proibir os “sambas” (bailes) [...] e celebrar missa em intenção do morto. Ordenou, ainda, a suspensão das hostilidades, os tiroteios com a polícia (RODRIGUES, 1981, p. 67).

A partir desta passagem presente na obra de Inês Caminha, podemos compreender a forma como o sertanejo José Pereira tratava os outros. Ele viu na morte de João Pessoa não uma vitória, mas solidariedade para com seu “inimigo”. Foi sem dúvida uma atitude de um grande homem que veremos no decorrer deste trabalho, mas não deixamos de analisar também o lado político da questão. Com a morte do presidente paraibano, muito se insinuaria que José Pereira estivesse envolvido pelo fato de ser o grande rival político de João Pessoa na Paraíba. Com esses fatos, viriam “todos” contra José Pereira e a Revolta de Princesa, tornando-o o “vilão” do Estado. A morte de João Pessoa trouxe consequências inimagináveis, pois aquele que trouxera o terror à Paraíba tornou-se um “mártir” para os oportunistas. Ou seja, tudo o que o presidente fez de negativo ou o que não se soube não faria mais diferença. Ele virou um “símbolo heroico” para a “Revolução de 30”, eclipsando o movimento paraibano de 28 de fevereiro de 1930.

Muitos perrepistas tiveram casas invadidas, queimadas. Dessa maneira, é possível afirmar que a Revolta de Princesa, a República Velha teve o início de seu fim com a atitude promovida por João Dantas contra João Pessoa em 26 de julho de 1930. A Aliança Liberal ganhou um trunfo novo, um novo fôlego, pois a morte de João Pessoa, o seu “NEGO” foi preponderante para mudanças políticas que transformaram a Paraíba e o Brasil. Concomitantemente, José Pereira foi morar em Serra Talhada, Pernambuco, em 1934, pois foi agraciado pela anistia. Mesmo “distante”, mantinha laços com a Paraíba e com a política. No dia 13 de novembro de 1949, José Pereira Lima morre aos 63 anos, vítima de uma crise de apendicite aguda.

Muitas outras literaturas divergem de opinião, destoando das concepções e posições apresentadas por Inojosa (1980) e Ribeiro (2008). Dessa maneira, vamos analisar um trecho da obra de José Américo de Almeida, *O Ano do Nego (memórias)*, (1978). Tal autor e sua respectiva obra serão analisados e contextualizados mais adiante. Todavia, a exemplificação de agora servirá como um elo de entendimento deste subcapítulo com outros vindouros. Segundo Almeida (1978, p. 87), “[...] os cangaceiros foram surpreendidos num açude pela

força do sargento Vicente Chaves [...]”. Aqui, é interessante destacar o tom da escrita de José Américo de Almeida, na qual o uso da palavra cangaceiro, entre outras, era comum, ratificando o que João Pessoa falava acerca de José Pereira. Vejamos como os pensamentos e os “discursos oficiais” divulgados por Almeida diferem dos discursos relegados à irrelevância oficial estatal, como as de Ribeiro, entre outros. Ademais, podemos analisar as diferentes opiniões sobre o movimento de Princesa, sempre buscando outros esteios, outros olhares, pois muito da “historiografia oficial paraibana” é baseado em escritas liberais, situacionistas em detrimento do forjamento histórico-político de 1930.

Assim, confirma-se como, através de uma escrita voltada aos anseios do Estado, João Pessoa foi transformado em um “herói” e o homem que lutava para acabar com os males paraibanos, que eram relacionados a José Pereira e todos os outros perrepistas. Portanto, a propagação de um “vilão”, um “bandido” era espalhada pela Paraíba, tornando José Pereira um “Judas” paraibano.

A Revolta de Princesa proporcionou muitos equívocos envolvendo o nome de José Pereira e dos outros perrepistas, além de macular muitas peculiaridades do sertanejo, pois muitos autores/escritores ligados ao Estado usaram o poder e a facilidade da escrita para ampliar uma fantasiosa imagem de José Pereira como o “vilão” da Paraíba e de João Pessoa como “herói”. Além disso, “as escritas oficiais” eram preponderantemente alicerçadas em um olhar político pejorativo, deixando de lado os benefícios realizados por José Pereira em Princesa. João Pessoa, ao contrário de José Pereira, tinha seu nome ligado a realizações “benéficas” no âmbito cultural, social, político e econômico.

Contudo, não devemos estranhar o endeusamento do nome de João Pessoa. Para construir uma memória e uma veneração pelas atitudes de João Pessoa, era necessário forjar uma imagem negativa de José Pereira para ratificar os ideais liberais. Nesse diapasão, será que José Pereira era este Coronel “perverso”, “bandido”, entre outras coisas, conforme noticiado em manchetes do Jornal A União? Isso contrasta com alguns exemplos do quanto era um homem cheio de capacidades auspiciosas para sua cidade, família e amigos.

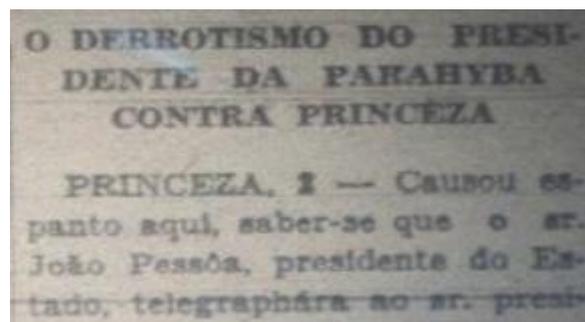
José Pereira transcendia os limites bem quistos na Paraíba, no Nordeste e no Brasil. Suas realizações foram engrandecedoras e relevantes. Todavia, o fato de elas não serem destacadas nas literaturas ditas “oficiais” foi proposital por parte dos aliados de João Pessoa. Não obstante, este trabalho visa a analisar, investigar, explorar e difundir o aspecto social, político e econômico que este personagem histórico, José Pereira, propiciou em Princesa e na Paraíba. Para tanto, é válida a contribuição que Nayane Maria Rodrigues da Silva em sua obra *Imprensa e “Revolução de 1930” no Brasil: A guerra ideológica entre o Jornal A União da*

Paraíba e o Jornal do Commercio de Pernambuco. Dessa forma, através da escrita de Silva (2011), poderemos corroborar os anseios que este trabalho busca desenvolver e potencializar.

Com a criação do “Grupo Literário de Letras Joaquim Inojosa” de Princesa, a princípio para suprir a necessidade de livros, o coronel José Pereira criou uma biblioteca aberta aos interessados em se atualizar com as obras de Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade, entre outros. A biblioteca também continha obras de Euclides da Cunha, Machado de Assis, José de Alencar, Shakespeare, Dante e muitos outros (SILVA, 2011, p. 55).

A partir desse trecho da obra de Silva (2011), fica evidente como José Pereira foi um Coronel que buscava desenvolver o progresso de Princesa, seja na esfera política, econômica, social ou cultural. Apesar de ser retratado como uma figura desprovida de cultura, educação e gentileza, José Pereira foi o oposto do que João Pessoa e a “historiografia oficial” construíram acerca de seu nome, conquanto tais afirmações sobre a trajetória de vida daquele sertanejo desconstroem um ideal forjado e elaborado para deturpá-lo ao longo dos anos. Se João Pessoa teve autores que fizeram dele um “mártir revolucionário” galgado por omissões, cabe a nós, historiadores, promover uma nova contextualização e averiguar tramas que buscam enaltecer uma “história dos vencedores e heróis” para, conseqüentemente, desenvolver novos olhares na intenção de desconstruir falsos “heróis” e paradigmas.

Figura 14 - Jornal do Commercio divulgando e enaltecendo a derrota de João Pessoa acerca da Revolta de Princesa.



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 3 de abril de 1930, p. 12.

João Pessoa alardeava que Princesa seria e foi invadida pelos seus homens, da mesma forma como as forças estaduais derrotariam os “bandidos” sertanejos. Mas, como notamos na fotografia acima, o derrotado foi o próprio João Pessoa, pois sua ganância pelo embate não prosperou, já que a “revolução” que viria em outubro mudou os rumos da Paraíba. No âmbito

geral, João Pessoa foi derrotado em seu propósito de digladiar com José Pereira. Foi vitorioso apenas nas páginas do Jornal A União.

A partir do assassinato cometido por João Dantas contra João Pessoa, a Paraíba e o Brasil mudaram todo o cenário político. Nosso Estado, que vivia um clima opressivo por conta da Revolta de Princesa, cujos personagens principais eram o Coronel José Pereira e o presidente do Estado, João Pessoa, foi se tornando tenso pela “Revolução de 30”. Foram interessantes e “estranhos” os desdobramentos do movimento de Princesa e dos envolvidos. Contraditório na fala, João Pessoa tornou-se “o maior personagem” da história política paraibana, aquele que não mediu esforços para ir à luta contra José Pereira e matar vários inocentes, entres outras barbaridades. João Pessoa passaria a ser o “nosso herói” e seu nome entraria para a história e para a nossa história paraibana. José Pereira, que antes, durante e após o embate preservou sua dignidade e humanidade para com o próximo, jamais teve a mesma reverência atribuída ao presidente do Estado. Passou muito tempo fugindo, sendo perseguido. Morreu para muitos como um “zé ninguém” e todas as suas atitudes benfeitoras foram esquecidas pelo fervor da “Revolução de 30” e pela morte de João Pessoa.

Toda essa análise contribui para desmistificar os personagens que são retratados para nós como os “heróis e únicos heróis”. A história e a memória são seletivas, e muitas vezes o selecionável nem sempre condiz com os fatos. Nem todo “cangaceiro de gravata”, sertanejo (José Pereira) é um bandido e nem todo chefe presidente do Estado intransigente e vaidoso, Juiz militar (João Pessoa) é ou será uma pessoa íntegra, humana, que pensa antes de agir e evita a morte de pessoas inocentes. Todavia, podemos reescrever a história de outras formas e mostrar as muitas páginas que nos foram escondidas. Homens como José Pereira e outros tantos merecem ênfase e relevância pelas suas trajetórias de vida.

Figura 15 - Manchetes induzindo o povo paraibano em pesquisa acerca de quem é o maior traidor da Paraíba.

Quem é o maior traidor da Parahyba?

Resultado obtido às 14 horas de hoje :

Hernelito Cavalcante	1.806	votos
João Suassuna	1.013	"
José Pereira	902	"
Julio Lyra	325	"
Ignacio Evaristo	98	"
Leonel Pinto	24	"
Arthur dos Anjos	06	"
Manuel Madruga	15	"
João Pessoa de Queizoz	9	"
Frederico Cavalcante	8	"
Antonio Massa	4	"

Quem é o maior traidor da Parahyba?

Nome.....

Volante.....

Fonte: Joffily (1979, p. 190).

Na obra de José Joffily, presenciamos uma enquete na qual é inquirido de forma direta quem seria o maior traidor da Paraíba. É óbvio que esses “traidores” eram os perrepiristas. Só para constar, Heráclito Cavalcanti foi o primeiro postulante, João Suassuna, o segundo e José Pereira, o terceiro. Esses homens eram o “trio maléfico” da Paraíba (maléfico para os liberais, e principalmente para João Pessoa). A campanha psicológica, verbal era exorbitante através dos meios jornalísticos para induzir a população contra José Pereira e seus aliados.

“Verdade: propriedade de estar conforme os fatos ou a realidade; fidelidade de uma representação em relação ao modelo ou original; coisa, fato ou evento real; qualquer ideia, princípio ou julgamento aceito como autêntico; axioma [...]”¹⁵. Essas são algumas definições da palavra que está em nosso cotidiano, em especial nas narrativas que construíram a nossa história e memória. Seu uso nos traz inúmeras definições acerca de eventos ocorridos na história. Em termos de dualidade, podemos relacionar verdade *versus* mentira. Todavia, como já citamos anteriormente e reiteramos aqui, o absoluto, global, etc. não tem nexos para o historiador.

Paralelamente, a atribuição da verdade também é falível ao olhar do historiador, pois as lacunas deixarão brechas para uma averiguação do discurso único e verdadeiro. Portanto, a ideia de verdade atribuída na obra de Flávio Eduardo Maroja Ribeiro pode ser encarada como

¹⁵ Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=verdade&oq=verdade&gs_l=psy-ab.3..0l3j0i131k1.21691336.21692128.0.21692691.7.6.0.0.0.460.460.4-1.1.0....0...1.1.64.psy-ab..6.1.459.yi5EMgyRt6A>. Acesso em: 30 mai. 2017.

algo fabuloso ou ilusório. Mas, nesse vasto campo histórico-metodológico, torna-se fomento de uma nova forma de entendermos e posicionarmos nosso olhar com relação à História da Paraíba, notadamente nas representações acerca de José Pereira e João Pessoa, personalidades que trilham nossa cadeia de análise e problematização. A verdade que edificou a nossa história como única e infalível ao ponto de vista “historiográfico oficial” necessita de revisões e indagações, pois os equívocos fabricados premeditadamente ganharão páginas de “verdades” e muitas “verdades” ocultadas virarão mentiras. Assim, nosso papel através da escrita de Ribeiro (2008) é atribuir o papel verídico como fonte impulsionadora de questionamentos manipulados pelas verdades plantadas na Paraíba principalmente entre os anos de 1929 e 1930. Por consequência, *Parahyba 1930: A Verdade Omitida* atua como recurso histórico-metodológico para nos desapegarmos de uma história e memória fantasiosas sobre o que pensamos acerca dos personagens principais do tema proposto neste trabalho: José Pereira e João Pessoa e suas representações divergentes que foram socializadas.

3 “HERÓI” POR ACASO OU FORJADO? A MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA DO “HERÓI” JOÃO PESSOA E A DO “ANTI-HERÓI” JOSÉ PEREIRA EM RELAÇÃO À “REVOLUÇÃO DE 30”

“Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.”
(José Murilo de Carvalho)¹⁶

“Todo perrepista incidia no constante perigo de apanhar na cara em plena rua. Não podendo alcançá-lo, a multidão vaiava, corria atrás e vaiava, numa verdadeira caça para espancamento a cacete”.

(Ademar Vidal)¹⁷

“Herói”, uma construção histórica capaz de “mover montanhas” por um ideal a ser conquistado. Usar uma “figura heroica” na política é corriqueiro no mundo, e principalmente no Brasil. Relacionar um ato histórico a um personagem galgado para obter vantagens político-partidárias em detrimento da hegemonização de um grupo político ou em substituição a outro que foi destronado por uma dita “Revolução”. A partir disso, temos uma grande contribuição para podermos analisar e desvendar como João Pessoa foi representado como “herói” pela Aliança Liberal na Paraíba e no Brasil.

A contribuição será através do historiador José Murilo de Carvalho e sua obra *A Formação das Almas*, de 1990. Carvalho relaciona o regime republicano implementado no Brasil a partir da premissa da construção de um “herói” para ratificar a República no nosso país. Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier) foi o escolhido pelos republicanos para a tarefa de ser o “herói” do povo brasileiro e assim confirmar os anseios dos grupos que estavam à frente do processo republicanista no Brasil. Como afirma Carvalho (1990) em sua escrita, a tarefa de construir um “herói” não foi fácil. Podemos enxergar isso consoante Carvalho (1990, p. 55):

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos¹⁸.

¹⁶ Cf. CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 55.

¹⁷ Cf. VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 322.

¹⁸ A grafia original do texto foi mantida por opção metodológica.

Forjar “heróis” tem sido um caminho que as elites políticas brasileiras têm usado com frequência para deturpar um cenário com ares de legitimidade de vários regimes, levando a população a “comprar” a ideia do “herói” e com isso corroborar os ideais de uma classe política específica. Assim, João Pessoa foi o escolhido na Paraíba e no Brasil pela Aliança Liberal com o propósito de legitimar o golpe de outubro de 1930.

Em alguns, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior esforço na escolha e na promoção da figura do herói. É exatamente nesses últimos casos que o herói é mais importante. A falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica (CARVALHO, 1990, p. 55).

A partir desta análise do pensamento feito por Carvalho (1990), podemos entender e relacionar como essas duas formas de promover um “herói” em meio a um regime foram disseminadas constantemente no Brasil. O autor destrincha como foi dificultosa a edificação de um “herói” republicano. Por conseguinte, foram analisados vários personagens históricos brasileiros para dentre eles se escolher um que pudesse dar legitimidade à República do Brasil. A mobilização simbólica era necessária para os planos republicanos no sentido de, com isso, o povo poder se nutrir da simbologia de um “homem heroico” e coadunar com os ideais do regime que se estava implementando no Brasil.

Paralelamente, na Paraíba, os anseios golpistas da Aliança Liberal partiam da premissa da construção do “herói” em torno do nome de João Pessoa. Diferentemente da ocasião republicana, na Paraíba, a escolha do nome do ex-presidente do Estado não foi contestada pela Aliança Liberal, pois aqui João Pessoa não teve um opositor para concorrer como o “herói” e “mártir” da “Revolução de 30”. Ele gozava de peculiaridades que faziam dele o homem perfeito para sacramentar o golpe. Por exemplo, a forma como aconteceu sua morte, sendo assassinado por uma pessoa que era no momento seu rival político: João Dantas, o assassino de João Pessoa, cometeu o crime em Recife, pegando-o de surpresa e “covardemente”. Graças às manchetes que eram propagadas acusando João Dantas e os outros perreperistas de bandidos, figuras maléficas da Paraíba, cangaceiros, etc., antes mesmo de o crime ocorrer, já existia um apreço da população, principalmente na capital, pelos anseios dos liberais, capitaneados por João Pessoa. A partir do dia 26 de julho de 1930, o plano golpista se confirma com o uso do nome e da imagem de João Pessoa por parte da Aliança Liberal.

Conforme o que presenciamos na escrita de Aires (2006, p. 12):

A construção histórico-cultural do “herói” João Pessoa se insere na primeira tipologia enunciada por Carvalho (1990, p. 55), surge no interior das lutas que antecederam o novo regime, cultuado pela população. Ao contrário das batalhas disputando o papel de “herói” da proclamação, João Pessoa não encontrou concorrente no tocante a ser “herói” da “revolução”. A Aliança Liberal na Paraíba, vitoriosa em 1930, digladiou, até internamente, do ponto de vista político e ideológico, mas nenhuma de suas alas abriu mão do nome de João Pessoa como o herói de 1930.

Por conseguinte, quando entramos no discurso segundo o qual o Estado forjou um “mártir”, um “herói”, nutrindo na população a partir de 26 de julho de 1930 uma comoção exacerbada com relação a João Pessoa, não significa que essa comoção partia da premissa de uma passividade ou inércia do povo. Obviamente que, para uma quase totalidade de analfabetos existentes na Paraíba, a maioria da população, a data do assassinato do ex-presidente foi guiada e ludibriada com o oportunismo aliancista.

Todavia, é óbvio que havia pessoas partidárias da ideia de ser uma comoção fabricada, mas, com a “Revolução de 30”, as vozes “ativas” não tiveram forças para lutar pelos seus ideais antirrevolucionários, ficando à margem na “nova” construção política paraibana. Assim, podemos dizer que o golpe bem elaborado deixou a população em êxtase de forma “passiva” com o drama da morte de João Pessoa. Exemplos vindouros ainda virão, como a força do catolicismo, que contribuiu com um discurso hegemônico propagante da legitimidade do “homem heroicizante” que João Pessoa se tornou. Dessa maneira, a coação “revolucionária” levou a população a aderir a um lado, não de forma passiva, mas coercitiva, emotiva e ilusória.

Ao analisar a escrita de Aires (2006), conforma-se o que foi dito anteriormente acerca do propósito da Aliança Liberal de promover o golpe de 1930 sobre o “heroísmo” de João Pessoa. Todavia, sem concorrentes para a edificação do “herói” em nosso Estado, o ex-presidente paraibano passou a ser utilizado como símbolo da vitória “revolucionária” paraibana e brasileira. “Seus nomes foram dados a instituições, a ruas e praças de cidades, a navios de guerra [...]” (CARVALHO, 1990, p. 56). Conforme esta citação da obra de Carvalho (1990) acerca da expansão heroica promovida pela proclamação da República, fica evidente como foram elaborados os ideais republicanos em torno da institucionalização do “herói” a partir de lugares de memória, ou seja, para os republicanos, a construção de praças, em como nomear ou renomear instituições, etc., foi uma forma de corroborar nos lugares a proclamação de seu “herói” que foi escolhido junto à população. Em analogia com o caso

republicano, na Paraíba, a Aliança Liberal promoveu a disseminação memorialística acerca do nome de João Pessoa, dando seu nome a ruas, praças e inclusive à capital do Estado, que mudou de Parahyba do Norte para João Pessoa. Esses lugares de memória poderão ser compreendidos com mais precisão e abrangência posteriormente, com a análise e investigação da obra de Pierre Nora.

Consoante o que explica Carvalho (1990, p. 57):

A busca de um herói para a República acabou tendo êxito onde não o imaginavam muitos dos participantes da proclamação. Diante das dificuldades em promover os protagonistas do dia 15, quem aos poucos se revelou capaz de atender às exigências da mitificação foi Tiradentes.

O anseio republicano de construir um “herói” foi a partir do nome de Tiradentes, que, ao ser escolhido como “herói”, já ostentava características que endossavam o papel que a proclamação necessitava. Mas, que características Tiradentes possuía para consumir sua escolha? Carvalho (1990) mostra como a elaboração do “herói” mineiro foi preponderante para dar forma ao novo regime que se ramificava no Brasil. “Tiradentes já aparece em seu texto com as cores próprias de um herói cívico. É o mártir que soube morrer sem traço de temor, pois ‘se sacrificava por uma idéia’ [...]” (CARVALHO, 1990, p. 60). Tiradentes tem em sua construção mitificada premissas que denotam a martirização, o sacrifício de um homem por um ideal, ao ponto de morrer em prol de um bem-estar e do desejo de salvar uma nação que tinha “cortado o cordão umbilical imperial”.

Após a proclamação da República, intensificou-se o culto cívico a Tiradentes. O 21 de abril foi declarado feriado nacional já em 1890, juntamente com o 15 de novembro. As alusões a Cristo também continuaram. Artigo de *O Paiz* de 21 de abril de 1891 fala na “vaporosa e diáfana figura do mártir da Inconfidência, pálida e aureolada, serena e doce como a de Jesus Nazareno”. O desfile que passou a fazer parte das comemorações do 21 de abril lembrava a procissão do enterro de sexta-feira santa [...] (CARVALHO, 1990, p. 64, grifo do autor).

A partir de 1889, a institucionalização de datas foi promovida, com o dia 21 de abril sendo dedicado à memória daquele que foi um “mártir” republicano, Tiradentes, e o dia 15 de novembro dedicado “aos novos tempos”, “a uma vida nova para os brasileiros”, à proclamação da República. Além disso, o caráter religioso foi sem dúvida primordial para a confirmação dos interesses republicanos, pois se nós enxergarmos com um olhar crítico,

veremos que, a partir do momento em que a atribuição da figura de Tiradentes se aproxima à de Jesus Cristo, isto faria com que a população, predominantemente católica/cristã, ao se referir ao “herói” republicano, seria redimensionada a uma mitificação divina, respaldando o propósito elaborado pela República brasileira.

Conforme afirmação elaborada por Carvalho (1990, p. 65, grifo do autor):

A simbologia cristã apareceu em várias outras obras de arte da época. No quadro *Martírio de Tiradentes*, de Aurélio de Figueiredo, o mártir é visto de baixo para cima, como um sacrificado, tendo aos pés um frade, que lhe apresenta o crucifixo, e o carrasco Capitania, joelho dobrado, cobrindo o rosto com a mão.

Usar de premissas cristãs é uma forma de divinizar aquele que foi escolhido para ser “herói” e “mártir”. Tiradentes teve sua imagem trabalhada com esse intuito de relacionar suas atitudes e em analogia com Jesus Cristo crucificado, martirizado, que morreu para salvar a humanidade dos males existentes e dos que viriam a ocorrer. Entretanto, é preciso refletir como muitos “heróis” foram talhados com um denominador comum: interesses político-partidários e econômicos, com premissas hegemônicas e segregadoras. “Foi vítima não só do governo português e de seus representantes, mas até mesmo de seus amigos. Vítima da traição de Joaquim Silvério, amigo pessoal, o novo Judas” (CARVALHO, 1990, p. 68). Se, na construção do “herói”, Tiradentes foi associado a Jesus Cristo, há de ter um Judas para ratificar o papel sofredor e martirizado que Tiradentes ganhou. Nesta análise, Joaquim Silvério foi o “Judas” que traiu o “mártir” republicano e nacional. O maniqueísmo era galgado na elaboração de um homem que contribuiu para o “bem” brasileiro e o “mal” que desvirtuava os anseios republicanos.

A aceitação de Tiradentes veio, assim, acompanhada de sua transformação em herói nacional, mas do que em herói republicano. Unia o país através do espaço, do tempo, das classes. Para isso, sua imagem precisava ser idealizada, como de fato foi (CARVALHO, 1990, p. 71).

A transcendência do “herói” republicano para o lugar de “herói” nacional foi exacerbadamente promovida pela proclamação da República, tornando Tiradentes um “mártir” totalizante no Brasil. A ideia de expandir sua imagem “heroica” era consubstanciada por uma unidade legitimadora em que o povo, ao aceitar e divinizar seus atos, colocá-lo-ia no pedestal de “mito” nacional. A idealização desde 1889 tem resquícios até hoje, por exemplo,

na própria data de 21 de abril, comemorada nacionalmente, inclusive sendo feriado nacional, além da maximização que os livros didáticos propuseram em nosso país, com imagens apologéticas de figuras dos “grandes heróis”.

Paralelamente, com a institucionalização das datas 21 de abril e 15 de novembro no Brasil, aqui na Paraíba a Aliança Liberal desencadeou a institucionalização da data 26 de julho. Esta data, referida ao dia do assassinato de João Pessoa, foi conduzida a feriado estadual, elevando a idealização de “herói” paraibano. A base cristã também serviu de alicerce para o golpe de outubro de 1930. Se, para a proclamação da República, Tiradentes foi seu “mártir”, “Cristo” e Joaquim Silvério foi designado como o “Judas”, na Paraíba, João Pessoa foi elevado ao patamar de “mártir” e “Cristo”, deixando o papel de “Judas” para José Pereira, os outros perrepistas e, principalmente, João Dantas. Ou melhor, a elaboração engendrada acerca do nome de João Pessoa foi propiciada por anseios cristãos para ampliar o horizonte golpista e perpetuar a hegemonia liberal na Paraíba e no Brasil. João Pessoa, após o dia 26 de julho, passou a não ser só o “herói” paraibano, mas um “herói” e “mártir” que ganhava um papel nacional. Tiradentes teve seu nome e imagem elevados como “salvador” republicano e nacional, ao passo que João Pessoa era um “salvador” paraibano e nacional.

Posteriormente, neste trabalho, adentraremos no âmbito que ratifica essa análise que torna João Pessoa um herói paraibano, dando ênfase à escrita historiográfica e à “memória oficial” a partir do olhar de personagens que colaboraram com a hegemonia e perpetuação da simbologia de um “herói” e “mártir” que foi João Pessoa.

As parentelas¹⁹ disputavam os controles locais dos municípios. Cada uma ensejava ter o poder para exercer seu mandonismo. Podemos exemplificar algumas parentelas, como os Dantas, de Teixeira; os Suassuna e Maia, de Catolé do Rocha; os Pereira, de Princesa; os Pessoa, de Umbuzeiro, entre outras.

O embate entre as parentelas visavam à tomada do poder para que os que eram da situação e os da oposição pudessem obter o sonhado poder, seja político, econômico, eclesiástico, etc. Ressaltamos também que essa situação foi muito densa na Paraíba. Até hoje, podemos notar as brigas pelo poder local. Assim, as parentelas/oligarquias, ao longo do tempo, organizaram-se e mantiveram seu poder de formas distintas, mas sempre com o poder alicerçado nas mãos das elites. Gurjão (1994) analisa essa questão em sua obra *Morte e Vida das Oligarquias*:

¹⁹ Grupo de consanguíneos, parentes, familiares, assim considerados de maneira coletiva. Ou seja, mantinham relações para a obtenção de poderes locais ou estaduais relacionados à política, economia etc., e dessa forma manter suas famílias no poder de seus respectivos municípios.

Levando em conta o baixo grau de desenvolvimento da estrutura econômica da Paraíba, sua dependência aos mercados externos e a fundamentação da ordem oligárquico-coronelística, a política de João Pessoa, ao tentar racionalizar o coronelismo, submetê-lo, tutelá-lo, rompia o compromisso em que ele se assentava, ou seja, o apoio recíproco entre as chefias dominantes locais e o governo estadual, contribuindo, assim, para o desequilíbrio do sistema, sem que houvesse condições históricas para a instauração de outra estrutura de poder, isenta das influências do mandonismo local (GURJÃO, 1994, p. 69).

Com base no ponto de vista de Eliete Gurjão referido na citação acima, podemos inferir que João Pessoa promoveu reduzir as forças do coronelismo e das oligarquias paraibanas, mas também podemos perceber um discurso contraditório, pois se ele almejava derrotar as forças mandonistas locais, como logo em seguida foi percorrer cidades atrás de votos para a eleição vindoura? João Pessoa era contraditório em suas palavras e ações. Por esse motivo, enxergamos sua incapacidade de governar a Paraíba. Como ele desejava pôr fim à força e influência das parentelas/oligarquias e, ao mesmo tempo pedir apoio? Conflitante o pensamento, assim como as atitudes desse homem à frente do governo paraibano. Destarte, ao tentar reduzir o poder do coronelismo e das oligarquias paraibanas, trouxe o descontentamento que futuramente acarretaria a Revolta de Princesa.

Com a chegada da “Revolução de 30”, não houve a ruptura dos poderes das oligarquias, mas houve uma mudança no contexto de exercer as forças de predomínio político e econômico local. Desse modo, o cenário local, regional e nacional referente à política estava em divergência, pois, com a vitória da “Revolução de 30”, aconteceu de o “ensejo de acabar com a velha maneira da política que era praticada até 1929”. Como acabar com essa velha maneira? Como sustentar o discurso do “acabar com o velho” e “implantar o novo” se as mesmices da forma de governar das oligarquias predominam até hoje nas mãos das elites enquanto a população mais humilde continua à mercê da classe política, que década a década perpetua sua hegemonia no poder? O povo continua na mesma porção social que estava na década de 1930. Só mudaram os atores políticos, mas o poder permanece como antes, com as elites. As parentelas se ramificam e espalham seu poder longo para se manter com as benesses que a política oferta.

Flávio Eduardo Maroja Ribeiro busca, em sua obra, levar a verdade omitida ao conhecimento da sociedade, que teve dentro dos acontecimentos de 1930 uma “nova” história “construída” não em detrimento de pretensões sociais, mas de atos impostos pela classe política vigente em tal época. Assim, podemos compreender como Ribeiro (2008) se expressa:

[...] é necessário restabelecer a verdade para que as futuras gerações tomem conhecimento do que aconteceu naqueles fatídicos anos em que o autoritarismo, a intransigência, o fanatismo e a comoção tomaram conta da sociedade, manipulados pelas oligarquias vigentes [...] (RIBEIRO, 2008, p. 11).

Aqui, fica claro que Flávio Eduardo Maroja Ribeiro busca, através de sua escrita, desmitificar o que ocorreu no ano de 1930 e suas mudanças pós-assassinato de João Pessoa. É preciso corrigir os erros que foram feitos acerca da reelaboração da História da Paraíba, cujos desacertos anteriores e posteriores a 1930 se perpetuaram até os dias atuais. Desacertos que tiveram em atos político-partidários, econômicos, hegemônicos uma “nova” história elaborada miticamente em símbolos forjados que não representavam o povo paraibano.

Portanto, há uma nova reconstituição da Paraíba, esquecendo seu passado pós-1930. Refletir se torna necessário, bem como perceber como a “comoção fabricada” em torno de João Pessoa é concretizada pela “historiografia oficial” do Estado, por exemplo, A União. Assim, a memória, década a década, foi se massificando, sendo mitificada em meio à necessidade de uma “nova identidade” paraibana. Essa identidade se alicerçava com base nos desejos da Aliança Liberal e da Paraíba, com o propósito de “elevar” o “mártir”, impor aos paraibanos um Estado que não pertencia ao povo, e sim às elites.

Para compreendermos de forma mais abrangente a questão memorialística acerca dos fatos que estamos apresentando, podemos perceber a análise sobre o estudo da memória de Maurice Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva* (1950), com publicação no Brasil em 1990. Ao se estudar a obra de Halbwachs, a memória assume a premissa da coletividade, ou seja, o indivíduo desponta em sua capacidade de rememorar se estiver pertencente, ligado a um grupo social. Logo, toda forma da memória coletiva é traduzida e conduzida pela memória desse grupo a que o indivíduo pertence. É o que podemos relacionar nas construções das memórias em torno do nome de João Pessoa, pois notamos, da década de 1930 e até hoje em dia, muitas instituições tornando a tradição “viva” da memória do ex-presidente paraibano.

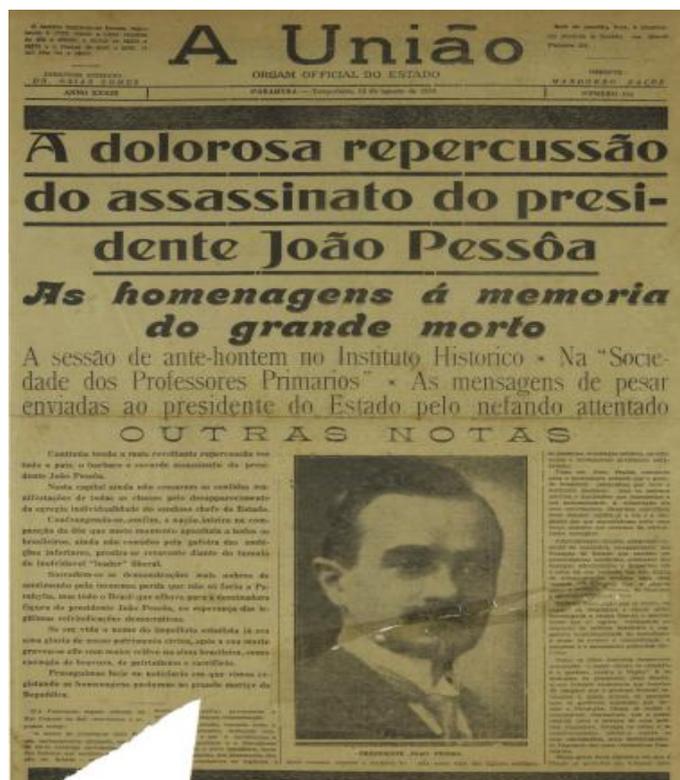
A coletividade torna a memória do passado existente no presente e na manutenção do futuro junto ao grupo social que almeja a evocação da memória. A ação da coletividade se faz preponderante pela valência da rememoração dos fatos aos quais se anseia. Cada indivíduo, com sua memória individual, põe em prática o revivamento. Concomitantemente, entendemos como a Aliança Liberal evocava o “mártir” João Pessoa em meio aos interesses dela, juntamente com a “historiografia oficial”, fabricada por órgãos ligados ao Estado e autores/historiadores que tinham interesse político-partidário na manutenção e disseminação

dos ideais dos vitoriosos da “Revolução de 30”, na construção fictícia da “memória oficial paraibana” com ênfase em propagar a ideia do “herói” e de apagar as memórias que se ligavam aos perrepietas.

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990, p. 25).

É o que a memorização do nome de João Pessoa, desde a década de 1930 até hoje, ocasionou: as experiências são renovadas. Renovação pelo não esquecimento da memória de quem foi e o que significou e significa João Pessoa para a Paraíba. A evocação explicada por Halbwachs (1990) é vista pelos exageros produzidos pela mídia e pela “historiografia oficial”, que selecionava a nossa História da Paraíba. A morte de João Pessoa e as ramificações dos lugares de memória, como nome de ruas, praças, edificação de estátuas, nome da capital da Paraíba, etc., tornaram-se um ritual diário, mensal, anual em nome da preservação da memória em meio à população paraibana.

Figura 16 - Jornal A União ovacionando João Pessoa e a sua memória após seu assassinato.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 12 de agosto de 1930, p. 1.

A partir do momento em que o indivíduo elabora suas memórias relacionadas a acontecimentos em que ele esteja sozinho, é necessário o compartilhamento com fatos socializáveis para adquirir as lembranças sobre o passado com mais nitidez, ou seja, o sujeito “nunca” está ou estará sozinho. Tendo como referência a fotografia acima, torna-se límpido e nítido o trabalho de manipulação e construção da figura “heroica”, de “mártir” de João Pessoa, e o Jornal A União foi um dos que mais propagaram este “conto de fadas” na Paraíba. As lembranças estão contidas no indivíduo, mas com ligação direta com o coletivo, a afetividade. Mesmo quando estamos sozinhos, nossas manifestações serão retratadas com base nas memórias coletivas dos fatos. Para Halbwachs (1990, p. 26):

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós.

Portanto, no presente, a memória serve como base para reerguer o passado. Poder trazer na íntegra os acontecimentos dos fatos é um episódio quase impossível, mesmo com as lembranças, individuais ou coletivas. Assim, com a escrita de Halbwachs (1990), podemos compreender que a memória é uma ponte que liga o passado ao presente, favorecendo o revivamento de um determinado episódio na sociedade. Essa evocação do passado torna-se necessária para determinado grupo presente nessa sociedade. João Pessoa segue sendo evocado, lembrado e revigorado constantemente na sociedade pelo grupo social que salvaguarda sua memória, dita como a “oficial” e a que foi selecionada para ser cultuada e venerada no corpo social. O povo é a sustentação para a memória se perpetuar no seio da sociedade. Juntamente com a imposição do que deve permanecer na lembrança da população do passado com relação ao presente, tem-se a base do forjamento de uma memória que gerações vindouras terão como a única memória a ser ritualizada.

Agora, serve como analogia a escrita de Ribeiro (2008) acerca da necessidade de desconstruir e reparar os equívocos deixados para trás na construção memorialística paraibana. Conseqüentemente, despontam a importância e a necessidade da não adoração de uma única memória colocada para a população adotar como a “verdadeira” memória do Estado. É fortuito buscarmos nas outras memórias e nas lembranças que se tornaram obsoletas e “impróprias” na construção do Estado e da identidade paraibana uma nova versão, uma reconstrução a partir do que temos para nós como a “memória oficial”, e assim poder emergir

um passado para o presente de fatos que outrora eram e são marginalizados pela historiografia oficial e pela memória dita genuinamente paraibana.

A memória estudada por nós através da escrita de Halbwachs (1990) é algo que teve sua origem no passado e vive acesa nos dias de hoje nas evocações de determinado grupo ao se referir temporal e espacialmente. A memória também é colocada como o oposto da história, pois enquanto a memória se baseia na relação das lembranças vivas de um acontecimento - e se a memória totaliza a afetividade que envolvia o grupo, ela deixa de existir -, para a história, é no fim dos acontecimentos que ela atua. Quando as memórias findam e as tradições que outrora eram praticáveis cessam, a história toma lugar para campo de estudo dentro do acontecimento que envolve algum evento/conjuntura.

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 34).

A partir da reflexão acima citada, evidenciamos a ligação de como a construção da memória de João Pessoa vem se perpetuando para não cessar, e assim permanecer ativa entre o passado e o presente. É que a recíproca entre a população ou grupo seja mantida através de laços que operem em amplitude. Como podemos exemplificar na elaboração do “mártir” após a morte de João Pessoa, a começar do momento que culminou com sua vida e morte, passa a ter sua memória traçada pela “historiografia oficial” e órgão do Estado, a exemplo do já mencionado Jornal A União.

Então, desencadeou-se uma gama de pontos para a elaboração de lembranças fundamentadas em comum, como também os depoimentos, que por si só não são suficientes, como elucidada a escrita de Halbwachs (1990). Desta feita, para não cessar a memória, notamos uma diversidade de fatos: a construção de estátuas, praças, obras de diversos autores ligados ao Estado destacando e venerando a imagem de João Pessoa e colocando a população como participante desses atos que ocorreram na Paraíba e no Brasil.

A memória pode ser caracterizada na construção individual e na união de ambas as memórias de grupos distintos em que está introduzida e tem ligação com um grupo de que o

indivíduo faz parte. As lembranças, na escrita de Halbwachs (1990), são de caráter permanente, coletivo, e são lembradas por outras pessoas, mesmo pelo fato preponderante de que tal indivíduo tenha envolvimento com o acontecimento, embora ligado a algum grupo que mantenha a socialização. Mas, recordar um fato merece um fragmento que o indivíduo já traga para contemplar ligações com a constituição das lembranças acerca de uma ocorrência. Assim, a memória individual tem de se aglutinar com a memória dos grupos com os quais ela tinha ligação memorialística. A comunhão dessas características de lembrar é de suma importância para a fusão com o grupo de que se faz parte na sociedade.

Figura 17 - Jornal A União consagrando João Pessoa com a edificação de uma estátua.

**A erecção de uma estatua
do grande presidente**
João Pessoa

Uma iniciativa genuinamente popular

O povo parahybano, querendo de maneira mais positiva render o seu culto de gratidão ao bravo presidente João Pessoa, vilmente assassinado pelo sicarismo politico, acaba de iniciar uma subscrição para a erecção de uma estatua do grande vulto desaparecido, que será collocada na "Praça João Pessoa", desta capital.

Quantia publicada	40\$000
João Baptista da Veiga Cabral e esposa . .	20\$000
José Brasil (Itabayanna)	10\$000
Somma	70\$000

Do sr. João Baptista da Veiga Cabral e de sua exma. esposa, recebemos, acompanhado da importancia que acima publicamos, um cartão em que se comprometteu a contribuir mensalmente com 20\$000 para a estatua do presidente João Pessoa.

Fonte: JORNAL A UNIÃO, 5 de agosto de 1930, p. 2.

Nas palavras de Halbwachs (2006), para transportar a lembrança, seja de maneira individual ou coletiva, muitas vezes se torna capital regressar ao instante dos acontecimentos que ocorreram em determinada época. Tal retorno se baseia no sentido de enxergar e perceber os fatos novamente, incluindo as pessoas envolvidas, a questão política, etc. Nesse contexto, o tempo assume importância para essa ocorrência da lembrança. Então, reviver uma recordação acerca de um período nos traz à lembrança com mais percepção e nitidez. Os vestígios que o

indivíduo tem, juntamente com o tempo que ele buscou ao regressar na temporalidade do fato/ato que ocorreu, tornarão os acontecimentos mais cristalinos e vivos. Esses acontecimentos mais claros podem ser inferidos como a construção de lugares de memória acerca a imagem e nome de João Pessoa (adiante, ingressaremos mais especificamente na discussão desse tema, tendo por base de análise a obra de Pierre Nora). É o que se confirma após seu assassinato. Exemplificação perfeita dessa questão está na fotografia acima, a qual contextualizamos.

Podemos entrelaçar essa premissa com a memória acerca de João Pessoa, em que é buscada a lembrança, a rememoração dos fatos do ano de 1930 para manter com o grupo que conduz essa memória o que foi construído sobre o “mártir” ex-presidente, de modo que não torne uma memória apagada. A história do “grande homem” sobre os acontecimentos da Revolta de Princesa e a “Revolução de 30” é exacerbadamente trabalhada em meio à sociedade para a perpetuação de uma conjuntura política que foi adulterada em nome da criação de um “herói”, para que, desta maneira, as gerações presentes e futuras preservem a “memória oficial do Estado”. A de João Pessoa é uma delas. Tal memória se alastra hegemonicamente com a imposição de um homem “imortal” que teve uma vida “heroica”, tudo isso consubstanciado por escritas voltadas para olhares forjados em torno de João Pessoa. É o que vamos presenciar na fotografia abaixo:

Figura 18 - Jornal A União notabilizando a memória de João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 19 de novembro de 1930, p. 3.

Outro influente autor que estuda a memória é Michael Pollak. Este abrangerá sobremaneira a nossa compreensão sobre a questão memorialística na sociedade e só virá a engrandecer a análise e a investigação que está pautada neste trabalho. Pollak parte da premissa de que a memória é uma concepção ligada ao social, ou seja, a coletividade é

primordial, como também o passado tem ligação com a elaboração promovida no presente por atores sociais. Assim, podemos relacionar características iguais de pensamentos acerca do estudo da memória.

Como presenciamos na escrita de Maurice Halbwachs (1990) acerca da memória coletiva e suas definições, as quais pontuamos na construção da figura “heroica” de João Pessoa, agora, podemos evidenciar outras vertentes acerca da memória que Michael Pollak mostra na sua obra *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989). Na elevação da memória de João Pessoa como a “oficial” dentro da historiografia paraibana sob forjamento dos grupos hegemônicos predominantes na época de 1930, outras memórias que rivalizavam foram deixadas à margem, à sombra do ostracismo. Os grupos que foram rotulados como pertencentes à/de uma memória “não oficial” não ficaram obsoletos, mas continuaram sua produção memorialística de forma distinta. Muitas produções ocorriam entre a própria família, na música, folclore, etc. Trata-se de formas de continuar com sua memória, tanto como resistência como também para contrapô-la à dita “memória oficial” que foi engendrada com anseios políticos. Dessa maneira, os opositores de João Pessoa foram relegados, como diz Pollak (1989), à memória subterrânea, que visa à oposição à memória oficial ou nacional. Conforme Pollak (1989), os grupos minoritários, marginalizados, agem de forma silenciosa acerca das memórias disputantes do espaço social e de representatividade. Através do silêncio, agem de forma a garantir o não esquecimento e a qualquer momento podem ressurgir mudanças na então memória vigente, a oficial/nacional.

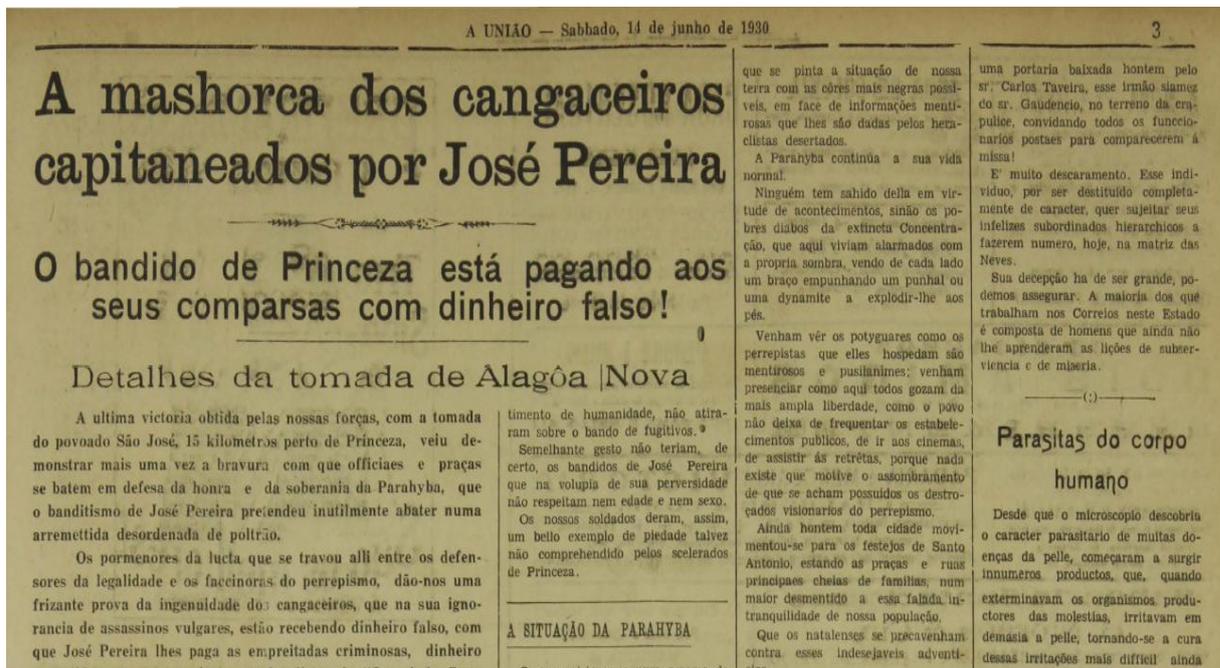
[...] quando Nikita Krushev denunciou pela primeira vez os crimes stalinistas. Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, e, finalmente na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. Essa primeira destalinização, conduzida de maneira discreta dentro do aparelho, gerou transbordamentos e manifestações [...] (POLLAK, 1989, p. 4).

De acordo com o que Pollak (1989) desenvolveu, podemos inferir um ressurgimento dos grupos marginalizados em determinada ocasião na antiga União Soviética em meio à construção da memória nacional que estava enraizada naquele país. Conforme a escrita de Pollak (1989), é como se a memória subterrânea viesse com força, introduzindo suas lembranças naquela que estava vigente. De todo modo, se fôssemos trazer esse contexto para a Paraíba, seria no acontecimento da “despessoanização” da memória e “mitos” presentes no Estado. Todavia, é uma “fantasia” ocorrer uma situação dessa magnitude no Brasil, como

também na Paraíba. Nesse embate entre memória nacional e memória subterrânea, fica como primordial, além do embate, o conhecimento e o merecido lugar das memórias que foram relegadas em detrimento de outra. Contudo, se naquele país europeu foi importante o fato ocorrido para uma reconfiguração da memória, quem sabe se o Brasil, que vive no lamaçal da corrupção e “ídolos” construídos, pudesse “desmitificar” algumas questões de sua história?

A fabricação da memória de João Pessoa pelos órgãos oficiais do Estado, no que entendemos ser a memória nacional, como o próprio Pollak (1989) cita em sua escrita, é demonstrada pela exacerbação do Jornal A União. Este jornal ao mesmo tempo “engrandece” a memória do grupo hegemônico vigente e deturpa a memória dos grupos que se encaixam na memória subterrânea, marginalizada.

Figura 19 - Jornal A União ridicularizando a imagem de José Pereira.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 14 de junho de 1930, p. 3.

Figura 20 - Jornal A União condecorando João Pessoa após seu assassinato.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 7 de agosto de 1930, p. 1.

Ao mesmo tempo, em que a “memória oficial” é propagada com ênfase por parte da mídia estadual, que entoa vários elogios exageradamente à figura de João Pessoa, José Pereira e outros, que eram adversários políticos e ideológicos do ex-presidente, tinham suas imagens selecionadas e expostas na Paraíba como detentores de todo o mal existente no Estado. José Pereira, que na leitura de Pollak (1989) podemos relacionar que estava ligado à memória “clandestina”, “proibida”, não tem lugar para expor suas memórias de forma “oficial”, ficando assim no ostracismo histórico paraibano.

Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades (POLLAK, 1989, p. 5).

As memórias subterrâneas ficam silenciosamente esperando sua oportunidade para reaparecer e mostrar que sobreviveram com o intuito de contrapor a memória vigente a uma

“marginalizada”. Como tocamos na questão do silêncio, podemos mencionar que a sobrevivência dos grupos silenciados é exposta através de familiares, da informalidade, etc., esperando a oportunidade de reaparição na sociedade. A oralidade é um trunfo importantíssimo para a construção e ampliação da ótica acerca do passado, em que as memórias individuais terão como fator a reestruturação das memórias de grupos com os quais se tem afinidade. Portanto, a História Oral valoriza a construção histórica do passado, o que é vivenciado no presente. Ademais, na escrita de Pollak (1989), é destacado o caráter de negociação, de certo modo recheado de conflitos no que se trata da questão das lembranças.

Figura 21 - Jornal A União glorificando e prestigiando o nome de João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 5 de setembro de 1930, p. 1.

O silêncio é uma forma de fazer com que os grupos dominantes abram espaço para que os silenciados possam mostrar à sociedade outra imagem que foi deixada à margem na história, no caso, a História da Paraíba. Conforme Pollak (1989, p. 6), “Nesse caso, o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes

de mais nada encontrar uma escuta”. O silenciamento tem o intuito de regeneração de suas forças para quando for possível trazer suas falas em condição de dismantelar a memória vigente. Se as escutas eram subterrâneas, agora poderão ser “oficiais”, com a ascensão de grupos que na sociedade não tinham prestígio político e social. Ainda observamos na escrita um desenvolvimento da questão das memórias dos grupos, especificamente o conceito de enquadramento da memória em oposição à memória coletiva. Segundo Pollak (1989, p. 9), “Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente”.

Aires (2006) corrobora o entendimento de que a memória subterrânea teve papel fundamental para sua escrita, para os perrepiistas e a disseminação através da oralidade. “No entanto, as memórias subterrâneas do bloco derrotado, por muito tempo, mantiveram-se através da transmissão oral, batalhando para virem à tona, porém, dificultadas pelos entraves impostos pela memória oficial” (AIRES, 2006, p. 110). Aires (2006) aborda como as memórias subterrâneas encontraram e encontram dificuldades de produção, pois o Estado destacava a “memória oficial” e ofuscava as outras que eram contrárias aos seus interesses.

Entendemos que a Aliança Liberal saiu vitoriosa da Guerra de Princesa, se levarmos em consideração toda a conjuntura política da época, culminando com a vitória dos aliancistas em outubro, com a “revolução”. Porém, como dissemos no capítulo anterior, João Pessoa venceu de forma simbólica, pois, foi a partir de seu assassinato que a Aliança Liberal se vitoriou. Nesse particular, não foi João Pessoa/governo que venceu a guerra, mas sua memória [...] (AIRES, 2006, p. 93).

Podemos compreender como de fato foi a simbologia vitoriosa em torno do nome de João Pessoa. Assim, só nos resta ratificar o forjamento de “herói” desenvolvido pela Aliança Liberal como premissa golpista na Paraíba acerca do nome e imagem do ex-presidente do Estado. Simbologia que nasce de um ideal maniqueísta como propaganda aliancista, ou seja, o “herói”, João Pessoa; o “vilão”, José Pereira e o perrepiismo. Dessa maneira é que Aires (2006) enxerga como os liberais saíram vitoriosos tanto na Revolta de Princesa como da “Revolução de 30”. Vitória que nasce e continua se enraizando ano após ano com equívocos e simbologia apologética para com João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Adentrando agora no pensamento de Pierre Nora acerca da memória e em sua obra *Entre memória e história: a problemática dos lugares* (1993), podemos introduzir o conceito de lugares de memória que o autor desenvolve em sua obra. Como vimos em Halbwachs (2006) e Pollak (1989) acerca da memória, em que o indivíduo buscava remeter a uma

memória passada para o presente, resgatando interesses de grupos vigentes e como forma de oposição às memórias em detrimento de outras, Nora (1993) agora percebe que os grupos na contemporaneidade terão uma forma que o sujeito cultue e reviva. Uma memória mais presente no dia a dia, para que no presente possa reviver suas ideologias e os significados que a conectam a um determinado grupo.

Para Nora (1993), se a memória tiver traços inexistente de naturalidade e veracidade, pode ocorrer de o sujeito se conectar com tais memórias para assim poder desenvolver a aceção de uma identidade pertencente a determinado grupo. Portanto, os lugares de memória surgem como fundamental expressão para a autenticidade. Dessa forma, nascem o registro e o acervo como fonte de liturgia para cultuar as memórias. Assim, o espaço que torna os lugares de memória possíveis de uma memória-história é uma forma de resgatar as lembranças, ritualizando a memória relacionada a determinado grupo e acontecimento.

Podemos contextualizar as figuras 19, 20 e 21 como formas de manutenção e expansão da memória de João Pessoa, uma “memória oficial”, contrapondo-se à “memória marginalizada, clandestina” que Pollak (1989) evidencia em sua obra. Ao mesmo tempo, em que os perrepietas disseminam suas memórias mais silenciosamente, os liberais expandem as de João Pessoa de forma avassaladora e sem “concorrência”. Todavia, a memória “silenciada” acerca de José Pereira e demais perrepietas é poupo a pouco maximizada, esperando a oportunidade para lutar contra as memórias hegemônicas manipuladas depois do dia 26 de julho de 1930²⁰ e do dia 3 de outubro do mesmo ano.

Com a aceleração da história, a produção é apressadamente algo corriqueiro, tornando o passado estéril. Como Nora (1993) expressa em sua escrita, a democratização esfacelou a memória e os lugares de memória a utilizam como espontânea, a ponto da conveniência de elaborar arquivos. A necessidade em torno dos arquivos é descrita como, por exemplo, cemitérios, aniversários, museus, ou seja, espaços que são utilizados na rememoração da memória como fonte de não esquecimento e de desmoronamento. A partir dessa premissa, podemos inferir os lugares de memória em torno da figura de João Pessoa, que há décadas estão sendo difundidos e massificados junto à sociedade. Dessa maneira, a perpetuação do “herói” é forjada numa construção elitista, que tende a continuar conforme as intenções dos grupos vigentes que têm ligações umbilicais, implementando na mente da população as memórias que foram selecionadas a partir do ex-presidente como as ditas oficiais. Os lugares de memória propostos por Nora (1993) com relação à mudança ocorrida no mundo dentre os

²⁰ Data do assassinato de João Pessoa.

grupos sociais sofreram mudanças radicais com a ligação que unia o tradicionalismo ao passado. Tais “memórias oficiais” foram introduzidas, como já mencionado anteriormente, pelo Jornal A União e inúmeros autores ligados ao governo paraibano, com um discurso intencional em torno da “renovação” da História da Paraíba.

Figura 22 - Jornal A União venerando a imagem de João Pessoa com a construção de uma estátua em Campina Grande.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 31 de dezembro de 1930, p. 1.

Através dessa fotografia, confirma-se a expansão da memória e a construção dos lugares de memória em torno da imagem e do nome de João Pessoa. Em Campina Grande, sua memória e seu lugar de memória foram alicerçados como base na afirmação de um ideal golpista da Aliança Liberal. Não foi apenas na Paraíba que o contexto memorialístico com relação a João Pessoa se baseou: o Brasil inteiro pôde ter também outros lugares de memória do “mártir e herói” paraibano.

Ao investigar esses lugares de memória, como notamos na escrita de Aires (2006), podemos perceber como foi a expansão memorialística consoante às ambições aliancistas. O “mártir” ultrapassou fronteiras, o morto tomou o lugar dos “vivos”, mas como? Por exemplo, muitos lugares foram renomeados em decorrência da morte do ex-presidente paraibano. O catete teve uma derrota além da política em si. Nomes de lugares que remetiam à memória até então do grupo que detinha o poder político vigente cede espaço às memórias de João Pessoa, como desejavam os liberais. Vejamos:

Como podemos observar, o nome de João Pessoa morto passa, realmente, a ser o símbolo da Aliança Liberal no plano nacional. Mais do que batizar uma rua, em Fortaleza, com seu nome, é particularmente importante notarmos a substituição operacionalizada. Washington Luiz desaparecia do nome da rua como também desaparecera do Catete, não para João Pessoa, como na rua, mas para Getúlio Vargas, que assume o governo por circunstâncias de um golpe civil-militar desfechado à sombra da memória de um cadáver: João Pessoa (AIRES, 2006, p. 21).

Figura 23 - Estátua do ex-presidente João Pessoa em Campina Grande.



Fonte: Arquivo do autor.

A estátua de João Pessoa foi inaugurada em 26 de julho de 1931, data de um ano de seu assassinato. Ficava localizada na antiga “Praça do Algodão”, no centro da cidade. O monumento era situado entre as ruas Marquês do Herval, Sete de Setembro e João Leite. Posteriormente, na gestão do prefeito Vergniaud Wanderley, foi construída uma praça que se chamaria Antônio Pessoa. Este foi presidente (hoje governador) do Estado entre 1915 a 1916. Então, a estátua de João Pessoa foi transferida para a Praça Antônio Pessoa no dia 25 de maio de 1937. Muito se comenta na historiografia paraibana sobre os motivos dessa transferência. Uns a enxergam como um ato político; outros, como um ato pessoal. Uns citam que a estátua se porta de costas para o centro de Campina Grande como referência à pouca visibilidade e preterição que João Pessoa tinha com as terras campinenses. Mas, nosso foco principal não é a

contextualização dos motivos da transferência da estátua ou o significado de ela dar as costas para o centro comercial de Campina Grande. Destarte, para não adentrar demasiadamente nesse tema e não perder o foco no tema principal deste trabalho, preferimos apenas citar de maneira prática um pouco da história da construção, com o intuito de facilitar o desenvolvimento crítico da construção do monumento na nossa cidade evocando a memória do ex-presidente paraibano. Não obstante, caso seja fortuito ou necessário, evocaremos mais detalhadamente o tema presente.

Uma memória subtrai a outra, dando lugar àquele que, com “a própria vida”, entra para a história, que com seu “sangue, valentia” e devoção popular foi tomado no Brasil com a fabricação do “herói”, o “herói” mitificado dos liberais e da elite política que assumia o poder através de um golpe muito bem articulado.

Podemos evidenciar, tanto na escrita de Ribeiro (2008) quanto na de Aires (2006), o contexto político elaborado pela Aliança Liberal para colocar em prática a expansão “mítica” de João Pessoa. Como já foi citado anteriormente, na comoção do povo paraibano e brasileiro com a morte do ex-presidente da Paraíba, os aliancistas, percebendo o “louvor” à figura emblemática que João Pessoa se tornava, tentaram usar as multidões nas ruas para forjar que toda a manifestação e o desejo em torno das “mudanças” que viriam a ocorrer na Paraíba e no Brasil tinham o apoio dos populares. Isso veio a reforçar os anseios dos grupos políticos na confirmação do “novo” modelo de governança que o Estado da Paraíba e o Brasil viriam a ganhar com a força do “mártir” João Pessoa. Todavia, podemos ver como nada de popular tiveram os acontecimentos de 1930. Houve, sim, fins políticos e eleitoreiros. Assim, nas palavras de Aires (2006, p. 31, grifo do autor)²¹:

Pelo visto, havia uma tentativa dos “revolucionários” da Aliança Liberal em mostrarem que as idéias de cultuar a memória de João Pessoa nasciam dos anseios da população, com ênfase no movimento das mulheres paraibanas. [...].

Partindo dessas interpelações, chegamos à conclusão de que a sociedade política²⁶ utilizava a população para manter a coesão social em torno do projeto “revolucionário”. Manter a efervescência social, a população agitada, nas ruas, cultuando o mito, mais do que nunca, era necessário para a retomada dos planos golpistas. Portanto, discordamos da idéia de que a criação dos *lugares de memória* tenha sido iniciativa dos grupos subalternos e que a Assembléia Legislativa apenas correspondia aos anseios populares [...].

²¹ A grafia original do texto foi mantida por opção metodológica.

Muitos discursos foram elaborados e ainda são em torno do nome de João Pessoa e da “Revolução de 30” na Paraíba. Como percebemos na discordância de Aires (2006) acerca de que os lugares de memória tenham sido por prerrogativa dos populares, a meu ver, a “mitificação” e a simbologia na criação do “grande homem” paraibano não teve força popular, mas foram atos concebidos e omitidos para a população “glorificar” um homem e servir como base eleitoreira, política e econômica de um grupo político que ansiava há tempos tomar o poder. Desse modo, o povo só foi usado como subterfúgio dentro dos equívocos ocorridos na Paraíba para a ramificação da Aliança Liberal. Logo, é cada vez mais claro como a “Revolução de 30” e o nome de João Pessoa foram uma estratégia que destoava da verdadeira ocorrência dos fatos e acontecimentos no nosso Estado, ao contrário do que muitos pregam, que foi uma “revolução” do povo e para o povo. Isso é pura falácia interesseira de gente que “cobre o sol com a peneira”.

Em meio à legitimação, “mitificação” e confirmação da memória em relação ao nome de João Pessoa, muitos tomaram a frente para semear o “mito” do ex-presidente morto no seio da sociedade paraibana. O “discurso oficial” de pessoas “importantes” na transmissão da palavra no convencimento da população vinha de diversos setores. Conforme Joffily (1979 apud AIRES, 2006, p. 35), “Na Paraíba, o padre Mathias Freire, em comícios permanentes, convocava as lideranças femininas”. Em concordância com a escrita de Joffily e Aires, podemos enxergar o poder que as instituições tinham na transmissão de vários discursos com inúmeras ramificações e interesses.

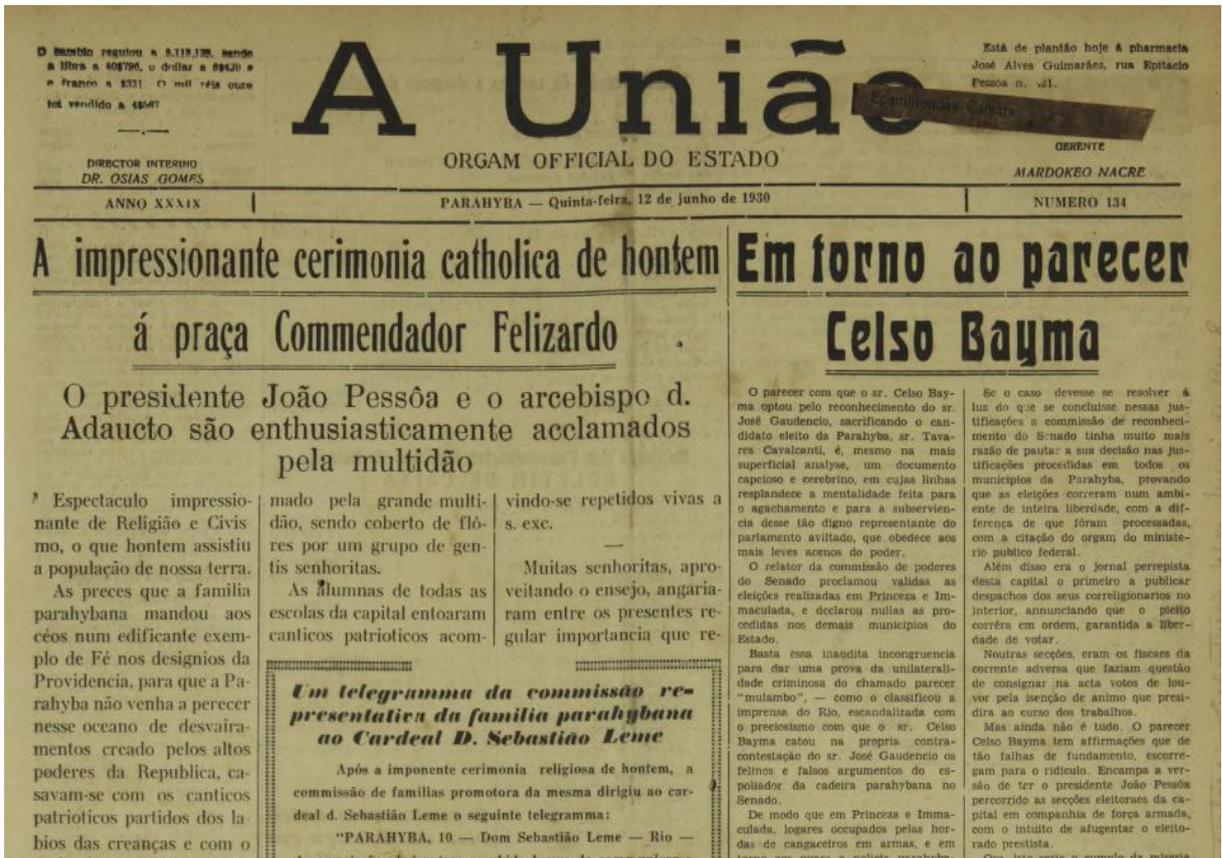
Para uma população que em sua maioria era católica, e muito do discurso da Igreja tinha os padres como os interlocutores do povo, o aceite de muitas “verdades” era facilitado. Assim, os desejos políticos liberais foram amplamente defendidos pela Igreja, tendo os fiéis como figuras legitimadoras do “grande homem” que a Paraíba ganhava em decorrência do jogo político aliancista. Esse modo de expansão em meio aos “discursos oficiais” de órgãos importantes dentro do Estado foi corriqueiro para os vários benefícios e para a manutenção da classe governante que adentrara no poder local e nacional. Era a fé sendo usada como ponte para a construção e manutenção da memória liberal e da caça aos perrepietas, acusados de promover a morte do “herói” paraibano e brasileiro, João Pessoa.

Figura 24 - Jornal A União dignificando João Pessoa e seu governo através da Igreja Católica.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 6 de julho de 1930, p. 1.

Figura 25 - Jornal A União aclamando a Igreja Católica e o povo em apoio a João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 12 de junho de 1930, p. 1.

É pertinente evidenciar a influência da Igreja Católica para corroborar o ideal de “mártir” que os aliancistas criaram a partir do nome e da imagem de João Pessoa. Nas figuras 24 e 25, podemos notar como foi a contribuição cristã para a ampliação do forjamento do “herói” que João Pessoa virou. Interligar a fé a uma população esmagadoramente analfabeta nas décadas de 1920 e de 1930 era uma premissa que fazia o plano golpista se ramificar ainda mais. Com o povo experimentando uma junção entre a fé e o nome e imagem de João Pessoa, tudo transcorreria de forma mais rápida e voraz.

Ainda acerca a obra de Nora (1993), podemos destacar a ampla importância da questão dos lugares de memória. Assim, estes serão divididos em três partes: os lugares materiais, onde a memória é relacionada aos sentidos, à questão demográfica; os lugares funcionais, que permeiam a cristalização de uma lembrança e sua transferência para grupos sociais; e os lugares simbólicos, que pontuam a memória coletiva e a identidade, que exterioriza as experiências e características de certo grupo que não teve participação nos fatos. Portanto, Nora (1993) dá o entendimento acerca dos lugares de memória para maximizar a compreensão das concepções memorialísticas. Contudo, conforme podemos verificar na citação abaixo sobre o pensamento de Nora (1993, p. 21):

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre.

Conquanto, para podermos inferir com maior precisão a questão memorialística acerca da fabricação do “grande homem” que intitularam João Pessoa, é preciso considerar algumas ressalvas. A partir do momento da edificação de um lugar de memória para o ex-presidente paraibano, por exemplo, como a construção de uma estátua, tal ato tem por trás atitudes para a eficiência da ideia que se origina a partir de um grupo. Desse modo, se for erguida uma estátua de João Pessoa e uma de José Pereira, a primeira será cultuada, ritualizada e uma simbolização será cultuada dentro do espaço paraibano e brasileiro, como já ocorreu após a morte do ex-presidente paraibano. Já a menção da edificação da estátua de José Pereira ficará mais ligada a símbolos familiares, restrita a amigos, à localidade, etc. Destarte, podemos

inferir que a edificação elaborada para cultuar João Pessoa se enquadrará nas ideias que Nora (1993) enfatiza na citação acima exemplificada, diferentemente e em oposição à de José Pereira. Outra forma que se encaixa nos lugares de memória estudados acerca da escrita de Nora (1993) é a participação do IPHAEP²², uma vez que, com a patente de promover a preservação do acervo patrimonial tangível e intangível da Paraíba, proporcionou a gênese dos lugares de memória com relação à figura de João Pessoa e demais “grandes homens paraibanos”. Figura de grande homem sendo alargada com nomes de praças e outros tantos monumentos edificadas, levando o nome do ex-presidente paraibano, por exemplo, a praça em sua homenagem na capital do Estado, como retrata a figura abaixo. São os lugares de memória ganhando formas e vidas na representatividade em relação a João Pessoa. Representação que até hoje podemos encontrar no nosso Estado, e com muito vigor ainda existente na “fábula do heroísmo” de João Pessoa. Este que deu seu “sangue” para “libertar” a Paraíba dos “males” dos perrepistas.

Figura 26 - Praça edificada em homenagem à memória do ex-presidente João Pessoa na capital do Estado.



Fonte: Joffily (1979, p. 182).

²² O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, mais conhecido pelo acrônimo Iphaep, é um Órgão de Regime Especial do Governo da Paraíba vinculado à Secretaria de Cultura do Estado, cuja função é a preservação do acervo patrimonial paraibano, tangível e intangível. O órgão foi fundado em 31 de março de 1971 pelo Decreto-Lei n. 5.255, assinado pelo Governador da época, Ernâni Sátiro. Sua sede situa-se na Rua João Machado, 348, Centro da capital paraibana. Até então, o patrimônio do Estado era administrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ao qual o Iphaep está vinculado. Seu primeiro diretor foi o cineasta Linduarte Noronha, que exerceu o cargo até março de 1991. Em 1982, foi delimitado o perímetro urbano do Centro Histórico Inicial da Capital Paraibana.

3.1 O olhar da escrita paraibana: construindo “mitos” e “heróis” através da “historiografia e memória oficial”

*“O povo imortaliza o sacrifício de seu herói.
A morte de João Pessoa foi o alto preço dado pela
honra da Paraíba”.*

(Ademar Vidal)²³

Todos os acontecimentos de 1930 foram fundamentais para desvendarmos a construção memorialística em torno da Revolta de Princesa e do nome do Coronel José Pereira. Assim, a “historiografia oficial” inculcou na mente dos paraibanos o que era importante saber e cultivar: a História dos vencedores, dos grandes “heróis”, datas, etc. Contudo, colocaram como “anti-heróis” José Pereira e os seus correligionários. Esse intento teve grande participação do Estado, juntamente com órgãos que escreviam ou reescreviam nossa História paraibana. Um dos meios de disseminação foi o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP²⁴. Este órgão teve em sua produção historiográfica uma História dos “heróis” (João Pessoa), esquecendo produções que se referiam aos “derrotados”. Nesse contexto, o embate de Princesa e a “Revolução de 30” tiveram o olhar caracterizado por menções omitidas, e José Pereira foi um personagem histórico que teve seu nome induzido ao esquecimento em uma História Positivista (assim podemos dizer), que foi sendo produzida socialmente, academicamente.

O IHGP era/é um órgão vinculado ao Estado paraibano com o intuito de escrever nossa história acerca dos fatos ocorridos. Todavia, é necessário observar como autores/escritores ligados ao Estado e ao IHGP promoveram inúmeras obras enaltecendo características dos “grandes homens e heróis”. Concomitantemente, muitas obras que foram e serão citadas no decorrer deste trabalho conforme o olhar de autores ligados à “historiografia

²³ Cf. VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. p. 318.

²⁴ Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Entidade cultural sem fins lucrativos, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, IHGP, foi fundado em 7 de setembro de 1905, na Parahyba, capital da Parahyba do Norte, por um grupo de intelectuais e políticos com intensa participação na vida pública e sob o incentivo do engenheiro militar Álvaro Lopes Machado, presidente do Estado. Tem por finalidade promover e divulgar, no âmbito do Estado da Paraíba, estudos, pareceres e pesquisas de história e geografia, bem como suas ciências auxiliares e correlatas, contribuindo para um melhor conhecimento da realidade paraibana sob os aspectos histórico, geográfico, político, social e econômico. Durante esses quase 100 anos, o IHGP vem acumulando expressivo acervo material e de realizações.

oficial” terão íntimas ligações com o IHGP, ou seja, muitos daqueles que escreveram nossa história foram presidentes, patronos deste instituto. Logo, é conclusivo que esse instituto foi disseminador de uma “memória oficial” com premissas voltadas para a construção de fatos sob uma ótica heroizante, principalmente após a “Revolução de 30”.

Conforme Joffily (1979, p. 55, grifo do autor):

Eis aqui uma prova de que o mestre tem toda razão: no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba só estão arquivadas coleções dos jornais partidários de João Pessoa. Impossível encontrar o *Diário da Paraíba* ou outro qualquer periódico *perrepista*. Nem sequer uma instituição de pesquisa escapou à radicalização de posições.

QUADRO 1 - Sócios efetivos do IHGP.

CADEIRA	PATRONO
01	José Maria dos Santos
02	Irineu Ceciliano Pereira Joffily
03	João Alcides Bezerra Cavalcanti
04	Heliodoro de Souza Pires
05	Elpídio Josué de Almeida
06	Aníbal Victor de Lima e Moura
07	João R. Coriolano de Medeiros
08	Lopo Curado Garro
09	Manuel de Arruda Câmara
10	Oscar de Oliveira Castro
11	Manuel Octaviano de Moura Lima
12	João Ribeiro da Veiga Pessoa Jr.
13	Francisco Soares da Silva Retumba
14	José Gomes Coêlho

- 15 Fernando Delgado F. de Castilho
- 16 Arthur Achilles dos Santos
- 17 Francisco Seraphico da Nóbrega
- 18 Henrique Pedro C. de Beaurepaire Rohan
- 19 José Leal Ramos
- 20 José Rodrigues de Carvalho
- 21 João Lélis de Luna Freire**
- 22 Florentino Barbosa Ferreira Leite
- 23 Apolônio C. da Cunha Nóbrega
- 24 Irineu Ferreira Pinto
- 25 João de Lyra Tavares
- 26 Diógenes Caldas
- 27 Leon Francisco Rodrigues Clerot
- 28 Maximiano Lopes Machado
- 29 Carlos de Gouvêa Coêlho
- 30 Francisco Gomes de Lima
- 31 Cândido Firmino de Mello Leitão Jr.
- 32 Ambrósio Fernandes Brandão
- 33 Elias Herckmans
- 34 Maria Ignez Marques Mariz
- 35 Eudes de Luna Freire C. de Barros
- 36 Clóvis dos Santos Lima

37	Manoel Tavares Cavalcanti
38	Francisco Coutinho de Lima Moura
39	José Baptista de Mello
40	Luciano Jacques de Moraes
41	Samuel Vital Duarte
42	Horácio de Almeida
43	Luís Teixeira da Silva Pinto
44	Celso Marques Mariz
45	Oswaldo Trigueiro de A. Mello
46	Adhemar Victor de Menezes Vidal
47	Pedro Guedes Baptista
48	Francisco Severiano de Figueiredo
49	Raul Campelo Machado
50	José Américo de Almeida

Fonte: Disponível em: <<http://ihgp.net/socios.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2017. Quadro elaborado pelo autor.

Durante o acesso à página virtual do IHGP, pudemos analisar a lista que contém os sócios efetivos do instituto paraibano ao longo dos anos. Nessa lista, que contempla 50 personagens históricos do nosso Estado, é interessante notar a constituição acerca dos números e nomes destacados em negrito, pois João Lélis de Luna Freire, Adhemar Victor de Menezes Vidal²⁵ e José Américo de Almeida foram dos mais promissores autores/escritores

²⁵ Adhemar Victor de Menezes Vidal nasceu no dia 7 de outubro de 1900, na capital do Estado da Paraíba, filho do jornalista Assis Vidal e D. Amélia Augusta de Menezes Vidal. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 30 de novembro de 1986. Era casado com D. Maria do Céu Vidal, cuja união deixou cinco filhos. Mais tarde, o Presidente João Pessoa convidou-o para assumir as pastas da Justiça e Segurança, permanecendo à frente daquelas Secretarias até 1930. Aos 12 anos, começou a trabalhar no Jornal A União como revisor, exercendo depois a direção deste órgão. Fundou a revista A Novela, que circulou na capital, sendo classificada como a precursora do movimento modernista no Nordeste. Escreveu em vários jornais do país e em revistas estrangeiras, representou o Brasil em Congressos, fez

encarregados da elaboração da “historiografia e memória oficial paraibana”. Todavia, adentraremos mais à frente neste trabalho nas características e produções desses três ícones do engrandecimento da imagem de João Pessoa. Não abordaremos, no entanto, características e produções dos outros sócios pelo fato de este trabalho nortear-se mais nas escritas dos três autores citados anteriormente, visto que sua influência e ligações com o Estado e com João Pessoa ocorreram forma mais íntima. Assim, seus discursos acerca do tema sobre o qual este trabalho versa e o recorte temporal deixará a compreensão abrangente e facilitadora a respeito dos objetivos propostos. Esse quadro visa também a exemplificar e inquirir a quantidade de sócios que estavam ligados à elite vencedora da “Revolução de 30”, para com isto entendermos os motivos que fizeram a escrita sobre João Pessoa ser ampla e facilmente divulgada na Paraíba e no Brasil, devido à conexão entre os órgãos do Estado e os autores descritos acima.

Nesse contexto, podemos citar e exemplificar essa análise através da obra de Margarida Maria Santos Dias (1996), *Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local - 1905-1930*. Dias (1996), através desta obra, realiza uma pesquisa historiográfica acerca da produção do IHGP e sua íntima ligação com a elaboração da história paraibana. Conforme Dias (1996, p. 36), “[...] eram médicos, militares, jornalistas. Tiveram atuação importante na imprensa local. Neles começaram a escrever o que, mais tarde, iriam qualificar como a história da Paraíba”. Com essa citação, podemos entender melhor como o IHGP construía a história local junto a tais personagens que compunham o instituto. Além disso, podemos ter uma noção mais ampla e relacionada com os quadros 1 e 2, bem como com o teor das escritas no cenário paraibano entre 1905 a 1930. Esta data foi marcante na produção memorialística acerca do nome de João Pessoa.

conferências em diversas Universidades sobre assuntos políticos e jurídicos. Era colaborador assíduo da revista Era Nova. Tornou-se membro da Academia Paraibana de Letras, eleito por aclamação, onde tomou posse no dia 24 de outubro de 1979, passando a ocupar a Cadeira n. 8, cujo Patrono é Afonso Campos (Sênior). A sua produção literária é vasta e variada. Além dos artigos publicados em jornais e revistas, deixou os livros: *Fome*, 1922; *O incrível João Pessoa*, 1931; *1930: História da Revolução na Paraíba*, 1933; *Epitácio Pessoa ou o sentimento de autoridade*, 1942; *Recordações sentimentais de Epitácio Pessoa*, 1942; *Guia da Paraíba*, 1943; *Terra de homens*, 1945; *América, mundo livre*, 1945; *Espírito de reforma*, 1945; *Importância do açúcar*, 1945; *Lendas e Superstições*, 1950; *Europa*, 1950; *Reparações de Guerra*, 1952; *Organização Judiciária dos Estados Unidos do Brasil*, 1959; *Liquidação dos bens de guerra*, 1960; *O outro EU de Augusto dos Anjos*, 1967; *Canção de liberdade*; *Regime Jurídico do Estrangeiro* e *Moderno sentido da Soberania*. Adhemar Vidal ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano no dia 14 de julho de 1926, tendo exercido sua Presidência no período 1941 a 1944. O IHGP mantém um Fundo Privado em nome de Adhemar Vidal, do qual constam vários inéditos de sua autoria, tendo sua biblioteca sido agregada ao acervo do Instituto por doação de sua filha Alice.

Segundo Dias (1996, p. 39), “[...] catalogar as fontes, juntar todo o material possível que servisse para glorificar o passado [...]”. Aqui, é propício entender a produção feita pelo IHGP através da exaltação do passado em consoante com uma “historiografia e memória oficial” voltadas para justificar o presente, ou seja, uma “martirização” liberal como pretexto para forjar uma figura política, João Pessoa.

QUADRO 2 - Galeria de presidentes do IHGP (1905-2010).

ORDEM	PRESIDENTES	DURAÇÃO DO MANDATO
01	Francisco Seraphico da Nóbrega	(1905 - 1907)
02	Flávio Maroja	(1907/1908 - 1909/1931)
03	Francisco Xavier Júnior	(1908 - 1909)
04	Florentino Barbosa Ferreira Leite	(1931/1934 - 1953/1956)
05	Antônio Bôtto de Menezes	(1934 - 1935)
06	José d'Ávila Lins	(1935 - 1937)
07	João Rodrigues Coriolano de Medeiros	(07.09.1937 - 12.03.38)
08	Maurício de Medeiros Furtado	(12.03.38 - 1941)
09	Adhemar Victor de Menezes Vidal	(1941 - 1944)
10	Celso Mariz	(1944 - 1946)
11	Clóvis dos Santos Lima	(1946/1953 - 1956/1962)
12	Cônego Francisco Lima	(1962 - 1968)
13	Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega	(1968 - 1974)
14	Deusdedit de Vasconcelos Leitão	(1974 - 1977)
15	Antônio Victoriano Freire	(1977 - 1980)
16	Lauro Pires Xavier	(1980 - 1983)

17	Rosilda Cartaxo	(1983 - 1986)
18	Humberto Cavalcanti de Mello	(1986 - 1989)
19	Joacil de Britto Pereira	(1989 - 1995)
20	Luiz Hugo Guimarães	(1995 - 2009)
21	Humberto Fonsêca de Lucena	(2009 - 2010)

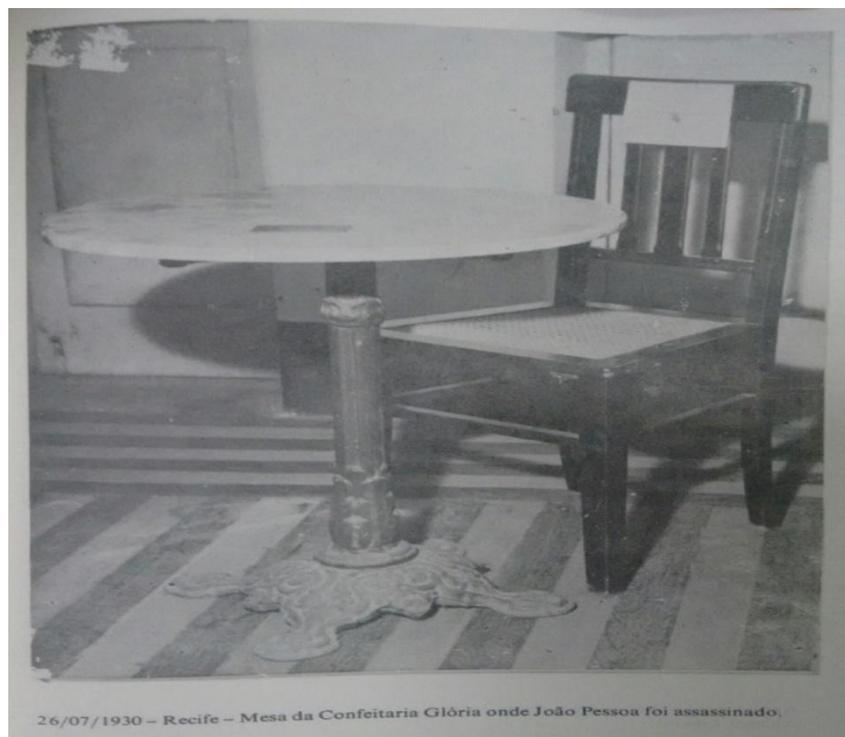
Fonte: Disponível em: <http://www.ihgp.net/galeria_de_presidentes.htm>. Acesso em: 09 jun. 2017. Quadro elaborado pelo autor.

Ao destacarmos o quadro dos presidentes do IGHP desde sua fundação, encontramos no quadro de sócios efetivos o nome de Adhemar Victor de Menezes Vidal. Este, como já mencionado anteriormente e com mais ênfase, será referido *a posteriori*. Vidal foi um representante fidedigno da construção “heroica” da nossa história sob a ótica dos “grandes heróis”, principalmente no que se refere à imagem de João Pessoa. O quadro é uma demonstração de como o IHGP emergiu e seguiu ao longo dos anos dando preferência a homens ligados e dispostos a trabalhar uma historiografia vencedora e que se ligasse aos interesses do Estado. Entretanto, apesar de esse quadro conter a lista de presidentes até os anos de 2009-2010, embora não faça parte do recorte temporal sobre o qual versa este trabalho, foi posto como forma de assimilação e entendimento mais amplo dos presidentes que o IHGP teve ao longo dos anos. Outro ponto que merece ênfase é o quesito dos presidentes e sócios efetivos desse instituto, pois, ao observarmos os nomes e seus lugares sociais, evidencia-se a ligação que tinham com o Estado e seus órgãos, como, por exemplo, o Jornal A União. Além de muitos serem pertencentes a classes eclesiásticas, professores, entre outras.

A escrita também versava sobre inúmeras retratações, desde a parte colonial da Paraíba a temas políticos, econômicos etc. Mas, é frutífero mencionar que, com o passar do tempo, o IHGP se tornou um órgão mais “aberto” a outras vertentes de escrita, bem como de sócios. Hoje, podemos perceber alguns nomes que estão presentes no IGHP que outrora seria “impossível” imaginar. Porém, por quê? Ora, ao analisarmos os personagens que constituíam o IHGP, praticamente não se viam pessoas voltadas para uma escrita menos elitizada e que se aproximasse mais do cotidiano popular. Contudo, é interessante exemplificarmos um

personagem que é associado ao IHGP, Josemir Camilo de Melo²⁶, que foi meu professor de História Contemporânea I na graduação. Sem dúvida, foi engrandecedor o aprendizado propiciado por esse grande historiador paraibano, nordestino e brasileiro. A ação do IHGP e do IPHAEP na ratificação e propagação de uma memória e dos lugares de memória acerca de João Pessoa fica evidente na fotografia abaixo, pois a mesa da Confeitaria Glória onde João Pessoa foi assassinado em Recife e outros tantos objetos são até disseminados com a população como algo proveniente de “martirização” e “heroísmo” do ex-presidente paraibano.

Figura 27 - Mesa da Confeitaria Glória onde João Pessoa foi assassinado em Recife.



Fonte: Joffily (1979, p. 281).

Ainda com base nesse contexto de personagens que fizeram e fazem parte do IHGP, podemos ressaltar uma figura perrepista, que foi Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro²⁷,

²⁶ Possui graduação em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1974), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (1978) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), com pesquisas em arquivos ingleses. Professor aposentado da Universidade Federal da Paraíba, Professor Visitante da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: história econômica (ferrovias, secas, escravidão), estudos afro-brasileiros, memória, patrimônio e cultura. Autor de *Ferrovias Inglesas e Mobilidade Social no Nordeste (1850-1900)*, pela EDUFPG (2008), *Uma Família de Engenheiros Ingleses no Brasil: De Mornay Brothers*, pelo Livro Rápido, 2008 (Recife-PE) e, recentemente, *A primeira ferrovia inglesa no Brasil: The Recife-São Francisco Railway*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco/CEPE, 2016.

²⁷ Nasceu em Bananeiras, em 8 de março de 1872. Depois do bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais, foi, em 1894, nomeado Juiz de Direito de Itabaiana e, mais tarde, em 1908, Desembargador

um dos sócios fundadores do instituto, que é a instituição cultural mais antiga do nosso Estado e carrega em seu círculo de fundadores uma figura que era rival político de João Pessoa. Logo, seus ideais eram contrários aos que o IGHP tinha *a priori* o intuito de desenvolver na Paraíba.

Como perrepista, um dos principais amigos de José Pereira e apontado pela mídia paraibana nos anos de 1929 e 1930 como um “traidor” do Estado pelo fato de divergir politicamente com João Pessoa e apoiar Júlio Prestes nas eleições presidenciais de 1930, posicionou-se contra o ex-presidente paraibano. Como pode Heráclito Cavalcanti estar presente em um órgão que teve nos seus primórdios, principalmente após a “Revolução de 30”, uma memória voltada ao engrandecimento dos ideais liberais e à perseguição dos perrepistas? Esta explanação visa a não coalizar uma retratação maniqueísta do IGHP e de seus fundadores, presidentes e sócios, mas pretende investigar todo o contexto desse órgão desde sua criação.

O IHGP foi um meio de propagação de “memórias oficiais” voltadas para uma “heroicização” de João Pessoa e das ideologias liberais após a “Revolução de 30”. Assim, podemos mostrar como o IHGP mencionou Heráclito Cavalcanti e os motivos que o levaram a adentrar nos círculos desse órgão paraibano. O IHGP descreve as atitudes de Heráclito Cavalcanti reconhecidas como uma obra assistencial que teve como ênfase a ajuda a meninas órfãs e abandonadas. Dessa maneira, podemos contextualizar as características do IHGP e sua forma de atuação com mais eficácia. Não obstante, para o historiador e para o leitor, fica a inquietação acerca dos motivos que levaram o IHGP a aceitar um personagem perrepista em sua lista de benfeitores. Será que foi uma forma de “suavizar” os acontecimentos de 1930 e fazer com as memórias acerca o perrepismo enfraquecessem, desaparecessem? Uma jogada política? De qualquer forma, é um dever proporcionarmos essa faceta do IGHP para um olhar abrangente e crítico em relação a essa temática tão vultosa de contextos políticos.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP também potencializou, juntamente com o IHGP, a ratificação dos princípios das elites e dos “grandes homens”. Isto é, tais órgãos tiveram papel exorbitante para a disseminação das histórias do Estado que deveriam ser preservadas e diluídas ao povo. O IPHAEP promoveu vários

do Tribunal de Justiça. Empenhou-se em lutas partidárias, tendo pertencido à ala walfredista, na época do rompimento do Mons. Walfredo Leal com Epitácio Pessoa. Em 1930, fez oposição ao Presidente João Pessoa, como chefe do Partido Republicano Paulista no Estado, sendo posto em disponibilidade por decreto de 1º de fevereiro daquele ano. Espírito humanitário e caridoso, fundou na capital, em 1922, o Orfanato “D. Ulrico”, obra assistencial de reconhecidos méritos, em favor das meninas órfãs e abandonadas. Faleceu no Recife, em 16 de outubro de 1935.

tombamentos que remetiam aos “heróis”, “grandes personagens paraibanos”. Por exemplo, lugares que João Pessoa utilizou como residência foram tombados, promovendo uma expansão na memória e na historiografia paraibana. “O papel **sacralizador**, a ser desempenhado pelo Instituto, e o qual esse buscava incansavelmente nos de funcionamento, a partir das mais variadas propostas de tombamentos [...]” (OLIVEIRA, 2010, p. 101, grifo nosso). Ao adentrarmos na obra de Almir Félix Batista de Oliveira que versa sobre as características do IPHAEP, enxergamos como foi a elaboração e expansão dos tombamentos ocorridos na Paraíba, ou seja, a sacralização de lugares é pensada no respectivo ensejo de promover os tombamentos em nosso Estado, voltados aos anseios da “memória e historiografia oficial”.

Vale ressaltar que o IPHAEP é um órgão ligado ao Estado. Logo, é importante nossa visão crítica acerca dos trabalhos realizados por esse instituto nas formas de tombamento. O interesse do Estado, ao lado da vontade política, era premissa para muitas realizações da constituição de um lugar de memória na Paraíba. Esses lugares no nosso cotidiano estão repletos de traços inverossímeis.

Antonio Fernando Cordeiro Guedes Junior desenvolve também uma apreciação acerca das características do IPHAEP que se coaduna com o pensamento de Oliveira (2010):

Como já dito, a maioria dos tombamentos feitos nos primeiros anos de fundação do Instituto eram de bens edificados na cidade de João Pessoa. Foram bens imóveis, onde o IPHAEP produziu uma justificativa para cada tombamento, utilizando-se do jornal estatal A União para a divulgação. E, não menos importante, em sua grande maioria os monumentos guardam uma relação direta com uma historiografia paraibana consolidada e ratificada por organismos oficiais, ou seja, o IPHAEP veio também para resguardar a memória de personagens considerados importantes para a História da Paraíba, como o próprio João Pessoa (GUEDES JUNIOR, 2012, p. 40).

A contribuição que temos a partir da obra de Guedes Junior (2012) nos proporciona uma análise mais aguçada para reiterar o que foi dito sobre a produção do IHGP, a construção dos processos de tombamento promovidos pelo IPHAEP na Paraíba e a ligação desses órgãos com o Estado, ou seja, a elaboração de uma história e “memória oficial” sob pretexto de um “mártir” que viria a ser a representação do povo paraibano como símbolo de coragem. Assim, João Pessoa foi alçado ao patamar de “vítima” paraibana e brasileira desde os anos de 1929 e 1930 pelo Jornal A União, e com esses respectivos órgãos estaduais que foram citados anteriormente, a perpetuação foi amplamente expandida, como os já exemplificados lugares de memória.

Conforme Guedes Junior (2012, p. 41), “Basta lembrar que o tombamento do palacete/sobrado da Praça da Independência foi muito em função de ter servido de residência ao presidente João Pessoa, em razão das reformas que o Palácio da Redenção passava no período”. É interessante perceber como os lugares de memória foram elaborados em torno do nome de João Pessoa no território paraibano. O Palácio da Redenção é um pequeno exemplo que o IPHAEP realizou com seus processos de tombamento. Muitos outros lugares, principalmente e especificamente na capital do Estado, foram elevados a patrimônio paraibano, deixando o nome e imagem de João Pessoa nas páginas e na memória do povo paraibano.

Figura 28 – Palacete/sobrado da Praça da Independência.



Fonte: Arquivo do autor.

O Palacete/sobrado da Praça da Independência está localizado no número 92, no centro de João Pessoa. Serviu de moradia ao ex-presidente João Pessoa, quando ele governava o Estado da Paraíba. Foi construído na década de 1920, por volta de 1925, e no dia 26 de agosto de 1980, teve seu tombamento decretado na administração do então governador do Estado Tarcísio de Miranda Burity.

A ter acesso aos processos de tombamento que o IPHAEP realiza em nosso Estado, verificamos o documento que explica o funcionamento de todos os métodos para o encadeamento desse processo. O documento intitulado *Informações sobre Tombamento* contempla 19 procedimentos que explicam de maneira pontual tais informações. Dos 19 dados para o processamento do tombamento, destacamos às duas primeiras informações, que são:

1 - O que é tombamento?

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

2 - O que pode ser tombado?

O tombamento pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva (IPHAEP, s.d., n.p.).

Por conseguinte, é relevante inferir, ao analisarmos esses dois dados do processo de tombamento, juntamente com o processo que se deu em relação ao Palacete/sobrado da Praça da Independência, a questão memorialística atribuída no contexto. Ao passar de um simples lugar onde João Pessoa morou para um lugar tombado, recheado de signos de “heroicidade”, o Palacete/sobrado da Praça da Independência torna-se um lugar de memória e, conseqüentemente, transcende para a memória coletiva do Estado, dando ênfase à construção da imagem e nome do ex-presidente paraibano para a população da Paraíba.

Ainda evidenciamos outra passagem marcante que contribui para concluirmos o que estamos discutindo. Vejamos:

Os bens tombados, nos primeiros anos de atuação do IPHAEP, representam momentos marcantes da História da Paraíba segundo a produção historiográfica da época, onde se sobressaíam personalidades de “maior importância”. Ademais os estilos arquitetônicos que representavam as elites, as igrejas e os palácios do governo (GUEDES JUNIOR, 2012, p. 41).

Todavia, o que foi ligado à memória perrepista não fazia parte dos anseios e desejos para a construção da memória e dos lugares de memória do nosso Estado, mas a memória de João Pessoa e dos liberais depois da “Revolução de 30” foi disseminada com ênfase e gana pelos grupos políticos que estavam no comando do Estado e que tinham ligações com um passado vitorioso, dito “revolucionário”, “pós-revolução de 30”.

Paralelamente, podemos destacar um fato que, através dessas leituras, evidenciamos hoje em dia como uma “comprovação” acerca da omissão de fatos históricos e personagens nos longínquos anos desde a conquista/fundação do Estado, em 5 de agosto de 1585. No ano de 2001, foi realizada uma pesquisa através da Rede Paraíba de Comunicação. As TVs

Paraíba e Cabo Branco, bem como o Jornal da Paraíba, com o intuito de escolher o Paraibano do Século, fizeram caravanas por todo o Estado. Por meio de urnas eletrônicas, a população podia ver a foto dos candidatos presentes na urna e assim escolher seu preferido. A votação ainda podia ser realizada pela internet e por ligações telefônicas.

Os nomes que contavam na lista eram: Argemiro de Figueiredo, Ariano Suassuna, Assis Chateaubriand, Augusto dos Anjos, Celso Furtado, Epitácio Pessoa, João Pessoa, José Américo de Almeida, José Lins do Rego e Tomás Santa Roza. Portanto, dentre vários nomes disponibilizados para escolha, estavam diversos personagens históricos, por exemplo: José Américo de Almeida, João Pessoa... E José Pereira? João Suassuna? Estavam presentes? Óbvio que, infelizmente, não. O paraibano do século tinha que pertencer aos “grandes homens”, “heróis”, “liberais”. Como um perrepeista e “cangaceiro” “assassino” do “mártir” João Pessoa poderia nem sequer estar na lista? Pois é, a memória vem ratificando o que as escritas “historiográficas oficiais” mostram, e cada vez mais muitas omissões e lacunas de uma Paraíba que deveria ser escrita não têm mais lugar.

A escrita de Ribeiro (2008) fica como um alerta para nós buscarmos uma História heterogênea, abrangente, social e não com mitificações em detrimento de desejos de pessoas que acham que nossa história só tem uma verdade, um lado, uma face, será? Esta análise discutirá tais elementos percebidos através da escrita de Flávio Eduardo Maroja Ribeiro – Fuba - e outros que foram e serão mencionados neste estudo. Mesmo não sendo o enfoque do nosso trabalho, mas só para concluir e destacar, quem venceu a votação de paraibano do século foi o poeta Augusto dos Anjos. Este não se encaixa na atribuição de ser pertencente à classe dos homens que faziam parte do discurso “heroico” para com João Pessoa e os liberais. Augusto dos Anjos realmente foi “um ponto fora da curva” ao ser inserido na eleição, visto que a grande maioria dos candidatos era ligada ao discurso ratificador da memória de “mártir” de João Pessoa. Assim sendo, sua vitória foi mais que justa.

Figura 30 - Jornal da Paraíba divulgando a escolha do paraibano do século.

O seu reconhecimento é tão importante quanto a contribuição deles para a nossa terra.

PARAIBANO DO SÉCULO

Para se inscrever na escolha do Paraibano do Século pelo Internet:
www.paraibanodoseculo.com.br
 pelo Telefone:

Araricá de Escobar	4733-1111	Expedito Pinheiro	4733-1111
Araricá de Escobar	4733-1111	João Pinheiro	4733-1111
Araricá de Escobar	4733-1111	João Pinheiro	4733-1111
Araricá de Escobar	4733-1111	João Pinheiro	4733-1111
Araricá de Escobar	4733-1111	João Pinheiro	4733-1111
Araricá de Escobar	4733-1111	João Pinheiro	4733-1111

na e-mail dos sites e nas estradas estaduais que proporcionar o mesmo para os Estados.

Logos: COMAS, IBER, mobil, etc.

Fonte: JORNAL DA PARAÍBA, 3 de março de 2001, p. 11.

Trata-se de uma ilustração feita pelo Jornal da Paraíba promovendo a campanha para a escolha do paraibano do século, que fazia um chamamento com a respetiva frase que está contida na figura acima. Nela, também estão presentes os devidos números dos candidatos para a população fazer sua escolha.

Figura 31 - Jornal da Paraíba divulgando os nomes e os telefones para a escolha do paraibano do século.

Participe da escolha do Paraibano do Século pela Internet:
www.paraibanodoseculo.com.br
 pelos telefones:

Araemiro de Figueiredo	0800 281 3010	Epiácio Pessoa	0800 281 3015
Ariane Suassuna	0800 281 3011	João Pessoa	0800 281 3016
Assis Chateaubriand	0800 281 3012	José Américo da Almeida	0800 281 3017
Augusto das Anias	0800 281 3013	José Lins do Rego	0800 281 3018
Celso Furtado	0800 281 3014	Tomás Santa Rosa	0800 281 3019

ou em uma das cinco urnas eletrônicas volantes que percorrerão diversos pontos do Estado.

Fonte: JORNAL DA PARAÍBA, 3 de março de 2001, p. 11.

Agora, o Jornal da Paraíba destaca os nomes dos selecionáveis para a escolha do paraibano do século e os números do telefone de cada uma para o voto popular. O nome de João Pessoa e o número do telefone que o representa é o sétimo da sequência na figura acima, da esquerda para a direita.

Figura 32 - Jornal da Paraíba expando o nome de João Pessoa para a escolha do paraibano do século.

The image shows a page from the newspaper 'Jornal da Paraíba' dated March 18, 2001. The main headline reads 'João Pessoa: o paraibano que nomeou a Capital'. Below the headline, there are several columns of text, likely an article about the city's history and its role in naming the capital. To the right of the article, there is a vertical text block titled 'O PARAIBANO DO SÉCULO'. The bottom half of the page is dominated by a large advertisement for 'Hipertel' mobile phones. The ad features several phone models with their prices and specifications, such as '0+10 de 12,90' and '0+10 de 17,90'. It also includes logos for 'Hipertel', 'A Vistoria', and 'BCP'.

Fonte: JORNAL DA PARAÍBA, 18 de março de 2001, p. 8.

O Jornal da Paraíba promoveu em algumas edições antes do final da votação uma pequena explanação sobre a vida de cada um dos postulantes a paraibano do século. Na figura acima, foi a feita a menção à história de João Pessoa.

Figura 33 - Jornal da Paraíba informando a trajetória de vida de João Pessoa.

Em companhia de alguns amigos, João Pessoa foi tomar chá na Confeitaria Glória, acompanhado de perto por populares que davam vivas a ele e também à Paraíba. Enquanto eles conversavam distraídos, um homem se aproximou rapidamente e atirou contra João Pessoa. Era o fim da história de uma das maiores figuras políticas do país. João Pessoa levou três tiros, um deles pelas costas. João Dantas, o assassino, também foi alvejado, mas não morreu de imediato.

O corpo de João Pessoa esteve exposto na matriz de Santo Antônio, em Recife. Houve um momento de comoção geral, muitas casas expunham tarjas pretas nas fachadas, demonstrando o luto.

Fonte: JORNAL DA PARAÍBA, 18 de março de 2001, p. 8.

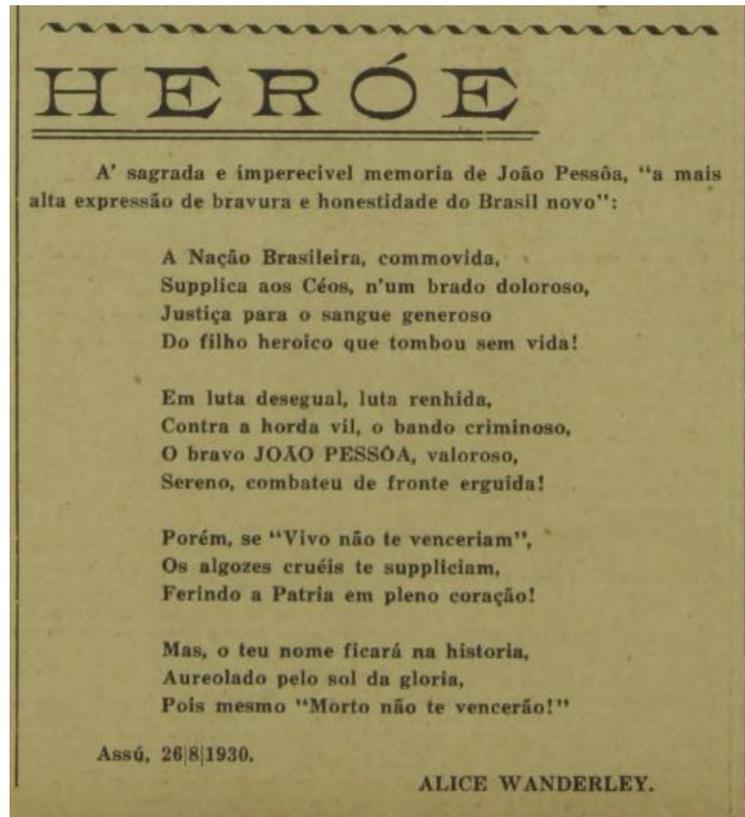
A figura acima é a continuação da anterior, que retratava a vida de João Pessoa. É pertinente destacar como o jornal elabora a imagem de João Pessoa com frases e palavras enaltecidas, por exemplo: “uma das maiores figuras políticas do país”.

Segundo Ribeiro (2008, p. 79), “[...] é um grande equívoco provocado pela manipulação dos fatos, na intenção de justificar o título de herói que lhe foi concedido [...]”. É notório como Ribeiro (2008) tem a opinião acerca da figura de João Pessoa e de como foi trabalhado seu nome em justificativa de um homem “heroico”, que para o Estado foi um símbolo de resistência, valentia e honra. O autor busca desmitificar e desconstruir a figura de João Pessoa em torno do nome do Estado, pois esse título de “herói”, como ele próprio diz, foi concedido de forma ultrajante. Foi deixada uma memória para trás com o intuito de reconstruir um Estado em consonância com os interesses em que predominava a ânsia por poder existente na época. Essa ânsia galgava os alicerces golpistas antes e depois da “Revolução de 30”.

Ainda acerca da escrita de Ribeiro, podemos ampliar esse pensamento e afirmar que, além da desconstrução a respeito de memórias sobre a pessoa do presidente do Estado, Ribeiro (2008) passa por análises do forjamento e da construção da “nova” bandeira do Estado, o hino, o “NÉGO/NEGO”, etc. Conforme Ribeiro (2008, p. 130, grifo do autor), “[...] (29 de Julho de 1929), que ficou conhecida como o Dia do Négo, já se sabia da decisão de João Pessoa [...] [...] valorizar esta atitude comparando com o ‘Dia do Fico’, transformando [...] [...] gesto histórico, [...] [...] grande mentira [...]”. O “NÉGO” ou “NEGO”, na visão de Ribeiro (2008), foi um ato puramente simbólico; nada de histórico tem ou teve a menção a essa palavra. Assim, a mudança da bandeira do Estado com alusão a tal palavra, NEGO, preferida por força da constituição e manutenção de João Pessoa na memória histórica do Estado, do Brasil, fez um “novo” Estado surgir perante a população, que a partir desse momento tinha um “herói”.

Com isso, fica claro nas palavras de Ribeiro (2008) como essa reestruturação estatal nada teve a ver com o povo. Em cada atitude, “as novas verdades” tomaram o lugar de muitas “verdades” esquecidas. Paralelamente, vemos a mentalidade de muitos paraibanos e brasileiros com relação à simbologia da bandeira da Paraíba, pois o olhar é de um Estado “heroico”, de um Estado “revolucionário”, pujante, de um “mito”. Mas, com base também na escrita de Ribeiro (2008), percebemos o teor histórico que nosso Estado usou para enraizar um “novo” conceito de Paraíba a partir da premissa da necessidade de valorização de personagens puramente voltados a pretensões político-partidárias. Podemos, a partir da leitura de Flávio Ribeiro, perceber as “construções” históricas paraibanas em detrimento de muitos personagens controversos que “temos” como “heróis”. Assim, faz-se necessário esmiuçar e dissecar esses discursos postos como fator “único e global” presente na Paraíba.

Figura 34 - Jornal A União bajulando João Pessoa como herói.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 27 de setembro de 1930, p. 1.

A figura acima interliga tanto o Capítulo 2 como este que estamos contextualizando e analisando, pois o "heroísmo" exacerbadamente promovido pelo Jornal A União ultrapassava as fronteiras paraibanas. De modo que Ribeiro (2008) destaca o contexto fabricado sobre o ato "heroico" de João Pessoa pela "historiografia oficial".

De acordo com Ribeiro (2008), valorizou-se em demasia a figura de João Pessoa, seja pela "historiografia oficial", veículos de comunicação e até historiadores, que o colocaram como o "maior de todos" os paraibanos, "grande timoneiro", etc. Dessa forma, os equívocos e as manipulações se dão com o intuito de massificar e de fazer permanecer na história e na memória paraibana o "mito" do "grande homem" que foi atribuído ao ex-presidente paraibano. Notadamente, é factual como a influência do nome de João Pessoa não caiu no esquecimento e que a "Revolução de 30" esteja sempre ao "nosso alcance" de maneira primorosa.

Essa "nova" Paraíba deve caminhar lado a lado com seu "mito" elaborado e "mumificado", João Pessoa, cuja ritualização é sempre evocada e praticada. Infelizmente, a História é usurpada em benefício próprio e de certa coletividade, apagando ou omitindo fatos e acontecimentos como se a história fosse pertencente a uma minoria (elitista) e não a uma

maioria (povo comum), ou seja, nossa história é marcada por desvios de olhares, por repaginações. Com o olhar de Ribeiro (2008), podemos trabalhar por uma História da Paraíba mais abrangente e globalizante, que permita às vozes que estão ou foram silenciadas uma participação na História da Paraíba, já que essas vozes contribuíram para nossa história.

Toda essa análise e investigação a partir da escrita de Flávio Eduardo Maroja Ribeiro – Fuba -, em meio a desconstruções, tem de ser distinta do intuito de “demonizar” João Pessoa como o pior indivíduo que em terras paraibanas esteve. É claro que suas atitudes políticas, entre outras, foram controversas e perversas durante seu governo. Trata-se de uma opinião contrária ao “mito” que o ex-presidente se tornou e que envolvia o interesse para essa “mitificação” e para sua manutenção nos dias atuais. Ribeiro (2008) oferece provas de como foi conduzido o processo político antes e após a “Revolução 30”. Óbvio, se Ribeiro (2008) e o autor deste trabalho vão “reparar” uma omissão da “verdade” da história de muitos personagens, será necessário desestruturar o que boa parte da historiografia e da mídia disseminam acerca da nossa História da Paraíba.

Contudo, deixar as histórias heterogêneas e tanto quanto possível menos inverossímeis será um desafio engrandecedor, pois muitos “heróis” foram forjados em nome de outros “anti-heróis”, “vencidos” que foram “calados” por uma História elitista, individualista, política, segregadora. Sim, manter-se neutro quando se tem um ponto de vista é “quase impossível”, e com fatos acurados acerca das escritas que foram utilizadas neste trabalho, ao lado de uma visão da nossa História da Paraíba e de seus personagens, seremos capazes de “construir” outros olhares. A premissa de mostrar como foi um personagem histórico e suas “verdades” e omissões não credenciará um trabalho puramente pereirista (em relação a José Pereira) ou pessoista (em relação a João Pessoa), mas o intuito será “desenterrar” as omissões e equívocos da nossa História paraibana, como o próprio Flávio Eduardo Maroja Ribeiro (Fuba) revela em sua escrita. Para exemplificar, podemos citar uma passagem na escrita desse autor, quando ele nos fala sobre nem ser perrepista nem liberal, em busca de “restaurar” os hiatos deixados nas histórias do nosso Estado.

Figura 35 - Jornal A União endeusando a memória de João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 29 de janeiro de 1930, p. 1.

A figura acima evidencia como a Aliança Liberal tratava as futuras eleições de 1930 e a exaltação do nome de João Pessoa, seu futuro “mártir revolucionário” e golpista.

Agora, inserimos neste contexto de diálogo o historiador paraibano José Luciano de Queiroz Aires (2006), que em sua dissertação de mestrado retrata com primazia os fatos elencados anteriormente. Conforme Aires (2006, p. 12), “A Aliança Liberal na Paraíba, vitoriosa em 1930, digladiou, até internamente, do ponto de vista político e ideológico, mas nenhuma de suas alas abriu mão do nome de João Pessoa como o herói de 1930”. A partir da análise e observação feita em sua escrita, podemos evidenciar, entender e interligar os pontos atribuídos por Ribeiro (2008) em relação à figura de João Pessoa. Isto é, o forjamento e a manipulação do nome do ex-presidente paraibano na criação do “mito”, do “herói”, como já salientava Ribeiro (2008) sobre os equívocos realizados na mitificação das histórias para a

comoção popular após a morte de João Pessoa. Se, para Ribeiro (2008), foram atos/fatos políticos e não sociais que erigiram João Pessoa de um simples governante a um “herói”, Aires (2006) ratifica essa reflexão, ao elucidar como foi pensada e posta em prática a elaboração do “grande homem” paraibano e brasileiro.

Outro ponto de ligação entre as escritas de Aires (2006) e Ribeiro (2008) está na conjuntura aliancista, pois assim foi galgado o anseio de fincar e expandir a memória em torno no movimento de 1930. Aires elucida tal evidência nos seguintes termos:

Mesmo após a tomada do poder pela Aliança Liberal, a construção da memória de João Pessoa, confundindo-se com a memória da “Revolução de 1930”, seria exaustivamente elaborada. Em nosso entendimento, entre o assassinato do presidente e a eclosão do movimento de 1930, ocorreu um primeiro movimento dessa memória, com vistas a preparar a legitimação do golpe. Em seguida, ocorreu um segundo movimento, em que a apropriação da memória objetivou a legitimação do Estado e do grupo no poder que, então, vai se configurando e se vale da memória como recurso nesse sentido (AIRES, 2006, p. 22).

A partir da investigação de Aires (2006), destacamos a simbiose entre João Pessoa, Aliança Liberal e memória, pois, mesmo antes da chegada da “Revolução de 30”, já havia a preocupação com o desenrolar de fatos vindouros e como a legitimação da memória em torno de João Pessoa se enraizaria em solo paraibano e nacional. Assim sendo, não nos esqueçamos de que os aliancistas nutriam a tomada do poder em “destronar” seu rival do catete, o então presidente da República Washington Luís. Todavia, a memória fabricada na figura de João Pessoa era o alicerce que a Aliança Liberal necessitava para coroar seu poder na Paraíba e no Brasil. A memória, juntamente com a ritualização do “mito” João Pessoa, foi espalhada no Estado e pelo Brasil afora, para assim validar o poder estatal e reconfigurar uma “nova” identidade paraibana voltada para a martirização e adoração dessa personalidade com fins político-partidários.

Figura 36 - Jornal A União vangloriando a Aliança Liberal e zombando de José Pereira.



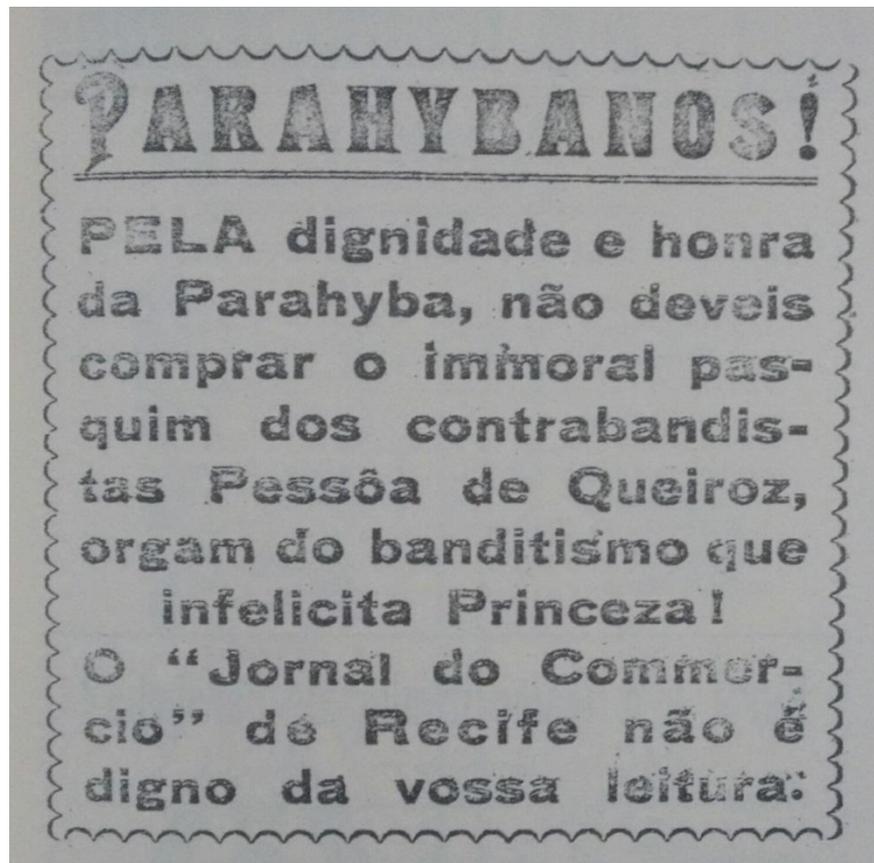
Fonte: JORNAL A UNIÃO, 6 de março de 1930, p. 1.

Tal memória elaborada sobre o nome de João Pessoa levou a Aliança Liberal a propagar o “mártir” por todo o país. Assim, é digna de nota a divulgação dos aliancistas na campanha política de 1930, pois, ao mesmo tempo, em que a vitória era espalhada pelo Brasil com ênfase no nome de João Pessoa, os perrepistas eram colocados como perdedores frente aos liberais. Portanto, percebemos na escrita de Aires (2006) como se deu a articulação aliancista para o vindouro golpe de outubro de 1930:

Em nossa concepção, é procedente essa afirmação. A morte de João Pessoa tem um peso importante no que concerne à efervescência e à reorganização da Aliança Liberal, de tal maneira que a construção de sua memória será a munição fundamental para a retomada dos planos golpistas costurados a nível nacional, com ponta-pé inicial na Paraíba. Portanto, João Pessoa, naquele momento, seria o maior símbolo nacional da Aliança Liberal e, a partir de seu nome, seriam inventadas tradições e construídos *lugares de memória* (AIRES, 2006, p. 18, grifo do autor).

Sendo assim, é relevante destacar como, a partir do assassinato de João Pessoa, o cenário brasileiro mudou. Cidades e estados incluíram essa “nova” identidade e tradição para que a comoção da população alavancasse os ideais e desejos da Aliança Liberal. Tendo um olhar crítico acerca deste posicionamento de Aires (2006), podemos perceber como esse autor usa palavras como *inventadas*, *construídos*, *tradições*. Isso só reforça a tese proposta e confirmada na escrita de Ribeiro (2008) acerca das intencionalidades em torno da criação do “mito” de João Pessoa, sem ter nenhuma relação com os anseios e pretensões populares, pois esses anseios eram cristalinos de forma golpista, política, econômica e, indubitavelmente, unilateral e hegemonicamente voltada às pretensões dos aliancistas.

Figura 37 - Manchetes defendendo João Pessoa e atacando José Pereira e o Jornal do Commercio.



Fonte: Joffily (1979, p. 189).

Promover e articular ilusões na sociedade e desvirtuar um acontecimento histórico se tornou corriqueiro em nossa sociedade desde séculos atrás. Todavia, com base no recorte temporal deste trabalho, notamos a exacerbação de propagandas a fim de elevar a imagem e memória de algum indivíduo, e João Pessoa foi este sujeito que foi alçado como referência política e “herói” do Estado e, sem dúvida, do Brasil. Já foi mencionado e mostrado como o

Jornal A União, o IHGP e o IPHAEP promoveram o endeusamento inverossímil do nome de João Pessoa desde as décadas de 1920 e 1930. Hoje, é perceptível uma grande influência do passado no presente em ligação com uma memória que vem se perpetuando entre nós, a memória voltada para o “heroísmo”. Isto também é nítido na figura acima, devido à articulação para mascarar os anseios golpistas e ratificar os ideais perrepistas como premissa inverossímil tentando deturpar a imagem e nome, principalmente, de José Pereira.

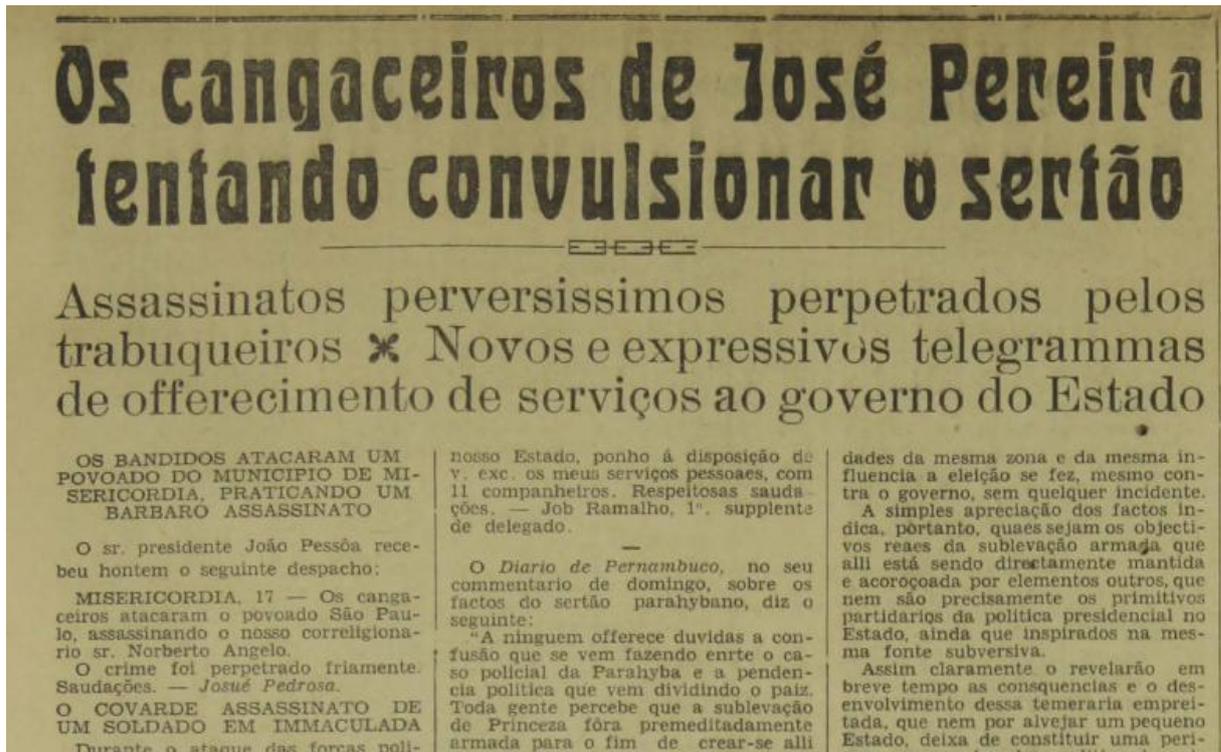
Inúmeros autores promoveram também notoriedade quando retratavam a imagem do ex-presidente paraibano. Dentre eles, podemos destacar a glorificação de João Pessoa, pois a escrita partia de uma imagem positiva dele e de uma imagem negativa de José Pereira. Confirmamos alguns exemplos:

O chefe de Princesa, José Pereira Lima, não possuía essa alma e nem se permitiu encontrá-la em outro corpo. Era civil por indole, por convivência e por atitudes. Um político – proselitista e regouga-te de vaidades, tecido dos defeitos e virtudes de sua gente, de sua época, do seu meio. Egoísta, como quasi todo sertanêjo, centralizador e abafante, franco e desconfiado, impetuoso e diplomata (FREIRE, 2000, p. 54)²⁸.

João Lelis de Luna Freire foi um autor/escritor que promovia a tal memória “oficial” paraibana. Fez parte do Jornal A União e posteriormente tornou-se oficial (patente militar). Ou seja, fez parte do governo de João Pessoa e presenciou a Revolta de Princesa *in loco*. Sua obra *A Campanha de Princesa* (1944) teve sua primeira edição produzida pela Editora A União. Portanto, sua escrita parte da premissa dos equívocos deslindados por Ribeiro (2008). Também é límpida sua postura em defesa dos ideais governistas, repleta de ataques às virtudes de José Pereira e dos demais sertanejos. Na citação acima, percebemos um misto de ataques e apologias a José Pereira. Isso pode ser encarado com forma de “maquiar” uma escrita parcial com relação a João Pessoa. Portanto, tentar “suavizar” com as palavras o que era pensado acerca José Pereira não torna a obra heterogênea. Continua sendo um mecanismo de propagação dos desejos golpistas dos liberais e da expansão da memória “heroica” de João Pessoa. Essa propagação foi especializada com o apoio do Jornal A União, através de manchetes fantasiosas sobre a Revolta de Princesa e, especificamente, com relação ao nome de José Pereira. Desvirtuar os acontecimentos era fundamental para se conseguir êxito na tentativa de João Pessoa de derrotar José Pereira.

²⁸ A grafia original do texto foi mantida por opção metodológica.

Figura 38 - Jornal A União desvalorizando a imagem de José Pereira.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 18 de março de 1930, p. 3.

Em sua obra, é destacada a defesa de João Pessoa em relação às atitudes promovidas acerca da Revolta de Princesa e críticas severas às de José Pereira. A escrita de Freire (2000) é tida até hoje como uma memória digna de ser mencionada sobre a questão de Princesa. Não é de se estranhar que seu livro está elencado nas produções propiciadas para uma abordagem da memória nacional.

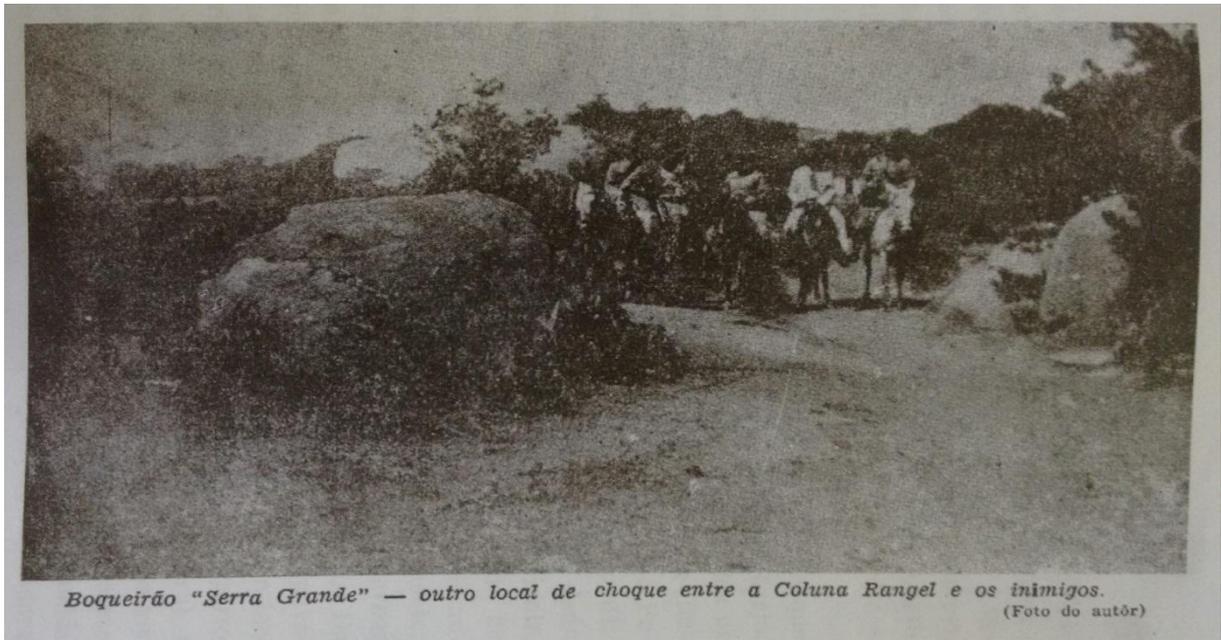
Mutações bruscas, as que se deram nos primeiros tempos do govêrno do Grande Presidente desagradavam à política profissional, que por instinto de conservação procurava reafirmar-se aproveitando as circunstâncias da luta desencadeadas (FREIRE, 2000, p. 54)²⁹.

Ao observar essa parte da obra de João Lelis nesta citação, podemos reiterar o que foi dito anteriormente sobre o caráter de sua obra. Esse escritor comunga com as produções do Jornal A União no sentido de elevar João Pessoa a um patamar em que não seja indiscutível o seu caráter, índole, imagem e nome. Era “notório” sua escrita ser vinculada em defesa do nome de seu amigo, João Pessoa. Sua obra é uma das mais engrandecedoras e inverossímeis da imagem do ex-presidente na historiografia paraibana. Muito da memória oficial/nacional

²⁹ A grafia original do texto foi mantida por opção metodológica.

está presente no acervo paraibano, difundindo uma memória discutível e relegando ao “esquecimento” as memórias subterrâneas, como enfatiza Pollak (1989).

Figura 39 - João Lelis de Luna Freire se referindo a José Pereira e seus homens como inimigos do Estado da Paraíba no embate da Revolta de Princesa. Será?



Fonte: Freire (2000).

João Lelis, nessa fotografia, mostra como ele retratava José Pereira e demais perrepipistas. Eram os “inimigos” da Paraíba, enquanto João Pessoa, obviamente, era o “amigo” do Estado. Amigo? Durante nossa discussão neste trabalho, fica explícito como o discurso que era proferido acerca do nome e imagem de João Pessoa eram fantasiosos. Para enfatizar mais ainda esse contexto, veremos no subtópico 3.3 uma análise e contextualização mais abrangente.

Agora, enfatizaremos outro autor/escritor, que foi José Américo de Almeida, na construção fantasiosa da imagem de João Pessoa junto à dita “memória oficial” do Estado. Sobre José Américo, já falamos anteriormente um pouco da sua história e vinculação ao Estado da Paraíba. Nesse instante, buscaremos mais a sua contribuição ao Jornal e à Editora A União, cujos órgãos expandiram a memória “mitológica” de João Pessoa. Da mesma maneira que João Lelis tem sua obra envaidecida no acervo histórico paraibano como importante escrita da identidade e da “verdade” acerca do movimento de Princesa e outras questões, José Américo também tem sua obra, *O Ano do Nego (memórias)* (1978), sob a responsabilidade da Editora A União em termos de difusão. A participação do autor é bem parecida com a de

Freire, pois Almeida também vivenciou os acontecimentos de Princesa *in loco*. Todavia, suas observações não são imparciais e demonstram palavras entonando a depreciação dos sertanejos e de José Pereira.

Observamos isto tanto na escrita como nas fotografias acerca a Revolta de Princesa, como também nas imagens de João Pessoa e José Pereira. São pontuadas palavras que mostram como Almeida se posicionava em meio a um turbilhão de acontecimentos pelos quais a Paraíba estava passando. Assim, eram claros o lado “bom” e o lado “mau” retratados por José Américo. O maniqueísmo era banal em sua escrita, além do posicionamento acerca da retidão de João Pessoa e de José Pereira.

Figura 40 - José Américo de Almeida venerando o nome de João Pessoa.



Fonte: Almeida (1978, contracapa).

José Américo de Almeida, um dos principais autores/escritores cuja escrita vangloriava João Pessoa, ratifica seu pensamento com relação aos acontecimentos de Princesa e sobre o próprio João Pessoa. Tal pensamento fica caracterizado com frases enaltecendo o

ex-presidente da Paraíba, como, por exemplo: “era raro esse estofo humano”, dentre outras. Assim, com base na fotografia acima, podemos entender melhor os motivos de uma escrita/narrativa positivista. A mesma intencionalidade pode ser inferida na Figura 41, que veremos logo abaixo.

Nesse momento, podemos disseminar como a escrita de José Américo é análoga aos discursos do Jornal A União, pois a forma como esse autor expande os fatos são apologéticas ao ex-presidente paraibano. “**João Pessoa** tinha pavor das manifestações. Estou a vê-lo, encastrado, mãos frias, pelos cantos, como **um herói acovardado**. Assombrava-se de suas próprias atitudes, pelo medo de dirigir-se à multidão que o aclamava” (ALMEIDA, 1978, p. 19, grifo nosso).

Nessa citação, fica patente como a palavra “herói” foi fabricada na década de 1920, no início da década de 1930 e posteriormente. Os órgãos oficiais do Estado, juntamente com o auxílio de publicações voltadas às manifestações engrandecedoras do nome de João Pessoa, desencadearam uma simbologia que perpassa décadas e muito ainda é ritualizada hoje. Por exemplo, o dia 26 de julho, data do dia do assassinato de João Pessoa e “nascimento” do “homem heroico”, de uma “nova” Paraíba. A memória “oficial” foi construída e idealizada de forma exemplar pelos grupos vigentes da época para a manutenção de uma política dita “revolucionária”. O interessante e importante é perceber como o Estado e os meios de comunicação paraibanos fazem uma propaganda “heroica” de certos acontecimentos que ocorreram em nosso Estado.

Mas, da mesma forma que foram evidenciadas escritas que “favoreciam” João Pessoa, também foram exemplificadas muitas outras que ressaltavam e desconstruíam a imagem de José Pereira (posto colocado por João Pessoa e seus aliados). Basta um olhar crítico e minucioso para uma assimilação abrangente e desconstrutora do enaltecimento da imagem de João Pessoa na Paraíba e da construção/edificação equivocada dos sertanejos e de José Pereira.

Figura 41 - José Américo de Almeida depreciando a imagem de José Pereira e de seus homens.



Fonte: Almeida (1978, p. 241).

Outro influente autor que cooperou para a legitimação do discurso e da memória “oficial” paraibana em torno da figura de João Pessoa, da Revolta de Princesa e da “Revolução de 30” foi Ademar Vidal. Este figurou com obras venerando João Pessoa e seus aliados e difamando José Pereira e seus aliados perrepistas. Em analogia com as obras de Freire e de Almeida, podemos perceber uma escrita tendenciosa com relação ao ex-presidente paraibano. No decorrer de sua obra, é comum a referência no sentido de demonstrar como foi João Pessoa: “herói”, “grande homem” etc. Entretanto, a imagem vinculada para a Paraíba e para o Brasil destoava das verdadeiras atitudes do ex-presidente paraibano, as quais já mencionamos anteriormente. Todavia, podemos entender como Vidal, em suas escritas, proporcionou a vasta disseminação de uma memória “heroica” e a criação de um lugar de memória voltado para João Pessoa. Concomitantemente, Ademar Vidal fazia parte do Jornal A União e posteriormente ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Será uma pura coincidência o fato de Vidal fazer parte desse jornal e instituto e escrever uma história voltada ao engrandecimento do nome e imagem de João Pessoa? Não. Isso só ratifica como autores/escritores que faziam uma escrita inverossímil e apologética acerca João Pessoa tinham ligações com os órgãos do Estado.

Figura 42 - Jornal A União agraciando a imagem de João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 26 de setembro de 1930, p. 1.

Mesmo passados dois meses do assassinato de João Pessoa, os “discursos oficiais” continuavam com vigor na Paraíba, como podemos verificar na figura acima destacada. Passados dois meses da morte do ex-presidente paraibano, sua imagem e nome ainda eram de muito valia para os liberais concretizarem o golpe e disseminarem os ideais “revolucionários” e “heroicos” de João Pessoa no seio da população.

Notadamente, é satisfatório e relevante perceber como Vidal, Freire e Almeida tinham ligações umbilicais com os órgãos estaduais, o que explica a facilidade de escrever suas obras e maximizar por muitos anos uma retórica mal contada da Paraíba e sobre João Pessoa. Tão forte foi a vasta disseminação das obras desses autores que hoje em dia se torna muito mais acessível encontrarmos as obras desses respectivos autores do que as que tratam sobre José Pereira e os perrepistas. Pensar e falar com relação à Revolta de Princesa e à “Revolução de 30” é remeter a fatos históricos condicionados a uma memória perpetuada em consonância com a trajetória de João Pessoa e seus feitos engendrados. Entretanto, havia sim produções que defendiam uma memória e um lugar de memória acerca de José Pereira e os perrepistas.

Todavia, era muito escassa a produção, e mesmo quando se conseguia a realização de uma obra, o tempo que viria a ser divulgada para o povo ter acesso a outra memória, diferentemente da de João Pessoa, já era “tardio”, pois, com essa lacuna temporal, a imagem do ex-presidente paraibano foi personificada como “herói” e assim difundida, ao passo que a imagem de “vilão” foi trabalhada e disseminada acerca José Pereira, João Dantas, João Suassuna e os demais perrepistas como assassinos de João Pessoa.

Uma relevante análise e reflexão desse contexto podem ser inferidas, como dito anteriormente, pelas palavras de Pollak (1989) em referência aos conflitos entre as memórias em torno dos liberais (João Pessoa) e perrepistas (José Pereira). Destarte, concluímos que o grupo de José Pereira e seus aliados tendem a tentar colocar e destacar suas memórias e lugares de memória na historiografia paraibana, visto que a predominante e vigente ainda era e é a do “homem heroico”, João Pessoa.

A história contida nestas páginas obedece quanto possível a rigorosa ordem cronológica. No INCRÍVEL JOÃO PESSOA entendi de parar a reportagem no momento em que o corpo do Presidente deixou a Paraíba. Agora, com uma nova e maior documentação, além de abundância de fatos minuciosamente contados, reuni tudo num só livro, acrescentado do que se passou nos três meses trepidantes que precederam a Revolução de outubro na minha terra. Os acontecimentos posteriores a esta data serão oportunamente apreciados num estudo crítico de sentido político-social (VIDAL, 1978, p. 9, grifo do autor).

Ao adentrarmos na obra de Vidal (1978), percebemos o tom apologista logo na página 10, onde é encontrada a nota explicativa em que o autor sintetiza a sua obra. Assim, é conclusivo pela citação acima como o autor pensa acerca da imagem de João Pessoa, atribuindo-lhe adjetivos que o tornam ainda o “maior” “herói” e “mártir” paraibano e brasileiro. Sincronicamente, é fortuito relacionar essa citação da obra de Vidal (1978) com o que foi mostrado anteriormente acerca de sua relação com o IHGP, pois, como visto, esse autor foi um dos presidentes e sócios efetivos desse instituto paraibano. Isto é, o IHGP, que detinha ampla importância na construção da historiografia e memória “oficial” da Paraíba, colaborou com um dos principais homens desse instituto, também um personagem na elaboração “heroica” em torno do nome de João Pessoa, que foi Ademar Vidal. Se João Pessoa ganhou páginas e páginas como promovedor de atitudes cheias de virtude, deve-se muito a Ademar Vidal, fidedigno companheiro na retórica inverossímil paraibana.

Segundo Vidal (1978, p. 11), João pessoa era “Corajoso e profundamente romântico, dotado de um espírito de justiça admirável – talvez o traço predominante de sua

personalidade”. Ainda dando sequência à análise e indagação da escrita de Vidal (1978), percebemos como o autor retrata João Pessoa, atribuindo ênfase a palavras como “justiça”. Essa palavra sem dúvida é uma ofensa às memórias dos familiares daqueles que o ex-presidente mandou fuzilar, assassinar, etc. Talvez, o senso de justiça e a palavra em si não faziam parte do vocabulário e da vida de João Pessoa, haja vista o que já observamos em outras narrativas que exemplificam como o ex-presidente da Paraíba agia em âmbitos familiares, sociais e políticos.

A obra tem o caráter de enaltecer João Pessoa desde a infância até sua morte, ou seja, fazer João Pessoa parecer um predestinado desde seu nascimento. Vidal (1978) desenvolve uma escrita voltada para a construção e perpetuação da imagem do ex-presidente paraibano como um homem e político de feito inquestionável. Se os adjetivos utilizados engrandeciam João Pessoa, já os adjetivos que eram empregados para José Pereira e os outros perrepistas eram amplamente pejorativos, quixotescos. É o maniqueísmo presente na obra de Vidal (1978) de forma exacerbada. Conforme Vidal (1978, p. 71), “A arma favorita dos perrepistas paraibanos era a mentira. Mentiam a granel. Desavergonhadamente”. Este trecho da obra do autor pode nos conduzir a um olhar crítico, refletivo e ratificador de como era constituída a escrita acerca dos olhares com relação aos perrepistas e, especificamente, a José Pereira. “Com a morte de João Pessoa, o valoroso povo, do qual sou uma partícula orgulhosa, de peito inflado de vaidade pelos seus feitos, só pensava e cuidava em vingar o sacrifício do seu líder encantador” (VIDAL, 1978, p. 323).

Figura 43 - Jornal A União coroando João Pessoa como um grande homem após sua morte.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 25 de outubro de 1930, p. 1.

Podemos compreender na figura acima como o Jornal A União constrói o “heroísmo” de João Pessoa após sua morte, sempre colocando o povo como meio articulador do projeto liberal para a massificação da memória de João Pessoa. Também se comprova na citação anteriormente exemplificada nas palavras de Vidal (1978) que não faltaram estratégias para vangloriar o ex-presidente paraibano e com isso fazer seu nome permanecer na escrita e na memória paraibana e brasileira. Portanto, Almeida, Freire e Vidal constituíram a tríplice de autores que mais se destacaram na contribuição para uma escrita/narrativa “oficial/nacional” no nosso Estado. Conquanto, é preciso posicionar esses três autores/escritores dentro de um contexto histórico que facilitou as escritas, pois seus lugares sociais foram fatores primordiais para que suas obras fossem consideradas fontes de construção e idealização de paixões acerca do nome de João Pessoa. Destarte, a junção do IHGP e das obras de Almeida, Freire e Vidal, entre outros, simboliza uma história lacunar e imprecisa, em que equívocos foram deixados de lado para uma “nova” história voltada a premissas “revolucionárias”. Essas lacunas deixadas à margem propositalmente tinham o intuito de promover uma história inverossímil sobre os

perrepistas e uma “verdade” que tinha nome e sobrenome, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Este obtém, mesmo após sua morte, uma relação propícia aos propósitos aliancistas, pois, apesar de morto, “conseguiu” promover uma comoção fabricada junto ao povo paraibano e brasileiro. Isso pode ser enxergado na Figura 43 logo acima, na Figura 44 abaixo e na Figura 45 posteriormente.

Figura 44 - Jornal A União enobrecendo João Pessoa depois de seu assassinato.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 27 de julho de 1930, p. 1.

Entretanto, podemos assimilar e enfatizar que, a partir da leitura da escrita desses autores/escritores mencionados anteriormente, fica evidente a forma com que se referiam a José Pereira e seus homens, bem como seus aliados, ou seja, uma adjetivação pejorativa. Era exacerbada a publicidade preconceituosa com que eram divulgadas as palavras expostas nas respectivas obras dos três autores citados previamente. O pronunciamento das palavras “cangaceiros”, “assassinos”, “bandidos” se expandia nas escritas caracterizando os sertanejos, princesenses, etc., retratado como um povo “inferior”. Essa escrita, que era oficializada pelo Estado, enraizou-se e tornou a memória dos grupos políticos vigentes como fonte de nossa história, a História da Paraíba. Após a “Revolução de 30”, os personagens que foram coroados com menções de vitoriosos e “revolucionários” tiveram a possibilidade de “construir” uma identidade e memória fincadas nos seus ideais e desejos. Todavia, os grupos que foram

relegados à alcunha de derrotados tiveram de se contentar com sua escrita historiográfica, construção de suas memórias particulares e dos seus lugares de memória, sem a “bênção” do Estado.

Como já demonstrado anteriormente, tanto o Jornal quanto a Editora A União foram órgãos estaduais de suma relevância para a fabricação da “memória oficial da Paraíba”. Dessa maneira, podemos dizer que houve “uma troca”, mas como assim? Os autores anteriormente citados, por serem vinculados ao Estado e amigos de João Pessoa, tiveram grande acesso aos meios de divulgação de seus ideais e, conseqüentemente, à produção de suas obras. Ao passo que o Estado patrocinava as obras de seus “autores prediletos”, estes desenvolviam uma narrativa positivista, em que João Pessoa era o fomento dos aliancistas para o golpe de outubro de 1930.

Figura 45 - Jornal A União exacerbando o nome de João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 8 de agosto de 1930, p. 1.

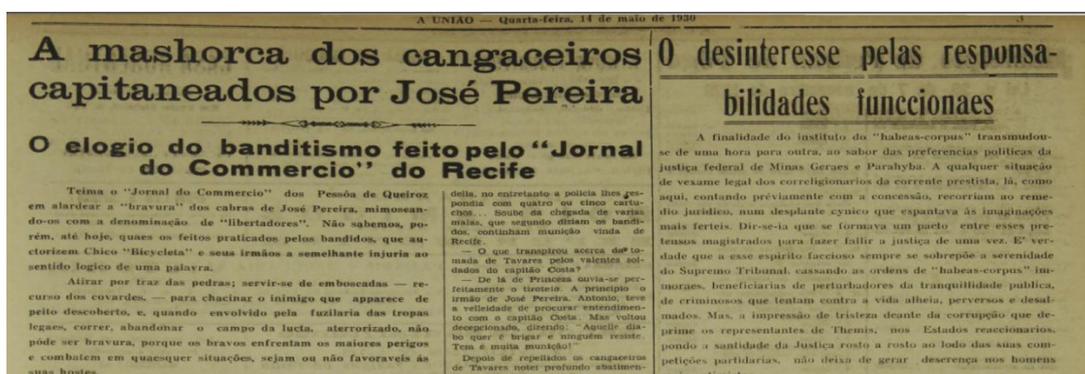
O Estado incentivava a ampliação memorialística através desses autores para disseminar uma memória selecionada na figura de João Pessoa. Logo, fica explícito que, se a memória dos grupos relacionados a João Pessoa foi detentora do poder de elaborar a

“memória oficial”, a memória dos que eram relacionados a José Pereira e demais aliados foi relegada ao “esquecimento”, ao “silêncio”. Então, como exemplificado outrora, aqueles que ficaram à margem tentaram expor suas memórias e seus lugares de memória, gerando assim um conflito acerca disso, como presenciamos na obra de Michael Pollak.

Autenticar e validar eram sem dúvida um processo que colocava os grupos que pleiteavam ratificar a memória “oficial” no Estado como preponderantes em meio à sociedade, seja na população mais humilde, nos círculos religiosos, etc., para assim ter o propósito de uma “revolução” que era sinônimo de “novo”, “inovador”. Pretendia-se deixar o passado para trás e “construir” uma “nova” Paraíba, galgada em símbolos do “heroísmo” e “honra”. Esses símbolos eram referenciados à imagem de João Pessoa, o “grande herói” paraibano e nacional. Ao se analisar essas obras, fica notório o uso corriqueiro de palavras apoteóticas e de um maniqueísmo (já explicitado anteriormente) exacerbado, quer dizer, trata-se da retratação de um “homem bom”, João Pessoa, e de “homens maus”, José Pereira, João Dantas, João Suassuna, entre outros.

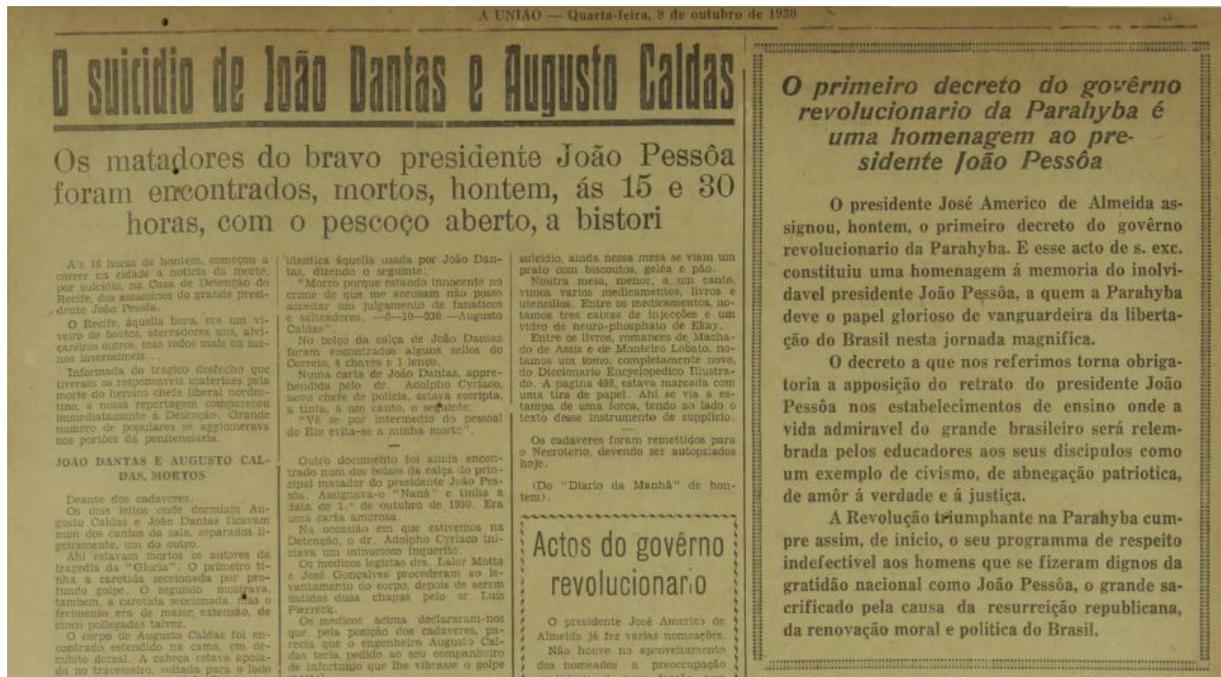
Já que mencionamos os nomes de José Pereira e João Dantas, veremos a partir da figura abaixo e da próxima os discursos promovidos e abrangidos sobre a Revolta de Princesa, que no decorrer deste trabalho foram investigados e analisados como fantasiosos e maculados por parte dos liberais, e como foi fabricada a morte de João Dantas. As manchetes vistas no Jornal A União partem da premissa de um maniqueísmo que, inclusive, já explicamos neste trabalho. Portanto, João Pessoa foi assassinado covardemente e João Dantas “suicidou-se”. Então, o ex-presidente paraibano teve, assim, construída a memória de um herói depois de seu assassinato, e Dantas foi posto como um vilão “suicida”. Veremos com mais ênfase tal tema no subtópico 3.3.

Figura 46 - Jornal A União atacando o Jornal do Commercio e José Pereira.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 14 de maio de 1930, p. 3.

Figura 47 - Jornal A União desdenhando e forjando o “suicídio” de João Dantas e Augusto Caldas e prestigiando João Pessoa.



Fonte: JORNAL A UNIÃO, 8 de outubro de 1930, p. 3.

3.2 História Oral: mecanismo de continuidade da memória perreppista

“Todo membro da família Dantas que encontrar com armas na mão, fuzile”.

(João Pessoa dando ordens para os policiais matarem os Dantas)

“Porém, é pela oportunidade de recuperar testemunhos relegados pela História que o registro de reminiscências orais se destaca, pois permite a documentação de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, estariam condenados ao esquecimento”.

(Sônia Maria de Freitas)

Como foi destacado anteriormente sobre a importância da oralidade para a memória perreppista, agora abordaremos mais profundamente o âmbito que cerca a História Oral e sua relação com a Revolta de Princesa e a “Revolução de 30”. Para essa análise, contaremos com a ajuda da escrita de Sônia Maria de Freitas e sua obra *História Oral: possibilidades e procedimentos* (2006). Aqui, nossa proposta não é destrinchar toda a metodologia da História

Oral, mas inferir alguns pontos relevantes que servem de base para um entendimento mais amplo desse tema, como do trabalho por completo, pois o foco principal será relacionar a oralidade como fonte utilizada pelos perrepostas para com suas memórias.

Em sua obra, Freitas (2006) explica que a História Oral pode ser dividida em três gêneros distintos: tradição oral, história de vida e história temática. Esta última será fonte de desenvolvimento do nosso trabalho, visto que não será necessário abrangermos a totalidade da existência do informante, entre outros fatores, para inquirir e esmiuçar o tema proposto e desenvolvido.

Denominamos de moderna História Oral àquela cujo método consiste na realização de depoimentos pessoais orais, por meio da técnica de entrevista que utiliza um gravador, além de estratégias, questões práticas e éticas relacionadas ao uso desse método (FREITAS, 2006, p. 27).

A partir da análise da citação acima, podemos entender um pouco como a História Oral desencadeia suas técnicas metodológicas e como desenvolvê-la. É válido abordar também a denominação de moderna História Oral acentuada por Freitas (2006), pois, ao ressaltar a questão moderna, a autora tem como base a escrita de Paul Thompson. Este descreve a História Oral como sendo tão antiga como a própria história; é moderna porque hoje utiliza o gravador e outros recursos tecnológicos para obter o depoimento.

A História Oral teve seu ápice nos Estados Unidos no final dos anos 1960 e 1970. Segundo Freitas (2006, p. 28, grifo da autora), “Em 1967 foi fundada a *Oral History Association* (OHA), que publica, anualmente, a *Oral History Review*”. Já na Grã-Bretanha, a História Oral tinha como anseio testemunhar a vida das pessoas comuns, marginalizadas pelo poder. Na História Oral estadunidense, o anseio é com relação às pessoas socialmente reconhecidas (FREITAS, 2006). No Brasil, podemos destacar como um início experimental da penetração da História Oral o Museu da Imagem e do Som (MIS/SP), em São Paulo, no ano de 1971. A partir daí, foram desenvolvidas obras e trabalhos voltados ao estudo da oralidade em outros estados e universidades. Mas, nem tudo era de fácil acesso para a realização e propagação da História Oral em nosso país, pois, com o regime militar, tudo isso foi dificultado. Conforme Freitas (2006, p. 36), “A tardia penetração da História Oral no Brasil, ocorrida nos anos 80 e, principalmente, nos anos 90, deve ser relacionada ao desdobramento do golpe militar de 1964 [...]”. Ou seja, a partir desse momento, a história teve um bloqueio que só experimentaria uma maior expansão no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

Ao vermos que a memória subterrânea, marginalizada, que percebemos na escrita de Michael Pollak é direcionada aos grupos que ora “saíram” derrotados em acontecimentos específicos ou relegados pelo poder instituído. O poder vigente em determinada época tem uma ligação com a História Oral, pois os grupos que foram marginalizados tiveram sua continuidade e resistência através da oralidade. A História Oral serve como apoio para esses grupos continuarem sua memória, que pela “escrita oficial” e outros tantos meios de disseminação foram relegados ao esquecimento. A oralidade foi, após a Revolta de Princesa e a “Revolução de 30”, uma âncora para os perrepistas exprimirem seus ideais contra o grupo que adentrou no poder e confrontar o discurso danoso elaborado contra aqueles que “saíram” vencidos no ano de 1930 na Paraíba. Assim, podemos exemplificar e realçar a História Oral como conexão que leva à permanência e à luta contra a “historiografia oficial” desencadeada por inúmeras décadas. Nesse panorama, a História Oral nos dá a oportunidade de colocar o indivíduo dentro do contexto histórico e torná-lo sujeito participante, e não um cidadão excluído, estéril.

Conforme Freitas (2006, p. 50):

A História Oral privilegia, enfim, a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou “vencidos” da história. À história que, tradicionalmente, esteve voltada para os heróis, os episódios, as estruturas, Walter Benjamin responde que qualquer um de nós é uma personagem histórica.

A memória perrepista se baseia e se nutre das peculiaridades da História Oral, e com isto tem ao seu alcance uma forma de questionar o discurso do poder vigente e romper o silenciamento e as amarras da história dos “grandes heróis e vencedores”, que foi amplificada na Paraíba e no Brasil.

A partir dos estudos de Halbwachs, que apontam o caráter coletivo da memória e assim lhe atribui uma função social, é que podemos colocar a questão memorialística sob o ponto de vista histórico/sociológico. Este redimensionamento nos permite reavaliar e apresentar o depoimento oral como fonte para o historiador (FREITAS, 2006, p. 66).

A menção ao nome de Maurice Halbwachs só confirma a correlação entre memória e História Oral, pois é nessa junção que a maximização do conhecimento acerca desse tema tão amplo torna-se fundamental para o historiador, bem como para o aprofundamento da oralidade no campo prático. A memória perrepista encontrará na multidisciplinaridade da

História Oral uma vertente que nos fará ampliar nosso olhar sobre determinado tema e acerca de nós mesmos como professores, pesquisadores, historiadores, e desta maneira o horizonte histórico será mais heterogêneo e menos factualista, heroicizante.

Portanto, conforme Freitas (2006, p. 79):

A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da História uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, por intermédio de suas referências e também do seu imaginário. O método da História Oral possibilita o registro das reminiscências das memórias individuais, a reinterpretação do passado, enfim, uma história alternativa à história oficial.

Destarte, podemos reforçar a forma como a História Oral pode favorecer aqueles que tiveram suas memórias silenciadas por anos e anos, já que, ao promover e dar voz a indivíduos dentro do contexto histórico, a história se torna mais democrática. Isso é de suma importância para a história e para o historiador poderem recapitular novas abordagens histórico-sociais em meio a uma vasta historiografia alicerçada na edificação de uma “memória oficial heroica”. Poder, a partir da oralidade, desenvolver um tema específico é de grande valia para a sociedade e, sobretudo, para a História da Paraíba e do Brasil, pois a História Oral leva a composição de uma memória histórica, encontrada também nos grupos denominados como vencidos, e não só nos grupos ditos vencedores e “heróis”. Em vista disso, os perrepietas galgaram a partir da oralidade o caminho de salvaguarda e permanência de sua memória ao longo do tempo.

3.3 Esquecimento e resistência: a elaboração da escrita perrepieta

“O responsável pela morte de Joca é única e exclusivamente o Dr. Epitácio Pessoa, porque, sendo Joca um doente SEMI-LOUCO, jamais deveria tê-lo empregado como Presidente da República”.

(João Pessoa de Queiroz)³⁰

³⁰ Cf. OLIVEIRA, José Caitano. **A Saga de 1930 e o doido da Parahyba**. João Pessoa: Sal da Terra, 2013. p. 124.

Agora, podemos enfatizar e explorar a escrita historiográfica acerca do olhar voltado para os ideais e anseios perrepistas, principalmente, sobre José Pereira e João Dantas, entre outros. Esse último a ser mencionado terá fundamental ênfase na abordagem, pois será desenvolvida e apreciada uma versão diferente daquela que a escrita “oficial” paraibana descreve acerca do acontecimento que vitimou João Pessoa. Para os liberais, João Dantas foi, além do assassino do ex-presidente paraibano, o responsável, juntamente com os outros perrepistas, por levar o caos e a desordem para o Estado.

Nesse contexto, constataremos na obra de Joaquim Moreira Caldas uma abordagem oposta há que predomina sobre os acontecimentos que envolvem João Dantas, João Pessoa, a Revolta de Princesa e a “Revolução de 30”. Caldas vai mostrar como foi construído o “herói” João Pessoa e o “vilão” João Dantas. É interessante perceber como essa obra que se coloca em oposição à memória “oficial” paraibana foi elaborada. Para citar melhor o contexto produtivo da obra, destacamos que Joaquim Moreira Caldas era irmão de Augusto Moreira Caldas. Este era cunhado de João Dantas e foi preso e morto junto com ele em uma penitenciária em Recife.

É pertinente perceber como a obra de Caldas é um antônimo das obras que citam João Pessoa como um “herói paraibano” e João Dantas e os outros perrepistas como “vilões”, pois, para Caldas, a trajetória e a relação de Dantas com o ex-presidente da Paraíba, além dos fatos que ocasionaram a morte de João Pessoa, foram deturpados em consonância com os ideais golpistas de outubro de 1930. Se, para os liberais, João Dantas foi um assassino cruel capaz de matar o “grande homem” e político que foi João Pessoa, a escrita de Caldas desenvolve a narrativa mostrando os motivos que levaram a uma animosidade entre eles, principalmente no tocante à invasão do escritório de João Dantas na capital paraibana, ou parahybana. Todavia, os discursos “oficiais” insinuavam João Dantas como um homem que era contra os anseios a que o Estado aspirava politicamente, além do fato de Dantas ser aliado do Coronel José Pereira. Por ser um perrepista, era considerado um “mal” que a Paraíba devia combater.

O discurso girava em torno desse sentido, pois a invasão e basculamento do escritório em busca de provas que confirmassem que Dantas estava ligado a tramas que destoavam dos desejos do Estado e de João Pessoa nada comprovaram. Então, João Pessoa mandou publicar suas cartas íntimas com Anaíde Beiriz³¹ para todo o Estado ver. Contudo, a versão que foi

³¹ Poeta e professora, ela escandalizou a sociedade retrógada da Paraíba com seu vanguardismo: usava pintura, cabelos curtos, saía às ruas sozinha, fumava, não queria casar nem ter filhos, escrevia versos que causavam impacto na intelectualidade paraibana e escrevia para os jornais. Anaíde Beiriz nasceu em 1905, em João Pessoa. Diplomou-se pela Escola Normal em 1922, com apenas 17 anos, destacando-se como primeira aluna da turma. Além de normalista, era poeta e amante das artes. Logo

omitida, dentre inúmeras outras, será desvendada na obra de Caldas. Sem dúvida será uma abordagem radicalmente oposta aos discursos sempre fabricados em torno da figura de um “herói” (João Pessoa) e de um “vilão” (João Dantas).

Decorrido já o quarto ano da innominavel e hedionda tragédia da Penitenciária de Recife, somente agora é que julgamos oportuno falar, pois chegou o tempo de se pronunciarem os factos. Iremos, assim, esclarecer pormenores, que se relacionam com o delicto de 26 de Julho e com a deshumana barbaridade de 6 de Outubro do anno tenebroso de 930, afim de que o espírito de justiça venha destruir o libello malevolo e tendencioso que, contra as duas vítimas da bestialidade revolucionaria, astuciosamente e concertaram os “authenticos aproveitadores” da “nova republica” (CALDAS, 2008, p. 17)³².

Já no início da escrita de Caldas (2008), podemos notar nessa citação a síntese de sua obra. Nas obras que foram mostradas anteriormente acerca do discurso “oficial” promovido por escritores ligados ao Estado, e com a difusão da memória de “herói” de João Pessoa, ao mesmo tempo, os perrepiistas como considerados os assassinos do ex-presidente paraibano, especificamente João Dantas. Se, nas obras de Almeida, Freire e Vidal, o intuito, dentre vários

que se formou, passou a lecionar na colônia de pescadores perto de sua cidade natal. Em 1925, ganhou um concurso de beleza. Circulava também nos meios intelectuais, onde declarava-se publicamente a favor da liberdade e da autonomia feminina. A figura de Anaíde Beiriz é pontual e coincide com a história de muitas mulheres que, tanto no passado quanto no presente, foram punidas e hostilizadas com justificativas baseadas em padrões morais sexuais. Ela teve sua história protagonizada no filme “Parahyba, Mulher Macho”, da cineasta Tizuka Yamazaki, devido à sua resistência, atuação política e liberdade de amar, enfrentando preconceitos e julgamentos. Seu nome está ligado à história por ter se envolvido com um homem conversador de cujas ideias ela discordava. Esse homem era João Dantas, advogado e jornalista, candidato republicano de oposição a João Pessoa (vice de Getúlio Vargas, até então governador da Paraíba). Após o confronto conhecido como Revolta de Princesa (que deu origem ao território de Princesa), João Dantas se envolveu amorosamente com Anaíde. A ligação amorosa entre João Dantas e Anaíde Beiriz não era bem vista pela hipocrisia social, uma vez que não eram casados. Prato feito para os inimigos políticos de João Dantas, que sob as ordens de João Pessoa, arrombaram a casa e se apropriaram da correspondência erótica do casal. Nos dias seguintes, o jornal governista A União, e outros órgãos de imprensa estadual ligados à situação, publicaram o conteúdo das correspondências, com vistas a atingir a honra de Dantas. Sensual e libertária, Anaíde foi duramente exposta à sociedade paraibana. O que era uma invasão de cunho político mobilizou todo o Brasil ao ganhar o contorno de uma grande paixão vivida às escondidas. Posteriormente, João Dantas dispara um tiro e mata João Pessoa, em uma confeitaria no Recife. Este ocorrido serviu de pivô para uma convulsão nacional que sucumbiu na Revolução de 30. A morte de João Pessoa comoveu todo o Brasil. Como o fato causou grande impacto na população, Anaíde teve de se refugiar. Dantas, após ser preso, também acabou sendo encontrado morto dentro da cela. Após a perda do companheiro, ficou só e marginalizada. Anaíde é encontrada morta em 22 de outubro daquele ano, supostamente por envenenamento, sendo enterrada como indigente no cemitério de Santo Amaro, e sua memória foi renegada durante anos pelos paraibanos. Sua imagem só se tornou emblemática quando foi eleita como uma das personagens míticas da história do Brasil pelo movimento feminista. Mas, até hoje, sua memória causa desconforto naquela região.

³² A grafia original do texto foi mantida por opção metodológica.

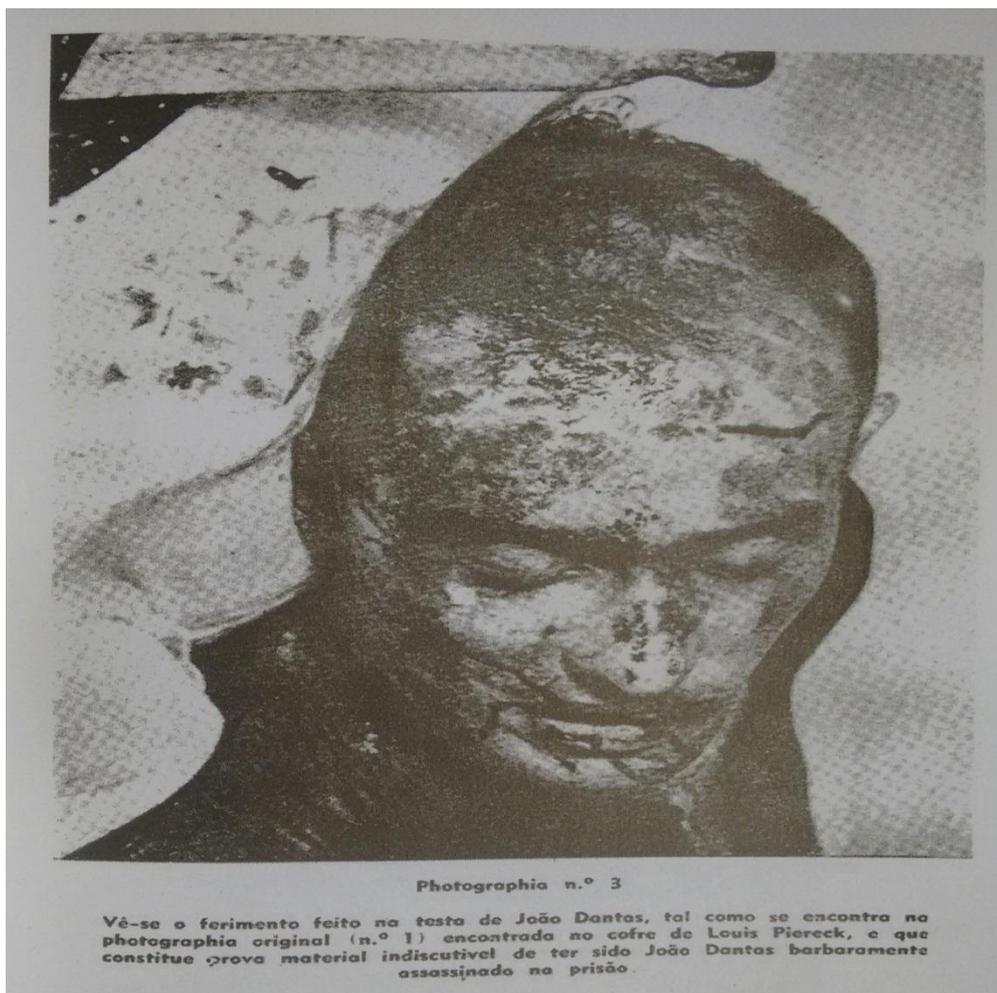
outros, era promover um discurso elaborado em defesa da imagem de João Pessoa e atacando a de João Dantas, agora, Caldas (2008) irá percorrer outra vertente que a “historiografia oficial” não cita em suas escritas. Portanto, se João Pessoa era visto como um “mártir” paraibano e a “morte” de João Dantas foi um “suicídio” ocorrido em uma penitenciária no Recife, Caldas (2008) exporá fatos e acontecimentos que mostram como foi forjada tal história. João Dantas foi assassinado juntamente com seu cunhado Augusto Moreira Caldas, assassinado, e não “suicidado”.

Como foi construída uma memória e lugares de memória em torno da figura de João Pessoa, exaltando-o dentro e fora do nosso Estado, Caldas (2008) construirá uma memória em que João Dantas terá sua imagem que foi elaborada de forma inverossímil desconstruída para que possamos compreender os reais motivos que o intitulavam com uma pessoa que foi o assassino covarde e cruel de João Pessoa, colocando João Dantas como o “vilão” paraibano, juntamente com os outros perrepistas e com José Pereira. Como vimos na obra de Pollak (1989), será uma memória tentando usurpar a outra, ou seja, uma memória tentando adquirir o espaço que foi deixado de lado antes e após a “Revolução de 30”. Todavia, Caldas (2008) proporá uma outra imagem para uma percepção mais ampla do povo paraibano acerca dos fatos de 1930 e da figura de João Pessoa, João Dantas, entre outros.

Quando falamos que os “discursos oficiais” foram impostos coercitivamente e de forma manipulada pelos autores/escritores ligados à base liberal, por exemplo, como já citado no subtópico 3.1, os nomes de João Lelis, José Américo e Ademar Vidal, ao lado do Jornal A União, foram consubstanciadores de um ideal forjado, fabricado acerca da Revolta de Princesa, da “Revolução de 30” e, especificamente, de José Pereira. Todavia, é relevante pontuar as Figuras 47, 48 e 49. Percebemos a diferença das fotografias expostas neste trabalho, pois enquanto a Figura 47 noticia o suicídio de João Dantas, nas Figuras 48 e 49, que foram extraídas da obra de Joaquim Moreira Caldas, fica o contraste dos fatos a respeito de João Dantas. Se o Jornal A União só informa na manchete que João Dantas se “suicidou”, a obra de Caldas (2008) ultrapassa o mero uso de palavras e coloca em “xeque” as afirmações elencadas pelo jornal paraibano.

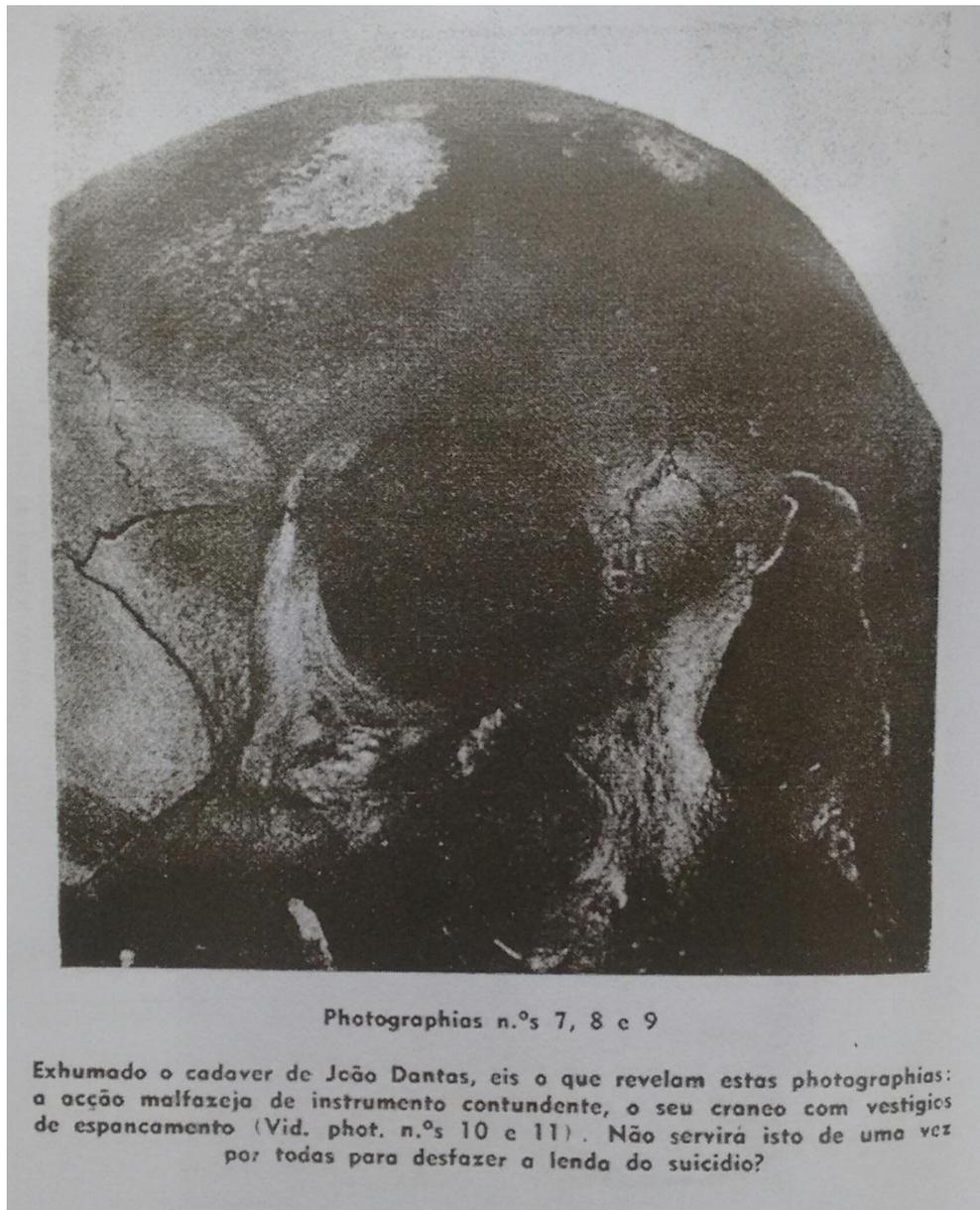
Como diz o velho ditado popular, uma imagem vale mais do que mil palavras. Assim, as Figuras 48 e 49 ratificam o que Caldas (2008) pontua na sua análise dos acontecimentos com relação a João Dantas e torna inverossímil a falácia de Dantas ter se suicidado, quer dizer, João Dantas foi assassinado. Mas, as pretensas “historiografia e memória oficial” deturpam o contexto histórico com a premissa hegemônica de um grupo político que adentrou no poder após o golpe de outubro de 1930.

Figura 48 - Imagem de João Dantas depois de ser assassinado na penitenciária em Recife.



Fonte: CALDAS, 2008, p. 213.

Figura 49 - Imagem do crânio de João Dantas após exumação.



Fonte: Caldas (2008, p. 216).

Caldas (2008) propicia, tanto através das palavras como de imagens, uma abordagem que demonstra fatos que desconstruem o que a “historiografia oficial” relatou e relata desde o fim da década de 1920, início da década de 1930 e assim por diante acerca da “morte” de João Dantas, pois, na obra Caldas (2008), João Dantas foi assassinado, e não “suicidado”, como a “memória oficial paraibana” impôs para o povo ano após ano. Tenta-se uma ênfase com o intuito de não deixar os perrepipistas (José Pereira e principalmente João Dantas), entre outros, como os “vilões” do Estado e também não perpetuar uma história equivocada, engendrada, que alçou João Pessoa como um “mártir revolucionário paraibano e brasileiro”.

José Caitano de Oliveira, em sua obra *A Saga de 1930 e o doido da Parahyba* (2013), busca contextualizar e averiguar os personagens históricos e como foram edificados, cercados de controvérsias e muitas vezes alçados ao posto de “herói” em meio a acontecimentos como a Revolta de Princesa e a “Revolução de 30”. Assim, poderemos compreender como João Pessoa foi intitulado como um “mártir” na historiografia, sendo com isso forjada uma imagem em nome da manutenção e perpetuação de uma oligarquia que adentrava no poder no ano de 1930, a dos aliancistas.

A Saga de 1930 e o doido da Parahyba engendra muitas ponderações acerca da personalidade de João Pessoa. A história que foi elaborada tem o interesse político vigente. Por conseguinte, a proposta não será levantar paixões de um lado e se opor ao outro, mas permitir uma análise crítica da nossa história e de como foram “santificados” muitos personagens e “demonizados” outros tantos. Portanto, trata-se de refletir e ponderar sobre nossa própria história com um olhar diferente do que foi imposto pela “historiografia oficial” como única maneira de entender e estudar a História da Paraíba.

Os irmãos e primos tratavam-no como louco, semilouco, desvairado. Neste sentido, portanto, vamos encontrar os primeiros registros pejorativos, deprimentes, negativos. Não foram os adversários políticos que iniciaram a sórdida campanha de ofensas morais, a exemplo de José Pereira, João Suassuna e João Dantas. Exatamente ao contrário: as ofensas vieram de membros da família João Pessoa; abomináveis adjetivos, disso não há dúvida (OLIVEIRA, 2013, p. 94).

Ao apreciarmos essa citação da obra de Oliveira (2013), enxergamos uma ligação com outros autores já mencionados neste trabalho. Concluímos que José Pereira e outros tantos foram postos como causadores de atos ofensivos contra João Pessoa e posteriormente como assassinos cruéis do ex-presidente paraibano, fomentadores do assassinato do “grande homem paraibano”, João Pessoa. Notadamente, é nítido como foi a campanha para atribuir todas as mazelas e desatinos aos perrepeistas e “santificar” o nome de João Pessoa. Além disso, percebemos o modo como a personalidade de João Pessoa era retratada pelos seus familiares, ou seja, suas loucuras e divergências já eram vistas no âmbito familiar. Quando chegou ao cargo de presidente (hoje governador) da Paraíba, João Pessoa só inflamou suas características e peculiaridades com práticas diversas que já foram destrinchadas neste trabalho previamente. Logo, ratificamos com a escrita de Oliveira (2013) como o ex-presidente da Paraíba já tinha um grande potencial de ocasionar problemas familiares e

populares na Paraíba. Então, o desfecho do derramamento de sangue que ocorreu no Estado já era “esperado”, visto que suas vaidades de alguma forma acarretariam desavenças na Paraíba.

Os Dantas foram coagidos a migrar para outros estados da federação, tais como: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Pará, etc. Tratados na condição de cangaceiros, celerados, desonestos, o fato é, ilustre leitor, que a família Dantas passou mais de quatro décadas a sofrer impiedosa perseguição (OLIVEIRA, 2013, p. 316).

É perceptível como a família Dantas e o próprio João Dantas tiveram de enfrentar a perseguição por parte de João Pessoa. Palavras caluniosas eram comuns com relação aos Dantas. No entanto, tais menções vistas na escrita de Oliveira (2013) eram escondidas da população, ao passo que eram retratados pontos de vista que favoreciam João Pessoa e ocultadas suas atitudes incoerentes como governante do Estado da Paraíba.

João Pessoa, antes tratado por seus irmãos, primos, adversários políticos, como louco, desvairado, vesânico, libertino, no instante em que desencarnou, imediatamente tornou-se “mártir”; boa parte da população o elegeu à galeria de “Herói”. Estava rigorosamente dentro do objetivo revolucionário (OLIVEIRA, 2013, p. 316).

Tudo o que foi mencionado anteriormente nas leituras de Inojosa (1980), Ribeiro (2008), entre outros, acerca da personalidade de João Pessoa e como o ex-presidente da Paraíba foi posto como “herói” e “mártir” paraibano leva-nos a perceber nessa citação da obra de Oliveira (2013) como o interesse político foi colocado à frente dos populacionais com o propósito de criar uma “revolução” que resultaria em uma Paraíba “nova”, “renovada”. Com a idealização de um “homem heroico” sob o nome de João Pessoa, a Paraíba teve significados na memória e na historiografia que perduram até hoje, mas, como já foi referenciado na escrita de Oliveira (2013), é preciso manter-se fora das paixões e das sacralizações de homens e personagens para uma escrita mais contextualizada e menos identificada com o tipo que foi imposto pela “História Oficial e pela Memória Oficial”, a dos “grandes homens e personagens”.

Qual a razão política que levou João Dantas a matar João Pessoa? Nenhuma. Afinal, a eleição presidencial ocorreu em 1º de março. Portanto, passaram-se quatro meses, antes do assassinato. João Dantas e José Pereira ficaram protegidos politicamente, uma vez que o candidato eleito, Dr. Júlio Prestes, estava próximo de ser empossado na presidência do Brasil. Por outro lado, o

Presidente da Paraíba fora derrotado nas urnas, totalmente desorientado. Naquele macabro momento histórico, João Pessoa desejava amenizar os últimos reveses sofridos na Guerra de Princesa, e, desse modo, somente um remédio jurídico eficiente poderia conceder a entrada de armas e munições, a fim de equipar a força pública contra os libertadores de Princesa (OLIVEIRA, 2013, p. 320).

Além disso, é necessário o entendimento também perante o olhar de Oliveira (2013) acerca dos motivos do assassinato de João Pessoa e de João Dantas que foram noticiados. Aliás, este último foi mencionado pela “historiografia e escrita oficial” como suicida. Todavia, da mesma maneira, é preciso ver como João Pessoa tratou o caso da Revolta de Princesa. De acordo com a “escrita oficial” do Estado, todo o caos foi atribuído a José Pereira e seus aliados. Bem diferente do que estamos presenciando na escrita de Oliveira (2013).

João Dantas confessou, em seu depoimento bastante minucioso, o porquê de ter assassinado o Presidente. Assumiu a autoria do crime que, segundo o depoente, fora arquitetado no dia 26 de julho, quando tivera ciência da estada de João Pessoa em Recife. Houvera lido no jornal “A União”, o comunicado da visita do Presidente e, não conseguindo espiritualmente vencer as próprias forças, rasgadas por humilhantes agressões sofridas na Paraíba, as quais atingiram até a honra do pai dele, decidira ajustar as contas (OLIVEIRA, 2013, p. 324).

Agora, podemos confrontar os motivos que levaram João Dantas a assassinar João Pessoa. Se, para a “historiografia oficial” e os autores ligados ao Estado, João Dantas não passava de um assassino impiedoso e sanguinário, que matou um “grande homem” por motivos fúteis, por mera politicagem, por outro lado, como vimos na escrita de Oliveira (2013), os motivos foram bem outros com relação àqueles que foram expostos para a população.

O grupo político vigente (os liberais), que ansiava por “revolução”, omitiu fatos e forjou outros tantos para “martirizar” o ex-presidente paraibano. A imagem do grande “herói” e do grande “vilão” foi perpetrada e perpetuada. Porém, com base na leitura de Oliveira (2013), é possível ter outras vertentes acerca desse e de outros acontecimentos, bem diferentes das que foram construídas pela “memória oficial” do Estado da Paraíba. Oliveira (2013), ao ter acesso ao último artigo que João Dantas escreveu sobre a sua residência a mando de João Pessoa, afirma:

[...] arrombam meus aposentos, quebram os móveis a cacete, destroem objetos de valor, como quadros de retratos de família, forçam as minhas secretárias, violam o meu arquivo, rasgam livros, inutilizam valiosos documentos dos meus constituintes, de minha família e meus e até autos judiciais, retiram do móvel onde estavam e põem bem à vista e intacta a minha correspondência política e particular, constante de cartas e telegramas [...] (OLIVEIRA, 2013, p. 325).

Tecer fatos, episódios e fabricar notícias de que João Dantas foi um assassino cruel, que tirou a vida de João Pessoa de forma perversa e a mais covarde possível, é de uma criatividade mirabolante e quixotesca, pois, como presenciamos na escrita de Oliveira (2013), a família Dantas e o próprio João Dantas foram perseguidos incessantemente e de inúmeras formas arbitrárias e violentas, que culminaram no assassinato do ex-presidente paraibano. Se Dantas tirou a vida de João Pessoa, teria de pagar pelo crime na forma da lei, não com a própria vida. Colocar o assassinato de João Pessoa como barbaridade e perversidade é ser passível de contrariedade e omissão. Aliás, a “historiografia oficial” da Paraíba está repleta de omissões.

O que fora feito com João Dantas e sua família não seria uma barbaridade? Uma afronta à sua imagem e de sua família? Julgo que, para os liberais e para João Pessoa, não. De toda forma, é o que notamos na nossa historiografia falha, lacunar, que foi elaborada e tecida de forma “pura e verdadeira”. Outrossim, vale ressaltar a relação entre João Dantas e Anaíde Beiriz, pois nessa avalanche de perseguição contra Dantas, com a invasão de seu escritório, foi exposta sua relação com Beiriz. Essa relação fora destrinchada e amplificada para a população como um caso promíscuo, impróprio, causando sérios transtornos pessoais para ambos. No entanto, João Pessoa usou esse meio para constranger e perseguir João Dantas tanto política como pessoalmente, a fim de consagrar sua vitória contra seu inimigo político e pessoal. Tais acontecimentos chegariam, como já mencionamos, ao assassinato de João Pessoa, em 26 de julho de 1930.

Outro importante autor que faz através das suas escritas a desconstrução do “grande homem” que foi João Pessoa e do “herói” fabricado dentro da Paraíba e no Brasil foi Joaquim Inojosa. Este autor, em sua obra, desenvolve uma narrativa que nos deixa ciente das barbaridades que o ex-presidente paraibano cometeu durante a Revolta de Princesa, mostrando com desenvoltura como agia José Pereira e os demais perrepostas frente às forças policiais de João Pessoa. Como já foram elencadas no decorrer deste trabalho algumas citações com trechos da sua obra, em que se mostra como eram as atitudes de José Pereira e João Pessoa durante a Revolta de Princesa, agora o intuito será explorar, observar mais a

fundo a pessoa de Joaquim Inojosa e sua relação com a escrita no cenário historiográfico e memorialístico paraibano. Inojosa, ao mesmo tempo, em que desmitifica um homem considerado “heroico”, cria também a memória de um José Pereira honroso, gentil, polido e generoso. Destaca-se a tentativa de colocar uma ótica diferente daquela construída no nosso Estado sobre a imagem do ex-presidente João Pessoa. Nessa obra de Inojosa, o leitor terá a oportunidade de apreciar uma construção histórica e historiográfica paraibana diferente da que vimos nas décadas de 1920 e 1930 e hoje em dia. O “herói”, João Pessoa, não existirá mais. Logo, a Paraíba terá uma abordagem mais fidedigna, diferentemente da dos autores ligados à “memória oficial” paraibana que citamos ao longo deste trabalho.

Inojosa tinha uma relação próxima com os Pessoa de Queiroz, principalmente com João Pessoa de Queiroz³³, um dos primos do ex-presidente João Pessoa Cavalcanti. Suas relações, de certa maneira, exerciam influência sobre sua escrita, pois se o ex-presidente paraibano era desafeto dos Pessoa de Queiroz e estes eram aliados de Inojosa, logo a escrita teria uma intencionalidade contrária aos ideais e anseios liberais. Vale mencionar como as escritas acerca da construção de uma memória perrepista eram dificultosas, pois além de não poder contar com o apoio do Estado para a disseminação de seus ideais, também experimentavam a perseguição e o preconceito para elaborar uma narrativa que se ancorasse com o propósito de remeter às memórias dos perrepistas. Memórias marginalizadas cujas particularidades eram ojerizadas pela população. Mas, ao longo do tempo, essa memória “negativa” foi se dissolvendo no seio da sociedade lentamente. Aos poucos, outros olhares foram galgando espaço.

Assim, podemos aferir na obra de Inojosa que o lançamento de sua primeira edição só ocorreu em 1980, ou seja, os fatos e acontecimentos da Revolta de Princesa e da “Revolução de 30” foram expostos aproximadamente 50 anos após os fatos. Enquanto as memórias e os

³³ Nasceu em 1881, comerciante em grosso de tecidos, chefe de importante firma, fez-se usineiro, comprando aos 26 de fevereiro de 1926 uma pequena fábrica de açúcar, o meio-aparelho São Luiz, no engenho Santa Thereza, às margens do Rio Jacuípe, divisão dos estados de Pernambuco e Alagoas. Em 1930, a Usina Santa Terezinha era a terceira usina de açúcar em capacidade no país, [...] sendo-lhes superiores, somente, as Usinas Catende e Tiúma em Pernambuco. Em 1936, é então a maior produção de álcool anidro no Brasil, em destilaria anexa à usina de açúcar. [...] Na safra de 1981/82, uma séria e profunda crise atinge a Usina Santa Terezinha. Na safra de 1982/83, a Usina não moeu. O patriarca José Pessoa de Queiroz morreu em 23 de setembro de 1971, depois de prolongada doença, com a idade de 90 anos. Deixara de seu casamento com Thereza Cordeiro Pessoa de Queiroz, falecida dez anos antes do marido, os seguintes filhos: Fernando, José Adolfo, Helena, Dulce, Guilherme e Edgard.

Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.cbg.org.br/baixar/acucar_no_brasil_12.pdf&gws_rd=cr&ei=ghKLWcU_xoLCBLS6lagE>. Acesso em: 05 jun. 2017.

lugares de memória liberais sobre a imagem de João Pessoa foram expandidos por quase cinco décadas e massificados para a população, a memória perrepista vivia em âmbitos mais reduzidos e mais explorados pela memória familiar. Daí advém uma das dificuldades de ressaltar ideais e anseios que defendiam a História Perrepista.

Podemos entender, a partir da análise das obras dos autores que preservam a memória perrepista, uma desconstrução do que foi criado em torno do nome de João Pessoa, contrariando a imagem de um assassino cruel, um vilão que matou João Pessoa, construída pela narrativa e “memória oficial” ao longo dos anos para a pessoa de João Dantas. Se, para a “memória e historiografia oficial”, João Pessoa foi um “herói”, um “mártir” depois de ser assassinado por João Dantas, para a memória e historiografia perrepista, João Dantas só fez o que faria qualquer homem que fora humilhado: honrar seu nome e de sua família, que há tempos vinha sendo perseguido, ou seja, foi bravo ao tomar tal atitude contra João Pessoa. Não se trata de colocar a ocasião do assassinato cometido por Dantas contra João Pessoa como a única solução viável, mas também não cabe aos liberais, ao Estado e à nossa historiografia conceber esse assassinato de forma maniqueísta, tendo João Dantas como o “malvado” e João Pessoa como o “bonzinho”. Cabe a nós pôr os acontecimentos tal como foram e não canalizar uma única vertente histórica, a dos “heróis”.

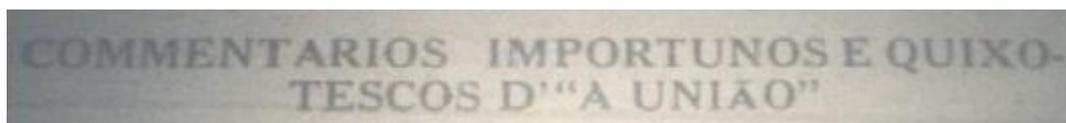
Na quarta parte da obra de Inojosa (1980), em que se encontra o capítulo intitulado *A Luta*, presencia-se uma leitura fidedigna em relação à preservação e exaltação da memória dos perrepistas e de José Pereira. Nesse capítulo, é possível perceber descrições de José Pereira acerca de sua relação com João Pessoa e também como ocorreu a Revolta de Princesa. De acordo com Inojosa (1980), o romance *O Reino de Princesa*, de Ariano Suassuna, era fortemente constituído de palavras que enalteciam a figura de José Pereira, chamando-o de “nobre Senhor Dom José Pereira Lima”. É interessante mencionar a forma de tratamento que era dirigida a esse sertanejo, com palavras que demonstravam traços de exaltação à imagem perrepista.

Se as obras que foram retratadas neste trabalho sobre João Pessoa pela “historiografia e memória oficial” conduzem-nos para uma narrativa apologética dos ideais liberais, na narrativa de Inojosa (1980), por sua vez, notamos uma oposição à “escrita oficial”. Todavia, é preciso destacar que será preciso verificar o lugar social de cada autor/escritor/historiador durante a construção da escrita/narrativa, pois dessa forma podemos compreender melhor os discursos presentes nas narrativas que estudamos e em outras tantas que existem sobre a História da Paraíba. Similarmente, podemos novamente relativizar a questão da elaboração da disputa das memórias, como já visto anteriormente na escrita de Pollak (1989). Muitos

grupos, ao longo dos anos, tentaram a perpetuação de uma memória, enquanto outros grupos opostos buscaram colocar as suas para uma maior expansão em decorrência de por anos a fio terem suas memórias relegadas ao esquecimento, ao ostracismo.

Outra forma de veiculação e maximização da memória perrepista, podemos dizer assim, foi o *Jornal do Commercio*, pois, ao se contrapor às reportagens feitas pelo *Jornal A União*, atribuía a José Pereira a imagem de homem afrontado pelos desmandos de João Pessoa. Entretanto, é relevante destacar as reportagens promovidas pelo jornal pernambucano/recifense como constituintes de uma memória perrepista. Através do embate ideológico entre esses dois jornais, foram criados estereótipos do “herói” e do “vilão” em meio à Revolta de Princesa e à “Revolução de 30”, tanto com relação à imagem de José Pereira como a de João Pessoa.

Figura 50 - *Jornal do Commercio* rebatendo os ataques promovidos pelo *Jornal A União*.



Fonte: *JORNAL DO COMMERCIO*, 9 de abril de 1930, p. 12.

Outra via de contextualização e análise crítica acerca da desconstrução da Revolta de Princesa, da “Revolução de 30” e da imagem de João Pessoa foi a obra de José Joffily³⁴ *Revolta e Revolução Cinquenta Anos Depois* (1979). O autor desencadeia uma trama que nos faz repensar o conceito “revolucionário” de outubro de 1930, bem como as nuances dos contextos sociais, políticos e econômicos envolvidos. Todavia, elencaremos detalhes que realcem de forma abrangente o escopo deste trabalho.

Na obra de Joffily (1979), poderemos compreender situações opostas aos autores, escritores ligados ao Estado, logo a João Pessoa. Assim, a “revolução” de fato existiu? Será que os liberais implementaram mudanças na conjectura política, econômica e social na Paraíba? Qual o sentido “revolucionário” que a “historiografia oficial” prega como um acontecimento fidedigno e alicerçado pelo povo voltado para a adoração de um “herói” forjado? Tais entendimentos podem ser percebidos com maior nitidez na obra do autor.

³⁴ José Joffily Bezerra de Melo nasceu em Campina Grande, no dia 25 de maio de 1914. Era filho de Antônio Bezerra de Melo e Maria Joffily Bezerra de Melo. Foi Advogado, Jornalista, Funcionário Público, além de ter publicado mais de 10 livros de investigação histórica, como, por exemplo, *Revolta e Revolução 50 Anos Depois*, lançado em 1980. Começou sua vida pública aos 16 anos como líder estudantil na capital paraibana. Alistou-se no batalhão de voluntários na Revolução de 1930.

Segundo Joffily (1979, p. 37), “Creio que só há revolução, no sentido integral da palavra, quando seus resultados sociais, extinguindo privilégios, são permanentes e irreversíveis [...]”.

A partir dessa premissa, fica evidente o contexto de que não houve em nosso Estado e no Brasil uma “revolução”, pois que mudanças ocorreram? O povo teve maior participação na estrutura política, econômica e social? Sabemos que as estruturas baseadas na perpetuação do poder elitista só tiveram uma mudança, mas qual? A saída do então presidente Washington Luís, representante da política do café-com-leite³⁵, pela ascensão da Aliança Liberal.

Isto é, sai uma oligarquia e entra outra com prerrogativas voltadas para a manutenção de um Estado excludente e hegemônico para com as minorias. Nesse contexto, podemos inserir a escrita de Gurjão (1994) acerca da questão oligárquica, em que as oligarquias vão se sistematizando para manter sua perpetuação no contexto político local ou nacional. Contudo, o que distingue uma “revolução” nesse contexto é a troca do poder, enquanto a situação da população mais humilde permanece estéril, inócua. Daí advém a concordância com Aires (2006) e Joffily (1979) de que não houve “revolução” em outubro de 1930, mas sim um golpe arquitetado minuciosamente pelos aliancistas.

Segundo os marxistas, não há revolução sem mudança da estrutura econômico-social. Assim, a História registraria somente dois modelos de revolução. A de 1789 que liquidou o sistema feudal com os privilégios da aristocracia, propiciando a ascensão da burguesia. Depois da Revolução Francesa, a de 1917, que significou a derrota do capitalismo com extinção da propriedade privada e o triunfo do proletariado [...] (JOFFILY, 1979, p. 62).

Ao confrontarmos essa análise de Joffily (1979) com outras que foram debatidas durante este trabalho, a exemplo da escrita de Aires (2006), Ribeiro (2008), Carvalho (1990), entre outros, veremos que nossa “revolução” foi uma mera encenação teatralizada em nome de um “mártir” construído com o objetivo de atribuir a entrada de um “novo” grupo político no poder. João Pessoa, nesse sentido, foi um fantoche para os anseios dos liberais para programar seus ideais golpistas. Golpistas? Sim, pois se não houve nada do que exemplificamos na citação acima, só podemos concluir que todo o jogo político foi galgado de um cinismo golpista dos liberais.

³⁵ Surgiu em virtude de brecha criada no tradicional esquema de sucessão presidencial, dominado por São Paulo e Minas Gerais - a Política do Café com Leite. Nessa política, os estados se revezavam na escolha do presidente da República, cabendo a um presidente paulista apoiar um presidente indicado pelos mineiros nas eleições, e vice-versa.

Conforme Joffily (1979, p. 63, grifo do autor), “A América Latina apresenta incontáveis exemplos de golpes, revoltas, quarteladas, rebeliões, mazorcas, intencionas, sedições, motins, putschs, levantes armados - quase tudo ostentando o rótulo de *revolução*, quando bem sucedidos”. Se não há “revolução” com os princípios propagados por Joffily (1979) em torno das mudanças no cenário político e econômico vigente, só há um caminho que é proposto: golpe. E isto tem uma supremacia na América Latina, no Brasil e, especificamente, no nosso caso, na Paraíba. É possível, então, revelar que foi bem-sucedido o propósito liberal com a dita “Revolução de 30”. Esta que teve como protagonista João Pessoa e como coadjuvante o povo, que ficou à mercê de uma história regada a equívocos “heroicizantes” e inverossímeis.

Para compreender esse enlace não-revolucionário e golpista, é importante destacar a ótica de Aires (2006) sobre tal tema:

Em resumo: a história da “Revolução de 30” na Paraíba é escrita por intelectuais intrinsecamente ligados ao poder do Estado, militantes da Aliança Liberal e atuantes no assalto ao 22º BC e na conseqüente vitória no golpe de 3 de outubro. Evidentemente que, favorecidos pela abertura que dispunham nas instituições, escreveram e publicaram suas versões como se fosse a verdade da “revolução”, daí consolidando a memória oficial como se fosse a memória daquela sociedade na sua amplitude, como se fosse “a” memória coletiva (AIRES, 2006, p. 110, grifo do autor)³⁶.

Outra característica marcante em relação ao nome de João Pessoa foi durante passeatas realizadas após seu assassinato. Joffily (1979) descreve que as passeatas pareciam mais uma procissão. Quem não soubesse do que se tratava poderia pensar que estava em um ritual católico, pois ao entoar o Hino de João Pessoa, eram proferidas palavras relacionando a imagem e nome do ex-presidente da Paraíba à de Cristo.

João Pessoa, João Pessoa
Bravo filho do sertão
Toda a Pátria espera um dia
A tua ressurreição
(JOFFILY, 1979, p. 69).

Ainda podemos perceber em outro exemplo como João Pessoa foi consagrado como “herói” e “santo”. Conforme Joffily (1979, p. 69), “Em outra letra, ajustada à Ave-Maria (de Gounod), comparávamos João Pessoa ao próprio Deus Nosso Senhor”:

³⁶ A grafia original do texto foi mantida por opção metodológica.

Jesus Cristo também foi cravado
 Por Pilatos foi sentenciado
 Quase o mesmo contigo fizeram
 Esta taça de fel te trouxeram
 (JOFFILY, 1979, p. 69).

A fé, aliada à devoção da população, com ladainhas e cânticos relacionando Jesus Cristo e João Pessoa, foram premissas de muitos grupos para hegemonizar seus poderes, por exemplo, como foi citado anteriormente com o caso de Tiradentes.

Nessas duas citações da obra de Joffily (1979), mostra-se como o nome e a imagem de João Pessoa foram projetados e disseminados para a população paraibana. Essas menções de cunho religioso tornava o plano liberal mais contundente, a ponto de confirmar e perpetuar o novo grupo político que adentrou no poder. Fazer o povo se tornar parte de uma conjuntura idealizada pelos liberais é um alicerce preponderante para os planos golpistas de outubro de 1930. O povo cultuando o ideal de “grande homem” que “foi” João Pessoa faria com que as contestações em torno do movimento de outubro de 1930 fossem “silenciadas”.

Ademais, Joffily (1979) destaca como João Pessoa era uma figura repleta de orgulho e que qualquer contrariedade era por ele tomada como uma intriga. Isso e muitas outras atitudes intempestivas levariam o ex-presidente paraibano a ansiar pelo embate pessoal com José Pereira, ocasionando a Revolta de Princesa. “Para João Pessoa, a menor discrepância era logo rotulada de *traição*, fechando a porta a qualquer entendimento amistoso, como aconteceu com José Pereira” (JOFFILY, 1979, p. 202, grifo do autor).

Como diz o ditado popular, uma mentira contada várias vezes torna-se verdade. Será que uma “revolução” também? Um “mártir”? Um “herói”? Um “vilão”? Sem dúvida que as “escritas oficiais” consideradas como “a verdade única” do nosso Estado acerca do movimento de outubro de 1930, tendo João Pessoa como “herói” e os perrepistas como “vilões”, foram e até hoje são fortemente expostas e cultuadas na Paraíba. “Embora tudo tão claro, os vencedores da Revolução, de tanto repetirem a falsa imputação, transformando advogado em criminoso, levaram a equívoco um dos mais profundos conhecedores do movimento de 1930” (JOFFILY, 1979, p. 264). Essa citação trata de como João Dantas foi posto como o “vilão” na história paraibana. Da mesma forma, essa avaliação dos equívocos acerca do nome de Dantas serve como análise de muitas outras questões já retratadas neste trabalho. As falsas imputações são inúmeras. João Pessoa e a “Revolução de 30” são alguns equívocos presentes na História da Paraíba.

José Joffily e sua respectiva obra que analisamos não se “encaixam propriamente numa escrita perreipista”, mas a forma como foi conduzida a elaboração e investigação da obra torna nosso entendimento acerca do tema deste trabalho mais abrangente e significativo. A escrita de Joffily é marcada pela abordagem social, mediante a qual esse autor tematiza as condições da população paraibana antes e depois da Revolta de Princesa e da “Revolução de 30”. Com um olhar e uma análise marxista acerca dos acontecimentos, Joffily desencadeia premissas sociais das classes mais humildes do nosso Estado, apontando características da situação socioeconômica que o povo passava, fazendo, assim, uma contribuição relevante para a ótica dos fatos e também acerca da população marginalizada da época.

Ao trabalhar com os estudos marxistas, Joffily (1979) desenvolve sua pesquisa acerca do tema da “Revolução de 30” tendo como método testemunhos de graduandos de algumas universidades sobre a temática de João Pessoa e dessa “revolução”. Ao colher os testemunhos, fica evidente como a memória do “herói” João Pessoa ultrapassou décadas e permaneceu viva no seio da sociedade. Nessas entrevistas, Joffily (1979) questiona os estudantes da PUC e da Gama Filho, localizadas no Rio de Janeiro, na década de 1970, com as seguintes perguntas:

—Quem foi João Pessoa?

—Para que foi feita a Revolução de 30?

As respostas foram bem distintas, pois enquanto muitos não se lembravam ou falavam que João Pessoa era da região Norte do Brasil, outros salientavam que João Pessoa fora um governador que morreu heroicamente e um grande homem que foi assassinado. Em relação à segunda pergunta, respondeu-se que a Revolução de 30 serviu para melhorar o Brasil. Outros não se lembravam.

Com relação à totalidade de respostas do que realmente significou o nome de João Pessoa e a “Revolução de 30” para a Paraíba e o Brasil, destacamos que, passados em torno de 40 anos depois do movimento de outubro de 1930, estava enraizada a “figura heroica” do ex-presidente paraibano. Paralelamente, Joffily (1979) analisa e percebe que em muitos livros didáticos o tema da “Revolução de 30”, ao ser exposto, omite o nome de João Pessoa, ou seja, o ex-presidente paraibano não tinha relevância para certos autores de livros didáticos como personagem histórico.

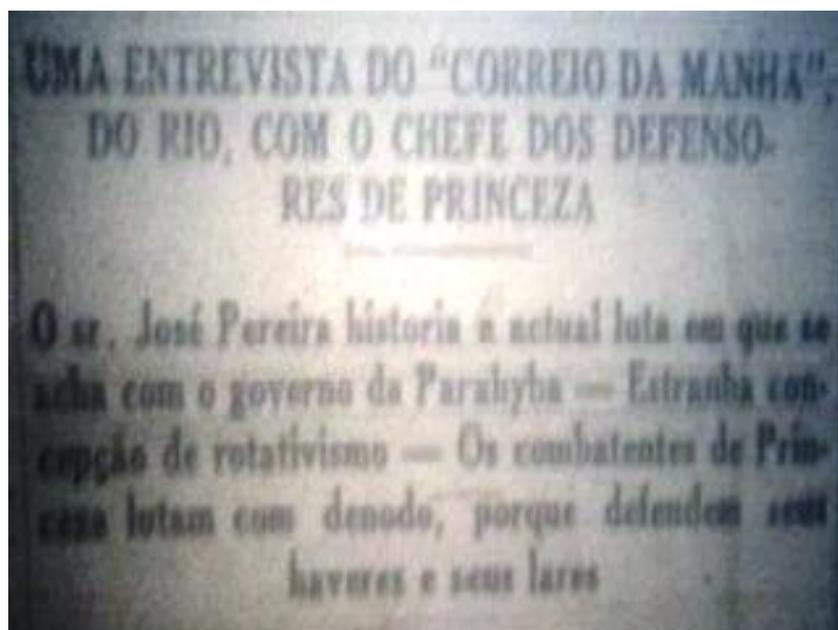
Portanto, ao analisar a grande maioria dos livros e depoimentos de estudantes, fica patente que, embora o nome de João Pessoa não estivesse presente em certas ocasiões, raramente eram encontrados livros ou depoimento que enxergavam como golpe o movimento de outubro de 1930 e João Pessoa como um símbolo de “mártir” forjado. Mas, dentre esses

livros analisados por Joffily (1979), foi encontrado um que continha trechos que denotavam o dia 3 de outubro de 1930 como golpe, e não “revolução”.

Na Paraíba, por sua vez, Joffily (1979) evidencia que muitos escritores e educadores paraibanos ligados ao Estado desenvolviam suas análises e pesquisas com a omissão de acontecimentos que deturpavam a imagem de José Pereira e dos outros perrepistas e enalteciam a imagem e o nome de João Pessoa.

José Joffily não era neutro (é difícil imaginar ter neutralidade em uma análise tão profunda e abrangente como essa, principalmente para um historiador). Nessa análise, o próprio autor se intitula um homem parcial na elaboração de sua obra. Mas, mesmo tendo seu posicionamento, não deixa de estabelecer uma escrita sem paixões e arroubos apologéticos. Concomitantemente, ao ter vivenciado a época da Revolta de Princesa e da “Revolução de 30”, mesmo adolescente, e por ter obtido testemunho de pessoas que vivenciaram esses movimentos de 1930, sua obra é capaz de traduzir uma ótica com diversidades históricas, diferentemente de algumas que foram trabalhadas aqui neste trabalho. No que tange ao ponto central que este trabalho aborda, verificamos, conforme exemplificado na escrita de Joffily (1979), que o dia 3 de outubro de 1930 foi um golpe arraigado de “heroísmo” manipulado em detrimento de um personagem, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Figura 51 - Jornal do Commercio promovendo o nome e a imagem de José Pereira.



Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 24 de abril de 1930, p. 14.

QUADRO 3 - Jornal do Commercio de Pernambuco - 1930 - manchetes.

JORNAL DO COMMERCIO DE PERNAMBUCO - 1930 - MANCHETES	
“A população de Princeza resistirá com heroísmo ao projectado assalto das tropas do Governo”	“O moral da polícia parahybana é cada vez mais precário”
“Oito municípios estão contra o presidente do Estado”	“Soldados que não cumprem ordens absurdas”
“Queixe-se o presidente de si mesmo”	“Um mau vizinho... o presidente da Parahyba”
“O senhor João Pessoa é o único responsável pela situação da Parahyba”	“O derrotismo do presidente da Parahyba contra Princeza”
“A dignidade da Parahyba não pode viver no estômago do senhor João Pessoa, nem no seu cérebro de tarado”	“É contristador o aspecto que oferece o interior do Estado, cuja população está presa de pânico, na perspectiva de peores dias”
“A Parahyba sacudida pela guerra civil que ameaça estender-se”	“A gravidade da situação política da Parahyba”
“Os prisioneiros de immaculada, que segundo dizem, sofreram pena de morte da polícia”	“A guerra civil que ensangrenta os sertões e perturba todo o Estado”
“Dois soldados que deserdaram [...] narram as atrocidades commetidas pela polícia parahybana” Parahyba”	“O deputado José Pereira lança o seu protesto contra o extermínio de crianças e mulheres, premeditado pelo presidente da Parahyba”

Fonte: Silva (2011, p. 107).

O Jornal do Commercio usou essas manchetes entre os anos de 1929 a 1930 como forma de constituir uma versão diferente dos acontecimentos que estavam ocorrendo na Paraíba. Exemplo disso se encontra nas figuras 50 e 51, em que são retratadas as atitudes arbitrarias de João Pessoa, ou seja, José Pereira e os demais perrepistas tiveram como base de apoio e de defesa dos ataques provenientes do ex-presidente paraibano o Jornal do Commercio. Este jornal teve papel relevante na expansão de outros olhares acerca do movimento de Princesa, bem como de seus personagens principais, pois assim podemos analisar outros contextos, outras conjecturas históricas. Apesar de o meio jornalístico ter tido contextos pessoais na divulgação das manchetes, sem dúvida tiveram grande importância para este trabalho, especificamente para o Capítulo 3 e seus subtópicos, haja vista que João Pessoa usou o Jornal A União como ferramenta para manipular acontecimentos em prol de um ideal maniqueísta sob o nome e imagem de João Pessoa, “nosso mártir e herói”.

João Pessoa de Queiroz e Francisco de Queiroz³⁷ usavam o meio jornalístico para devolver o ataque que seu primo paraibano, João Pessoa Cavalcanti, lançava contra eles e os perrepistas. De toda maneira, além do embate ideológico, essas afirmações constituem uma forma de preservar e prosperar uma memória perrepista em meio aos acontecimentos de 1930 na Paraíba, a Revolta de Princesa e a “Revolução de 30”. A disputa da memória desencadeada desde tal época e os arquivos jornalísticos são um método de contrapor uma memória à outra e criar uma lembrança, de modo que podemos recorrer ao passado para usá-la no presente como forma de desenvolver um liame da memória de um grupo que teve seus desejos bloqueados por um poder legitimador da época, o dos aliancistas. Porém, não é apenas para essa época que as lembranças servem como contraponto de uma memória. Na contemporaneidade, também são uma ferramenta relevante para a população e para nós, historiadores.

³⁷ Francisco Pessoa de Queiroz (1890-1980), conhecido como F. Pessoa de Queiroz, foi um empresário, jornalista, diplomata e político brasileiro. Francisco Pessoa de Queiroz (1890-1980) nasceu em Umbuzeiro, uma pequena cidade paraibana próxima à fronteira de Pernambuco, no dia 7 de novembro de 1890. Filho de pequenos agricultores e pecuaristas, foi mandado para a casa de seus padrinhos, no Recife, para se dedicar aos estudos. Em 1911, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1912, especializou-se em Direito Internacional Público na Universidade de Paris. F. Pessoa de Queiroz foi então admitido no Ministério das Relações Exteriores, integrou o corpo diplomático brasileiro em Londres e posteriormente em Buenos Aires. No Rio de Janeiro, então capital da República, já conceituado jurista, foi nomeado assessor especial do senador paraibano Eptácio Pessoa, seu tio, que eleito presidente do Brasil em 1919, o fez secretário particular, tendo desempenhado diversas missões diplomáticas fora do país. No ímpeto dos seus 28 anos de idade, F. Pessoa de Queiroz, como preferia ser chamado, estava fascinado pela política. Então, deixou a diplomacia e voltou para o Recife, e com o apoio dos irmãos José e João Pessoa de Queiroz, empresários de renome e donos das principais empresas pernambucanas, lançou-se candidato a deputado federal, mas foi obrigado a retirar a candidatura pelas autoridades governamentais – Manuel Borba era o governador na época. Voltou à diplomacia e participou da Conferência de Paz realizada em Versalhes, em 1919. Em 1920, seu nome foi incluído na chapa oficial pelo governador José Bezerra. Em 1921, no ano de sua primeira eleição, Francisco Pessoa de Queiroz assumiu a direção do “Jornal do Comércio do Recife”, fundado por seus irmãos em 1919 e que teve sua primeira edição em 3 abril do mesmo ano. Em 1924, casa-se com Leontina Jouviu. Foi eleito deputado federal em quatro legislaturas sucessivas. A importância do jornal crescia cada vez mais, e os irmãos eram protagonistas do cenário político de então. Em 1929, durante a campanha presidencial, foi feita uma franca oposição à chapa formada por Getúlio Vargas e João Pessoa, dirigindo ataques frontais à política do líder paraibano, o que resultou em inúmeras desavenças. Há quem especule que a morte de João Pessoa tenha mais relação com a cena política do momento do que com o caso amoroso com Anayde Beiriz. A morte de João Pessoa precipitou a Revolução de 1930. Pessoa de Queiroz foi cassado e deportado para a França, onde ficou até 1932, passando dias muito difíceis. De volta ao Recife, passou a se dedicar a restaurar os bens da família, praticamente destruídos pelos revolucionários. Afastou-se da política e restaurou o “Jornal do Comércio”, que esteve durante anos entre os melhores do país. Em 1948, inaugurou a Rádio Jornal do Comércio, e já usava o slogan “Pernambuco Falando Para o Mundo”. A fascinação pela política o levou a mais uma eleição, em 1958. Foi eleito senador por Pernambuco, e exerceu oito anos de mandato. Em 1960, inaugurou a TV Jornal do Comércio, com magníficas instalações e com os equipamentos mais avançados da época. Em 1980, recebeu a Medalha de Mérito Empresarial “Conde da Boa Vista”, outorgada pelo Governo do Estado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível que, diante dos subterfúgios expostos, todos se conscientizem de que é necessária uma discussão mais ampla e investigativa acerca da nossa própria história e dos personagens que a fizeram. Neste trabalho, que debateu e explorou a imagem do Coronel José Pereira Lima, torna-se vital a sua importância para a história em geral, para o âmbito acadêmico e social. Tendo em vista os aspectos observados, foi possível mostrar e conhecer melhor as características e peculiaridades de José Pereira e sua relevância social, política e econômica no contexto paraibano.

Analisar e contextualizar a vida de José Pereira foi e é importante para enxergarmos com outros olhos o que foi escrito sobre ele. Em determinadas ocasiões, notamos uma escrita distorcida e inverossímil com relação ao que foi e realmente é/era. Trabalhos com esta finalidade devem ser propagados a fim de expandir o conhecimento de temas como a Revolta de Princesa e a “Revolução de 30”, pois esses movimentos de 1930 têm muitas controvérsias que necessitam ser elucidadas.

Por conseguinte, é necessário compreender o recorte temporal para entender as consequências desses movimentos para a Paraíba. A Revolta de Princesa, de 28 de fevereiro de 1930, proporcionou desmistificar certos rótulos pejorativos acerca de suas características, como considerar o sertanejo como um indivíduo grosseiro, e também traços pejorativos sustentados apenas no fato de ter nascido no sertão e ser sertanejo, ou seja, a partir do estudo do movimento paraibano de 28 de fevereiro de 1930, podemos notar como se portava José Pereira dentro do embate com as forças policiais de João Pessoa. Este teve papel importante no decorrer do estudo sobre a vida de José Pereira, uma vez que foi durante o conflito entre eles que foi possível colocar em prática o foco de estudo deste trabalho, seu caráter e atitudes.

No desenrolar da análise, fica evidente a contrariedade do papel que João Pessoa teve antes e durante a Revolta de Princesa e a função que lhe foi atribuída depois de seu assassinato. Entretanto, José Pereira teve seu papel na história paraibana, sendo ratificado o quanto era e foi um homem humano e generoso, mesmo durante e no fim da Revolta de Princesa.

A partir disso, julgo imprescindível obter mais atenção e analisar criticamente o que nos é transmitido como fato único sem nem sequer inquirir a outra parte. Isso deve ser ampliado como papel socializante no meio acadêmico e na sociedade paraibana e brasileira. Poder estudar um tema tão pleno de significados é gerar o dever de contar ou recontar a história com outro olhar, de um lado pouco difundido ou irrelevante para determinadas

peessoas dentro do nosso Estado. Porém, somente com a realização de mais trabalhos tratando de temas como este, podemos contextualizar e esmiuçar de muitas maneiras o que temos como a única “verdade”. Do início ao fim deste trabalho, tudo o que tive como ideia central acerca da análise e observação sobre José Pereira, passando pelo estudo de João Pessoa e os movimentos de 1930, foi satisfatório para mim, pois a contribuição foi frutífera e relevante para desvendar muitos lapsos existentes na nossa história.

Esta pesquisa também será satisfatória para outras tantas pessoas que se espelharem em temas afins, pois devemos, sim, “desconstruir” mitos que foram impostos por interesses de cunho político-partidário, entre outros tantos. Ademais, o Brasil e a Paraíba estão cheios de “heróis” forjados e manipulados. Assim, através da realização deste trabalho, pudemos ter uma compreensão melhor das formas contraditórias da elevação do “herói” paraibano, João Pessoa, e do “anti-herói”, José Pereira. A nossa história deve ter outros olhares seletivos e mais heterogêneos. Paralelamente, a História Oral se torna determinante para a análise deste trabalho pelo fato da oralidade servir como fonte de perspectiva de estudo de grupos em determinado tempo, grupos que ficaram no ostracismo por longínquos anos.

Como a escrita de temas relacionados a aspectos que tomam por base a investigação de grupos minoritários, “esquecidos” ou pré-julgados de forma equivocada ao longo do tempo era e é até certo ponto escassa, este trabalho foi de ampla pertinência pelo fato de lançar um olhar a determinados temas lacunares de nossa história e historiografia. Como nossa temática é mostrar uma ótica diferente da que foi construída em relação à imagem do Coronel José Pereira e demais perrepeistas, a História Oral serviu de base para a manutenção e conservação da memória deles após a “Revolução de 30”, memória tida como subterrânea, marginal, conforme foi discutido na obra de Michael Pollak.

Assim, a oralidade pode ser e é uma fonte para contradizer os discursos do poder, dos “vencedores”, de uma política calcada no objetivo de manter um mesmo grupo no poder governamental. A historiografia tradicional, “oficial”, priorizou uma “História Oficial” preterindo outros grupos e deixando-os menosprezados, ofuscando sua história e memória. Muitos historiadores viam a História Oral sem o valor e a importância devida, pois enxergavam suas fontes como subjetivas e o depoimento seria propício a muitos equívocos, ou seja, a tradicionalidade da história preferia uma história com fontes de cunho oficial na construção de uma memória. Por esse motivo, a oralidade era preterida dentro do contexto histórico. Mas, com o passar do tempo, a História Oral foi galgando espaço e hoje é fonte de inúmeras possibilidades para o historiador realizar sua pesquisa. Certamente, a oralidade é um recurso que nos dá enriquecimento para uma análise e apreciação mais amplas e

diversificadas em torno de um determinado tema, pois os sujeitos sociais, além de terem a possibilidade de contar em detalhes um acontecimento, farão uma participação histórica juntamente com o entrevistador. Assim, atuam enquanto partícipes numa história oposta à dita “historiografia oficial”, podendo expandir as memórias de um grupo que não teve voz. A História Oral também permite que o entrevistado seja apontado como um agente histórico, pois seu ponto de vista acerca dos eventos sociais, nos quais esse agente teve participação, é categórico na construção de readquirir memórias antes ocultadas pela tradição da historiografia, ao nortear-se em fatos que buscam ideais dos vencedores (FREITAS, 2006).

Para muitos veículos de comunicação, políticos, autores/escritores, a Revolta de Princesa teve como líder e um homem capaz de combater o “mal”, enfrentando tudo e todos, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. O personagem intitulado como promotor do “mau” no Estado da Paraíba, cuja figura foi rotulada décadas a fio com a pretensão de deixá-lo na história como o centro das atenções acerca do ponto do “anti-herói”, foi e é José Pereira Lima. Em torno disso, a “Revolução de 30” teve papel fundamental para a ratificação do contexto histórico que se criou em relação aos nomes desses paraibanos. Do ponto de vista sincrônico, são necessários uma análise e o exame deste tema sobre o qual venho debruçar-me na tentativa de elencar os variados meios que temos para desconstruir o que se dá por concreto e verídico na História da Paraíba.

Destarte, é considerável poder destacar outro lado da Revolta de Princesa e da “Revolução de 30” para podermos conhecer os muitos lados da vida de José Pereira e João Pessoa. Tudo isso está ligado até hoje a nós desde o nome da nossa capital à bandeira da Paraíba. Enfim, conhecer nossa própria história será indispensável para a experiência de ser e se sentir paraibano.

Devemos ficar muito cuidadosos e nos manter sempre pessoas questionadoras, que buscam entender os fatos históricos que nos foram “impostos”, fazendo com que um grande “conto de fadas” se massifique na nossa história. Conjuntamente, a Revolta de Princesa foi uma ponte para levar à ratificação do homem servil, educado e generoso que foi o Coronel José Pereira Lima. O papel que João Pessoa desempenhou foi determinante para se chegar a esta análise, pois contraditoriamente tentou-se “apagar” seu nome e pessoa com atitudes degradantes, ensandecidas, assassinas, sob o fundamento de pôr fim ao “mau”, mas suas atitudes foram essenciais para a assimilação da figura honrosa que foi José Pereira Lima. Ao mesmo tempo, é imprescindível constatar como a imagem de uma pessoa e do nosso próprio Estado pode ser maculada e forjada, seja por atos políticos, econômicos, etc. Portanto,

desconstruir é necessário para buscarmos corrigir os enganos que foram característicos comuns na Paraíba.

A Revolta de Princesa foi um acontecimento que marcou a história paraibana e brasileira. Através de análises baseadas nas obras dos autores/historiadores que foram mencionados no decorrer deste trabalho, foi possível traçar uma gama de estudos das várias concepções desses autores/historiadores acerca do movimento de Princesa e da pessoa de José Pereira e João Pessoa. Contudo, estas pessoas tornam o movimento mais amplo pelo fato de terem grande prestígio local e nacional. Paralelamente a isso, a Revolta de Princesa foi alavancada em grande medida pelos fatores locais, mas, sem dúvida, também por motivos exteriores. Ambos foram induzidos e se utilizaram desses motivos exteriores direta ou indiretamente para que a sedição perdurasse por mais tempo.

Concomitantemente, a “Revolução de 30” veio também para redirecionar o embate paraibano e mudar muitos cenários cuja ocorrência seria “inimaginável”. Podemos perceber, na escrita de Joaquim Inojosa (1980), que a Revolta de Princesa não teve perdedor nem vencedor, pois nem as forças policiais de João Pessoa lograram êxito em penetrar na cidade de Princesa nem José Pereira e seus libertadores conseguiram derrotar todos os policiais e acabar com o motim. Todavia, perdedores foram aqueles que não tiveram nada com o conflito, os inocentes (idosos, crianças, etc.).

Todas as obras estudadas e analisadas foram uma grande oportunidade para concluir e corroborar o que foi proposto neste trabalho. Assim, tudo o que foi pensado foi finalizado e fica como uma reflexão sobre nós mesmos e sobre nossa história como paraibanos. Simultaneamente, podemos pensar na obra de Flávio Eduardo Maroja Ribeiro – *Fuba - Parahyba 1930: A Verdade Omitida* (2008), cujo discurso retrata como as omissões das verdades e como as memórias podem ser forçadas em detrimento da população das décadas de 1920 e de 1930, que era majoritariamente analfabeta.

Isso fortaleceu a memória de uns e as omissões de outros. Portanto, utilizemos uma dessas formas para elucidar outras “verdades”, outros lados da história. Uma Paraíba por completo, e não pela metade. A pesquisa, nesse contexto, torna-se uma excelente ferramenta de socialização crítica do mundo em que vivemos. Desta feita, propormos uma história mais social e menos elitista, positivista. Mas, apenas mediante as desconstruções promovidas por trabalhos e escritas diversas que aglutinam pensamentos heterogêneos se contemplará tal finalidade social e educativa.

Se o que foi citado anteriormente acerca da questão social foi importante, com os pensamentos de Maurice Halbwachs (1990), Michael Pollak (1989) e Pierre Nora (1993),

podemos expandir o olhar, estudando a noção de memória no tocante às análises acerca de José Pereira e João Pessoa. Assim, ao analisar o que conceituam os pensamentos desses três ícones da memória, podemos introduzir suas ideias no espaço onde vivemos para aperfeiçoar as relações político-sociais que percebemos nas edificações feitas no presente com referência a um passado que muitas vezes é construído com equívocos e deslizes intencionalmente por grupos que detinham ou detêm o poder em determinada época. Portanto, este trabalho constitui o primeiro passo para, com o passar do tempo, esse contexto se tornar mais abrangente. Mas, para que isso aconteça, serão necessárias análises como essas para um maior fomento à história das minorias e também para questionar as “histórias dos grandes feitos e dos grandes heróis”.

REFERÊNCIAS

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Inventando Tradições, Construindo Memórias: a “Revolução de 30 na Paraíba.** 2006. 167f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ALMEIDA, José Américo de. **O Ano do Nego (Memórias).** Prefácio de Juracy Magalhães. João Pessoa: A União, 1978.

CALDAS, Joaquim Moreira. **Porque João Dantas assassinou João Pessoa: o delicto do “Glória” e a tragédia da penitenciária do Recife, em 1930.** 3. ed. João Pessoa: Gráfica e Editora Imprell, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DIAS, Margarida Maria Santos. **Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção da História Local - 1905-1930.** João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora LTDA, 1996.

FREIRE, João Lelis de Luna. **A campanha de Princesa (1930).** Reprodução fac-similar da primeira edição, 1944. João Pessoa: Empório dos Livros, 2000.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos.** 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GUEDES JUNIOR, Antonio Fernando Cordeiro. **Parahyba ou João Pessoa?** 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e Vida das Oligarquias.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1990.

INOJOSA, Joaquim. **República de Princesa: José Pereira X João Pessoa, 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1980.

JOFFILY, José. **Revolta e revolução: 50 anos depois.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto? O arcaico e o moderno na cidade de Princesa (PB) na década de 1920.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez. 1993.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico:** políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2010.

OLIVEIRA, José Caitano. **A Saga de 1930 e o doido da Parahyba.** João Pessoa: Sal da Terra, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista de Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, Flávio Eduardo Maroja. **Parahyba 1930: A Verdade Omitida.** João Pessoa: Sal da Terra, 2008.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. **A Revolta de Princesa:** poder privado X poder instituído. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Nayane Maria Rodrigues da. **Imprensa e Revolução de 1930 no Brasil:** A guerra ideológica entre o Jornal A União da Paraíba e o Jornal do Commercio de Pernambuco. 2011. 12f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Fundação Francisco Mascarenhas - FFM/Faculdades Integradas De Patos - FIP, Patos.

VIDAL, Ademar. **João Pessoa e a Revolução de 30.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

FONTES DOCUMENTAIS

Acervo de microfilmagem da Fundação Joaquim Nabuco, Rua Dois Irmãos, 92 | Apipucos 50071-440 | Recife - PE. Telefone: (81) 3073-6464/Fax: (81) 3073-6561.

ARQUIVO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (IPHAEP)

Bens imóveis tombados e integrados pelo IPHAEP.

ARQUIVO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA (IHGP)

Lista dos sócios efetivos do IHGP.
Galeria de presidentes do IHGP (1905-2010).

JORNAIS

Jornal A União - 1929 a 1930.
Jornal da Paraíba - 2001.
Jornal do Commercio - 1929 a 1930.

SITE CONSULTADO

<<http://ihgp.net/>>. Acesso em: 09 jun. 2017.